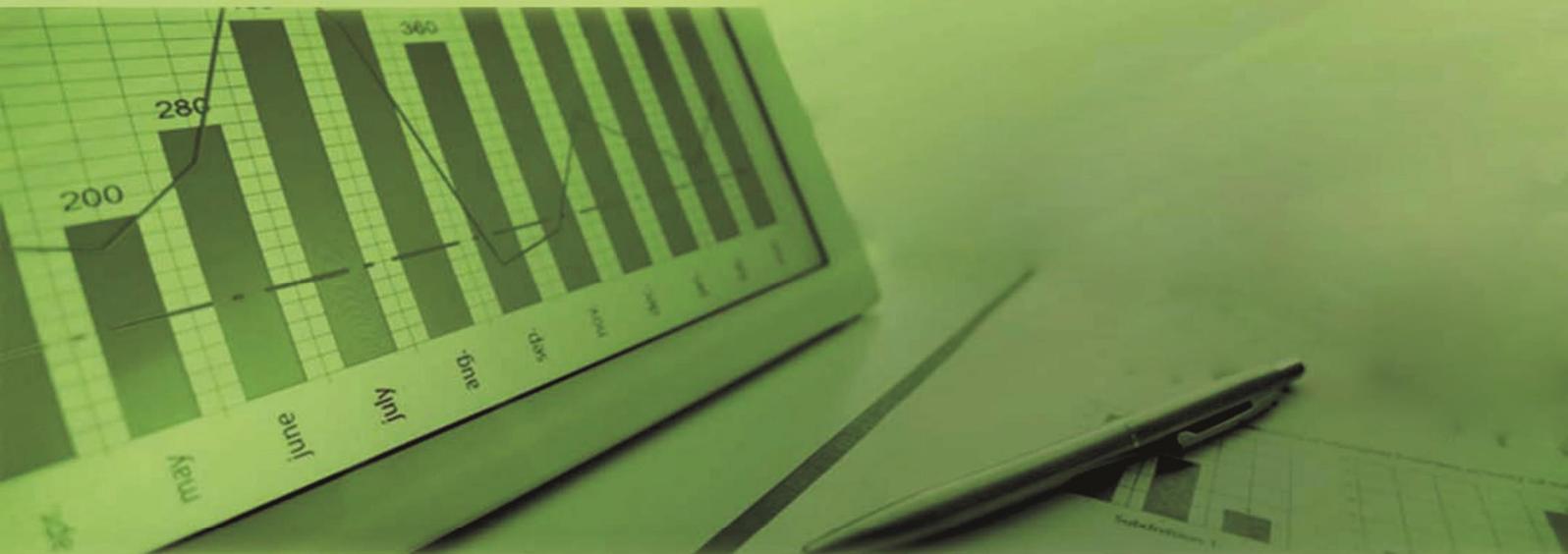




SUDAM
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

BOLETIM AMAZÔNIA

INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Número 3
2016

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff - Presidenta

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Josélio de Andrade Moura – Ministro, Interino

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Paulo Roberto Correia da Silva - Superintendente

**DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS FISCAIS E DE
ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

Inocencio Renato Gasparim

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Margareth dos Santos Abdon

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS

Keila Adriana Rodrigues de Jesus

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO
DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO**

Flávio Rodrigo Reis Blanco

**COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS DE
DESENVOLVIMENTO**

Wanderley Lopes de Andrade Junior



SUDAM

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS

BOLETIM AMAZÔNIA

INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

B. Amazônia	Belém	n. 3	p. 1 – 78	2016
--------------------	--------------	-------------	------------------	-------------

2016 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil

CEP: 66.093-550

cgeap@sudam.gov.br

www.sudam.gov.br

EQUIPE TÉCNICA SUDAM

Alexandre Salgado Lessa dos Santos

Aline Braga Libano de Araújo

REVISÃO

Adilton Pereira Ribeiro

Janete Oliveira Bordalo

Wanderley Lopes de Andrade Junior

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da Sudam

BOLETIM AMAZÔNIA / Superintendência do Desenvolvimento da
Amazônia. n.3, 2016. - Belém: SUDAM, 2016

Periodicidade irregular

1. Indicadores da Educação Básica – Amazônia 3. I. Título.

CDU – 338.97:058(811)



SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução.....	7
A Educação Básica	9
2.1 Educação Infantil.....	10
2.2 Ensino Fundamental.....	19
2.3 Ensino Médio	37
2.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	53
2.5 Educação Profissional.....	56
2.6 Educação Especial	60
2.7 Educação Escolar Indígena	63
2.8 Alfabetização e analfabetismo funcional de jovens e adultos	64
2.9 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb	71
Referências.....	78



APRESENTAÇÃO

O Boletim Amazônia – Indicadores da Educação Básica é uma publicação periódica da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM e é resultado do levantamento de dados sobre educação divulgados por fontes primárias e de um estudo da realidade da Educação Básica na Amazônia Legal.

O objetivo desta publicação é fornecer, periodicamente, aos estudiosos do tema, aos tomadores de decisão e ao público em geral, estatísticas da Educação Básica com vistas a formar um panorama sobre a situação da Educação na região.

As informações provenientes de várias fontes foram agrupadas sob o enfoque regional, reunindo dados referentes aos nove estados pertencentes à Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°W) e podem indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas voltadas para a diminuição das desigualdades na educação e para a oferta de uma educação de qualidade.

Os indicadores apresentados neste boletim visam mostrar a realidade da região no que diz respeito à cobertura e à qualidade da Educação Básica, permitindo acompanhar os avanços alcançados e as deficiências do sistema educacional na Amazônia Legal, apontando quais os problemas e necessidades que carecem de políticas específicas que atendam as demandas da Educação Básica do alunado, de docentes e das comunidades locais.

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendente da Sudam

Introdução

Dados estatísticos mostram que o Brasil avançou nos últimos anos na área da Educação. Muito já foi feito para a construção de uma educação mais justa e de qualidade. No entanto ainda há muito que ser conquistado tanto em termos de ampliação do acesso quanto na melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas.

Oferecer uma educação de qualidade é um desafio bastante complexo e quando alcançado traz consequências positivas elevando a qualidade de vida em todos os segmentos da sociedade, pois a educação está relacionada à conquista da cidadania, à inserção no mercado de trabalho, ao aumento de oportunidades entre outros. Mas infelizmente essa educação democrática e de qualidade ainda não é uma realidade ao alcance de todos e ainda existe um longo caminho para a conquista de outros avanços, principalmente para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) que está em vigor desde 26 de junho de 2014 e possui vigência por 10 anos contempla, em praticamente todas as suas metas, mecanismos que possam diminuir a desigualdade educacional no país. Os Planos de Educação estaduais, distritais e municipais devem ser elaborados tendo como base o PNE e suas metas devem estar alinhadas com as do Plano Nacional.

O presente boletim reúne dados estatísticos com base nas metas do PNE sobre as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil e na Amazônia Legal. Foram levantados dados sobre a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Escolar Indígena e Educação Especial. Além das taxas de alfabetização e de analfabetismo funcional e informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O tópico 2.1 traz informações sobre a Educação Infantil com dados sobre estabelecimentos e matrículas, número de crianças de 0 a 3 e de 4 e 5 anos na escola e escolaridade dos professores que lecionam na Educação Infantil.

O tópico 2.2 apresenta os números do Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais trazendo dados sobre estabelecimentos e matrículas, porcentagem de crianças de 06 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental, porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental, taxas de distorção idade-série, taxas de aprovação, reprovação, abandono e escolaridade dos professores que lecionam nesta etapa.

O tópico 2.3 aborda as estatísticas do Ensino Médio com informações sobre estabelecimentos e matrículas, porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola, porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio, porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio, taxa de distorção idade-série, taxas de aprovação, reprovação, abandono e escolaridade dos professores atuantes no ensino médio.

Os tópicos 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 trazem informações sobre estabelecimentos e matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação Especial e Educação Escolar Indígena, respectivamente.

O tópico 2.8 apresenta os números da Alfabetização e do Analfabetismo Funcional e o tópico 2.9 traz informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Sabe-se que a Amazônia Legal brasileira é composta pela totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW). São ao todo 5,0 milhões de km², o que representa quase 60% do território nacional. Porém para fins de coleta de dados, o estado do Maranhão é considerado em sua totalidade. Portanto, neste boletim, todas as informações apresentadas sobre a Amazônia Legal levam em consideração o estado do Maranhão como um todo.

Apesar das melhorias na educação apresentadas pela região nos últimos anos, os dados estatísticos mostram que a Amazônia Legal ainda apresenta situação educacional abaixo da média nacional, o que demonstra a necessidade de um olhar mais atencioso para a região com a adoção de políticas públicas que levem em consideração as peculiaridades regionais e supram as necessidades das comunidades escolares, oferecendo uma educação democrática e de qualidade.

A Educação Básica

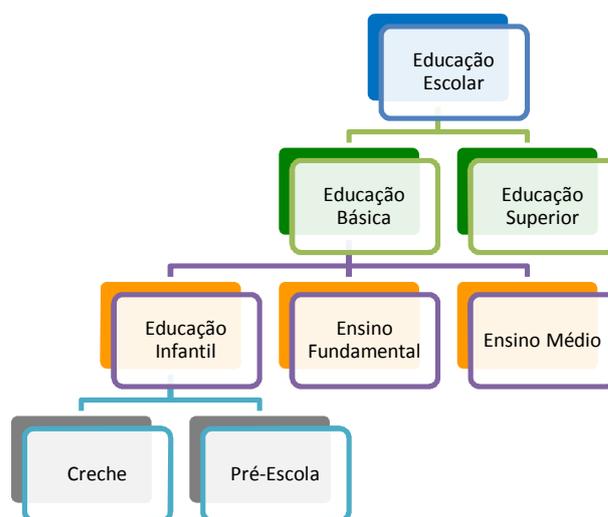
O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, sendo o primeiro nível do ensino escolar no Brasil. Compreende três etapas: a educação infantil (para crianças com até 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos).

De acordo com artigo 22 da LDB, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, em virtude de, conforme o artigo 4, ser um direito do cidadão e um dever do Estado em atendê-lo mediante a oferta de uma educação de qualidade.

A figura 1 mostra como é estruturada a educação escolar brasileira com seus níveis e etapas.

A Educação Básica também possui diferentes modalidades. A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino Fundamental e Médio na idade própria (Lei nº 9394/96, art. 37). Educação Profissional é aquela destinada a jovens e adultos, "integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia" (Lei nº 9.394/96, art.39), conduzindo para a vida produtiva. Outra modalidade da Educação Básica é a Educação Especial que é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais e a Educação Indígena que deverá propiciar às populações indígenas, além do acesso aos conhecimentos universais, promover a

Figura 1 - Divisão do sistema educacional brasileiro.



Fonte: Elaboração própria.

afirmação das identidades étnicas e culturais, a recuperação da memória histórica e a valorização da língua materna.

2.1 Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica sendo oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos de idade. Segundo o artigo 6º da lei 12.796/2013 que ajusta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) à emenda constitucional 59, de 11 de novembro de 2009, é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Não há retenção ou reprovação na educação infantil. A avaliação é feita "mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças e sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024 para a educação infantil é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final de sua vigência.

2.1.1 Estabelecimentos e Matrículas

No Brasil, em 2014, existiam 116.068 estabelecimentos de educação infantil, sendo 58.616 creches e 106.524 pré-escolas. Na Amazônia, foram contabilizados 23.248 estabelecimentos de educação infantil. Deste total, 7.720 instituições eram creches e 22.579 pré-escolas. É importante ressaltar que o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.

O gráfico 1 mostra a distribuição dos estabelecimentos de educação infantil entre Brasil e Amazônia Legal.

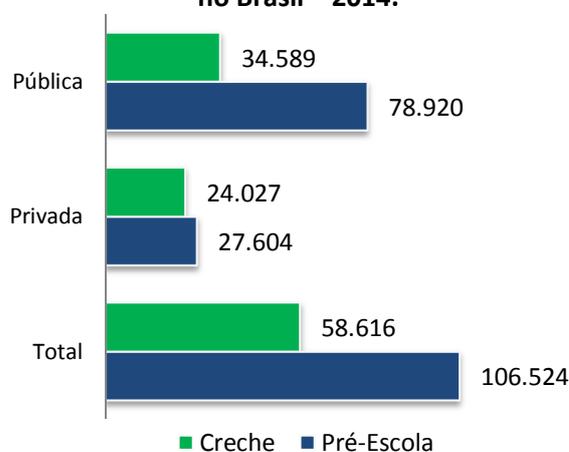
As instituições públicas de ensino englobam os estabelecimentos da rede federal, estadual e municipal. Sendo que os estabelecimentos municipais correspondem a aproximadamente 99% das creches e pré-escolas públicas no Brasil e Amazônia Legal. Os gráficos 2 e 3 mostram o número de estabelecimentos de creches e pré-escolas e sua divisão entre instituições públicas e privadas no Brasil e Amazônia Legal.

Gráfico 1 - Distribuição dos estabelecimentos de educação infantil no Brasil - 2014.



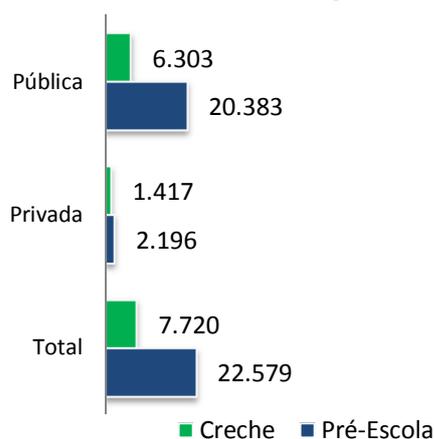
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 2 - Estabelecimentos de educação infantil no Brasil – 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 3 - Estabelecimentos de educação infantil na Amazônia Legal – 2014.



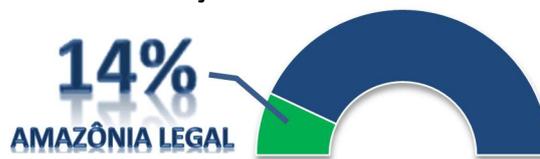
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Com relação ao número de matrículas, em 2014, foram registradas 7.855.991 matrículas na educação infantil no país, das quais 2.891.976 foram em creches (36%) e 4.964.015 em pré-escolas (64%). Na Amazônia Legal, do total de 1.098.313 matrículas na educação infantil, 268.474 foram em creches (24%) e 829.839 (76%) em pré-escolas. O gráfico 4 mostra os percentuais de matrículas na educação infantil comparando-se Brasil e Amazônia Legal.

Os gráficos 5 e 6 mostram o total de matrículas realizadas em creches e pré-escolas em estabelecimentos públicos e privados no Brasil e Amazônia Legal.

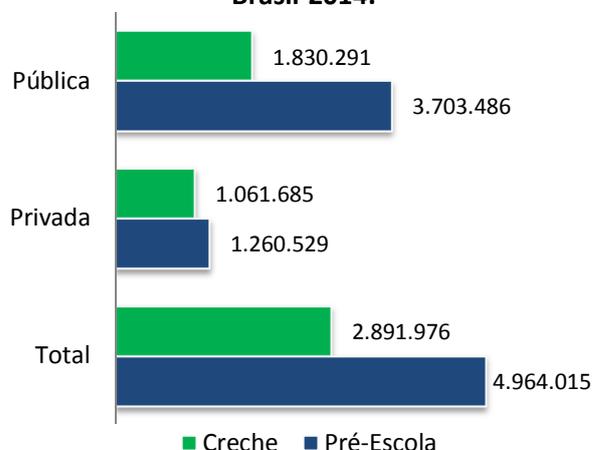
Observa-se tanto no país, quanto na Amazônia a predominância de matrículas nos estabelecimentos públicos de ensino. No país, 70,4% das matrículas na educação infantil foram realizadas em escolas públicas. Na Amazônia Legal, as instituições públicas de educação infantil receberam 83,2% das matrículas nesta etapa de ensino.

Gráfico 4 - Distribuição das matrículas na educação infantil no Brasil.



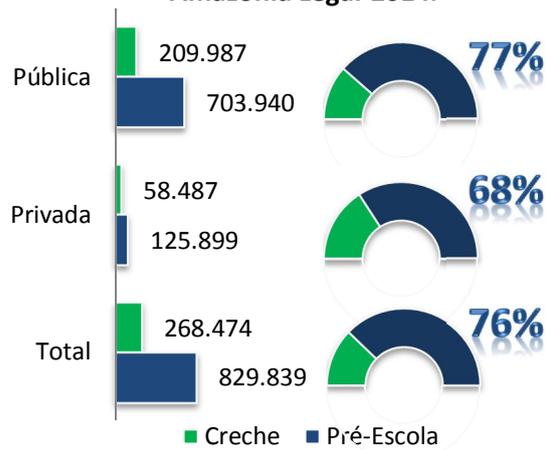
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 5 - Matrículas na educação infantil no Brasil-2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 6 - Matrículas na educação infantil na Amazônia Legal-2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

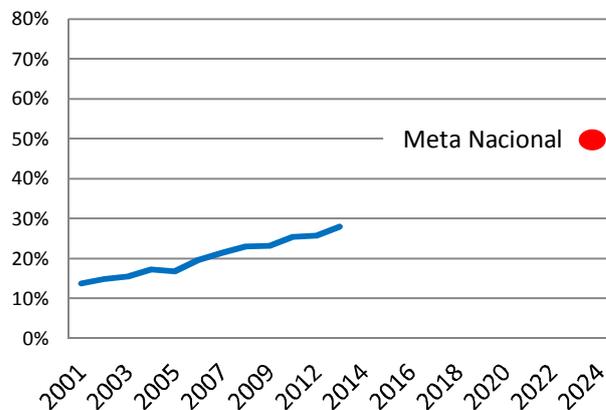
2.1.2 Crianças de 0 a 3 anos na escola.

O Plano Nacional de Educação possui como meta para a educação infantil, atender em creches, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade até 2024.

Este indicador monitora a meta, já que considera a população de 0 a 3 anos de idade na escola. As estimativas levaram em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

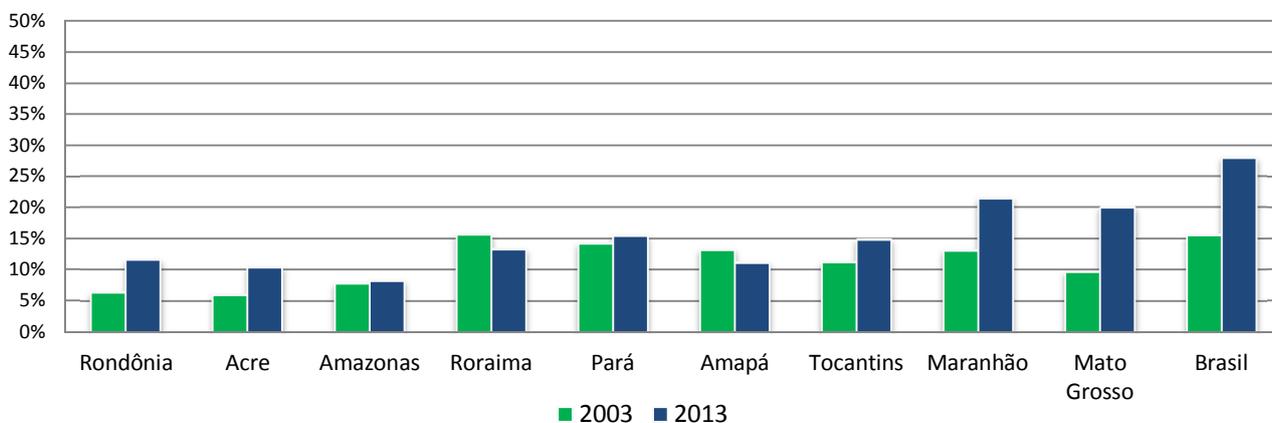
O gráfico 7 apresenta o percentual de crianças com faixa etária de 0 a 3 anos matriculadas em escola no Brasil e o gráfico 8 apresenta este percentual para os estados da Amazônia Legal nos anos 2003 e 2013.

Gráfico 7 - Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na escola – Brasil.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 8 - Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na escola nos estados da Amazônia Legal e Brasil.



Fonte: IBGE/PNAD.

Em 2013 27,9% das crianças de 0 a 3 anos de idade estava matriculada em escolas no Brasil sendo necessário acelerar a expansão do número de matrículas para que a meta de 50% seja atingida em 2024.

Para os estados da Amazônia Legal verifica-se que este percentual encontra-se abaixo da média nacional no mesmo ano, evidenciando a necessidade do aumento de matrículas para crianças nesta faixa etária. O estado do Amazonas

apresentou o menor percentual em 2013, com 8,3% de crianças de 0 a 3 anos de idade em escolas e o Maranhão apresentou o maior percentual, 21,4% de crianças matriculadas.

2.1.3 Crianças de 4 e 5 anos na escola

Neste caso, também é considerada a população de 4 e 5 anos de idade na escola. As estimativas levaram em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Além de ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024, o PNE também possui como meta, universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade.

No gráfico 9 e 10 são apresentados os percentuais de crianças com 4 e 5 anos de idade na escola, para o Brasil e para os nove estados pertencentes à Amazônia Legal.

Em 2013, o Brasil possuía 87,9% das crianças de 4 e 5 anos de idade matriculados em escola. Para atingir a meta de 100% de matriculados nesta faixa etária até 2016, segundo informações do Observatório do Plano Nacional de Educação, quase 700 mil crianças terão de ser matriculadas.

Gráfico 9 - Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na escola – Brasil.

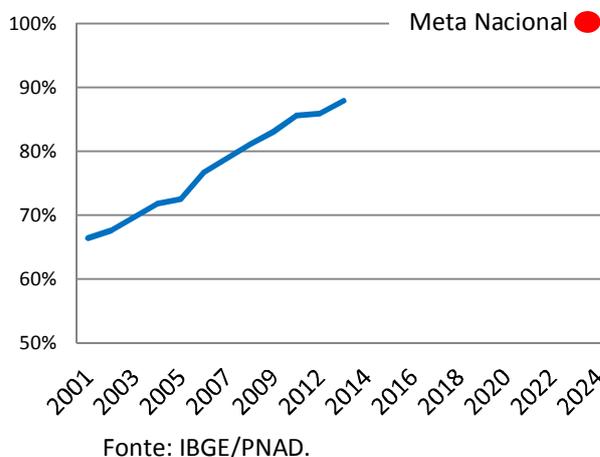
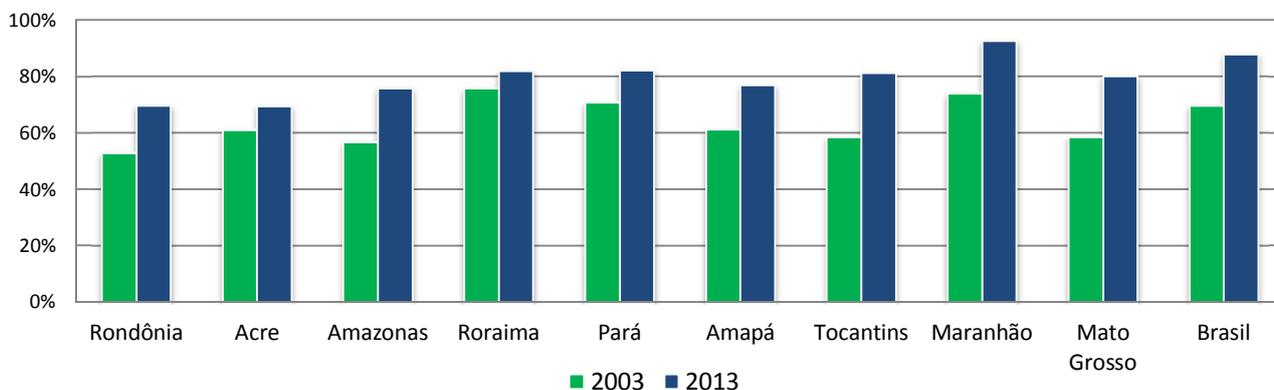


Gráfico 10 - Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na escola nos estados da Amazônia Legal e Brasil.



Fonte: IBGE/PNAD.

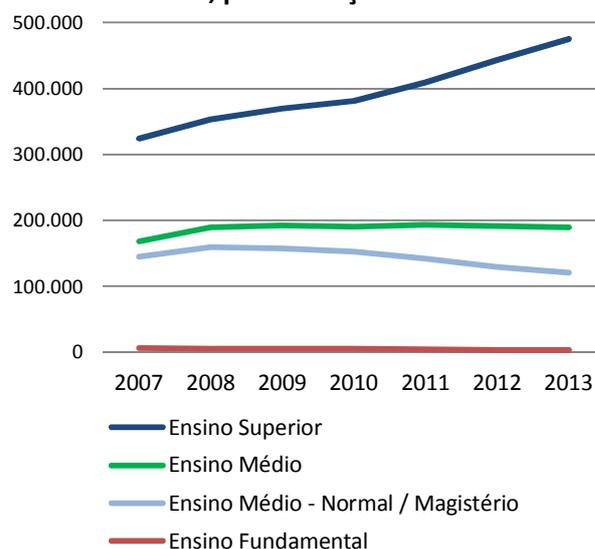
Como pode ser observado no gráfico 10, o Acre foi o estado que apresentou o menor percentual de crianças com 4 e 5 anos matriculadas (69,6%) e novamente o Maranhão apresentou o maior percentual com 92,7% de matriculados.

2.1.4 Escolaridade dos professores atuantes na educação infantil.

A estratégia 1.8 do PNE consiste em promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior e embora a lei 12.796/2013, preveja que a educação infantil admita professores com formação mínima de nível médio, na modalidade normal, ainda existem docentes atuantes nesta etapa da educação que possuem apenas o ensino fundamental como formação.

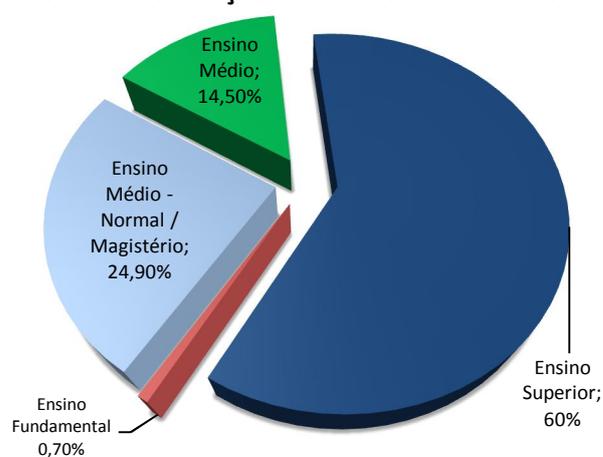
Pode-se observar no gráfico 11 que o número de docentes somente com o ensino fundamental que atuam na educação infantil vem diminuindo a cada ano no país, caindo de 6.020 profissionais em 2007 para 3.144 em 2013. Também se observa um aumento de docentes com formação superior que passou de 155.885 em 2007 para 284.894 em 2013. O gráfico 12 mostra que, em 2013 no Brasil, 0,7% dos professores atuantes na educação infantil possuíam apenas o ensino fundamental e que a maioria dos docentes (60%) possuem ensino superior.

Gráfico 11 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação – Brasil.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 12 - Escolaridade dos docentes que atuam na educação infantil no Brasil – 2013.

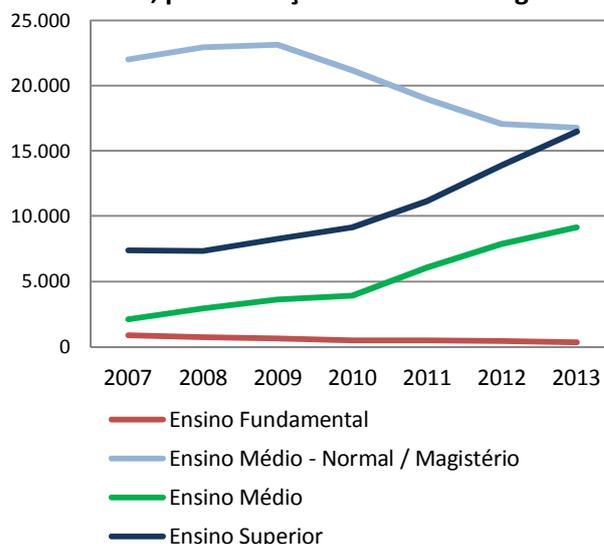


Fonte: MEC/INEP/DEED.

O gráfico 13 apresenta dados sobre a formação de docentes que atuam na educação infantil na Amazônia Legal. Neste caso também é observado uma redução de docentes com ensino fundamental, foi de 871 em 2007 para 321 em 2013, e um aumento de docentes com ensino superior, passando de 7.393 professores em 2007 para 16.491 em 2013. Pode-se perceber também que, diferente do cenário apresentado pelo país quando desde 2007 há a predominância de docentes com nível superior, na Amazônia Legal, predominam os docentes com formação em nível médio-normal/magistério, sendo que no ano de 2013, o percentual de professores com ensino superior se igualou ao percentual de docentes que possuem ensino médio-normal/magistério – 39% (Gráfico 14).

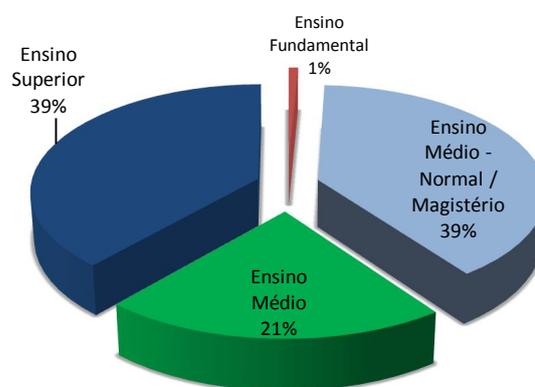
Nas próximas páginas, os gráficos 15 a 23 mostram o percentual de docentes que atuam na educação infantil nos estados da Amazônia Legal, por formação.

Gráfico 13 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação – Amazônia Legal.



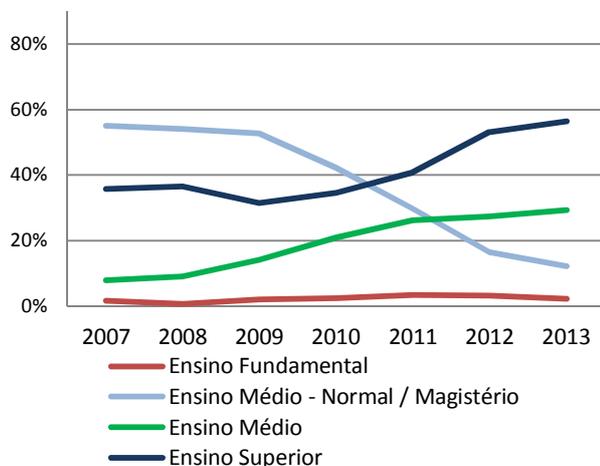
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 14 - Escolaridade dos docentes que atuam na educação infantil na Amazônia Legal – 2013.



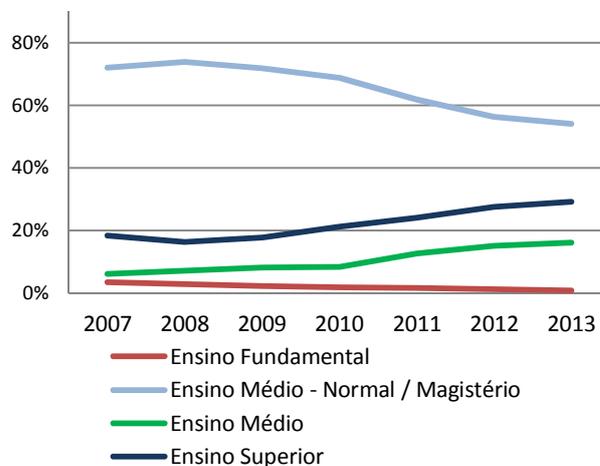
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 15 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Acre.



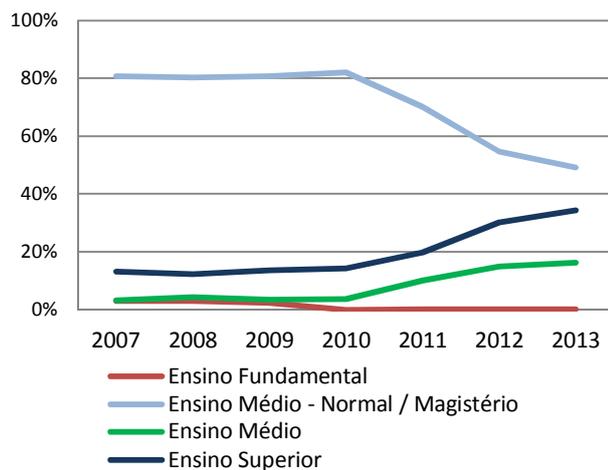
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 18 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Maranhão.



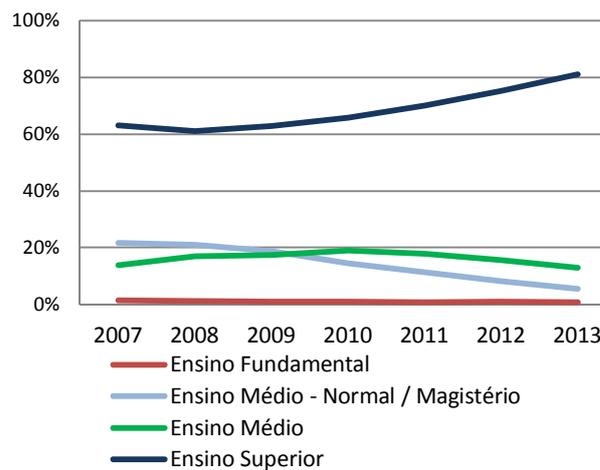
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 16 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Amapá.



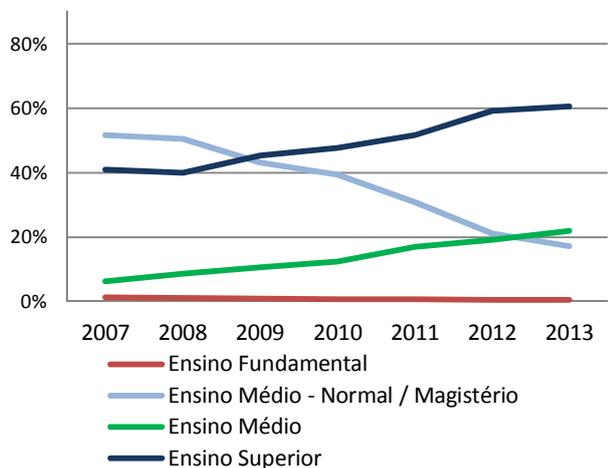
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 19 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Mato Grosso.



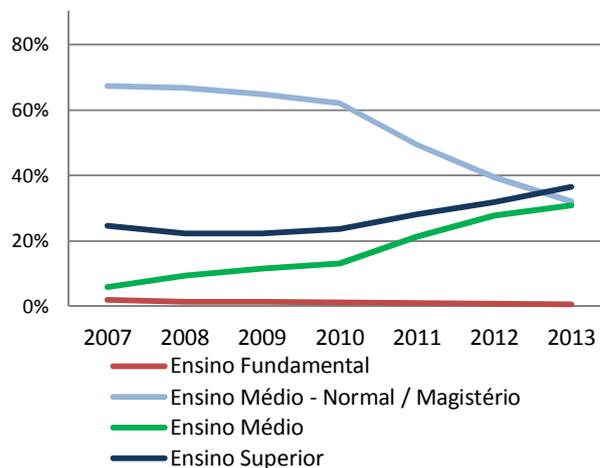
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 17 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Amazonas.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

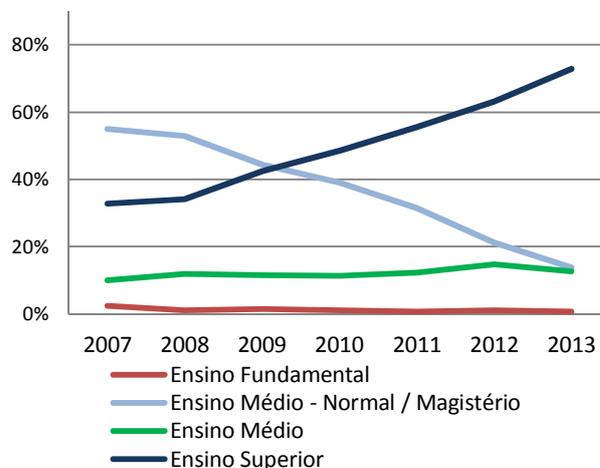
Gráfico 20 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Pará.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

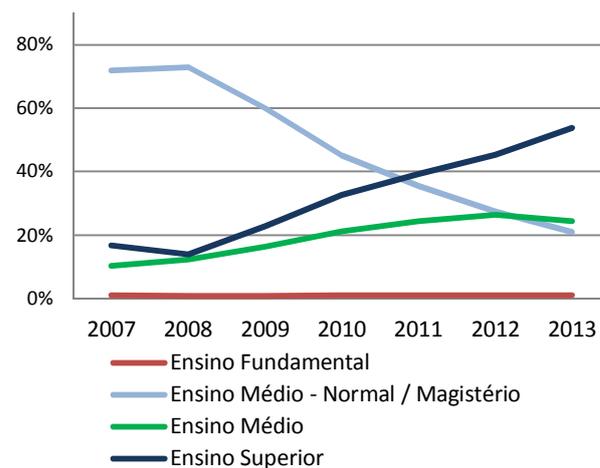
Em todos os estados houve um aumento de docentes com formação superior e diminuição de professores com ensino fundamental, com exceção de Roraima, em que o percentual de docentes com ensino fundamental manteve-se o mesmo (1%). Somente no Maranhão e Amapá ainda predominam docentes com formação de ensino médio-Normal/Magistério, no restante dos estados da Amazônia, os docentes com ensino superior são maioria.

Gráfico 21 - Docentes que atuam na educação infantil. Por formação - Rondônia.



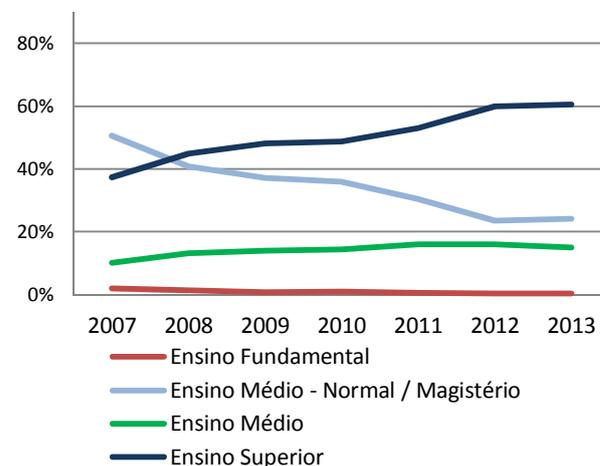
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 22 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Roraima.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 23 - Docentes que atuam na educação infantil, por formação - Tocantins.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental com nove anos de duração, de matrícula obrigatória para as crianças a partir dos 06 anos de idade, possui duas fases, chamadas de anos iniciais, com cinco anos de duração, em regra para estudantes de 06 a 10 anos de idade; e anos finais, com quatro anos de duração, para os de 11 a 14 anos.

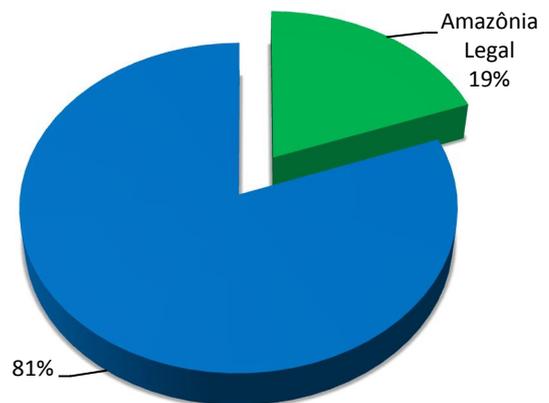
O atual PNE possui como meta para o ensino fundamental, universalizar esta etapa de ensino para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até 2024.

2.2.1 Estabelecimentos e Matrículas

O gráfico 24 apresenta a distribuição dos estabelecimentos de ensino fundamental na Amazônia Legal e no restante do país. Já os gráficos 25 a 28 mostram os estabelecimentos de ensino fundamental de anos iniciais e finais, de acordo com a dependência administrativa no Brasil e na Amazônia Legal. Em 2014 foram contabilizados 137.636 estabelecimentos no Brasil, sendo 121.592 de anos iniciais e 62.897 de anos finais. Na Amazônia Legal existiam 33.095 estabelecimentos, dos quais 31.174 ofereciam ensino fundamental em sua etapa inicial e 14.367 eram de etapa final. Lembrando que o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.

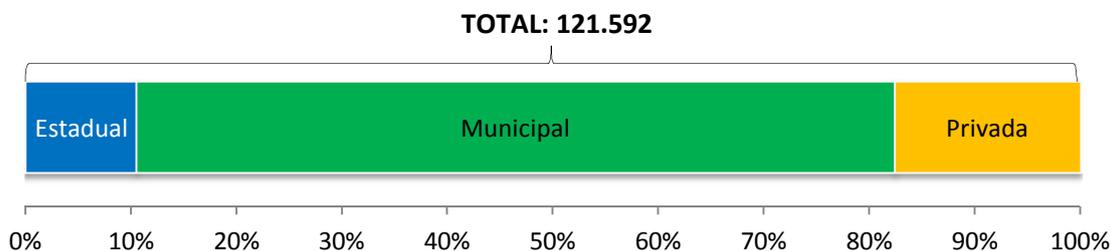
Os gráficos 29 a 32 mostram o total de matrículas realizadas no ensino fundamental, por etapa de ensino e por dependência administrativa no Brasil e Amazônia Legal.

Gráfico 24 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino fundamental no Brasil - 2014.



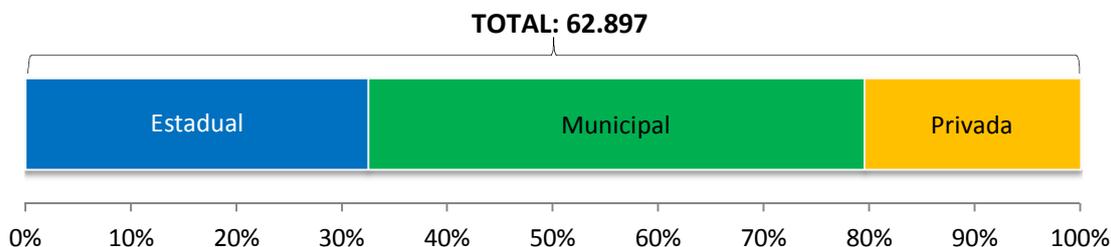
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 25 - Estabelecimentos de anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa no Brasil – 2014.



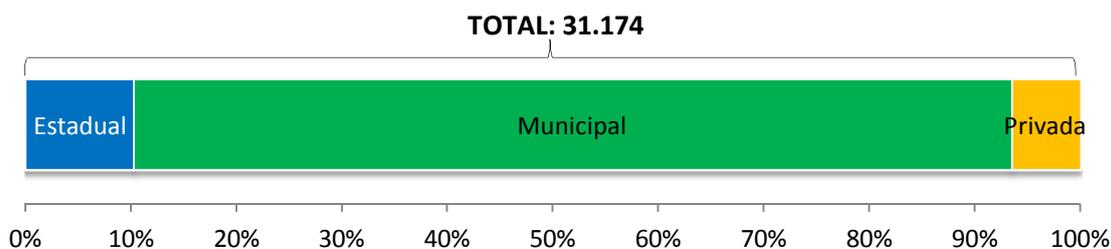
*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,02% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 26 - Estabelecimentos de anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa no Brasil – 2014.



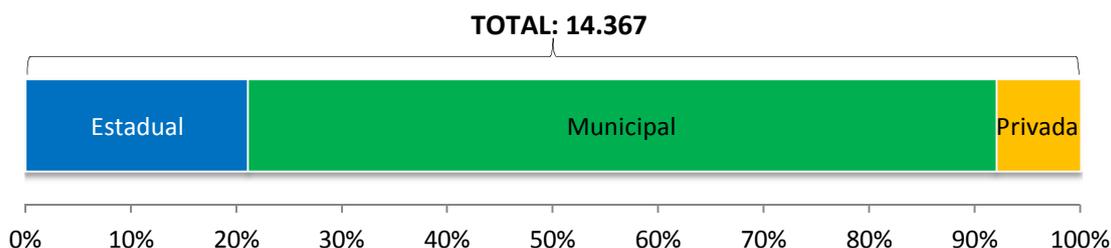
*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,06% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED

Gráfico 27 - Estabelecimentos de anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa na Amazônia Legal – 2014.



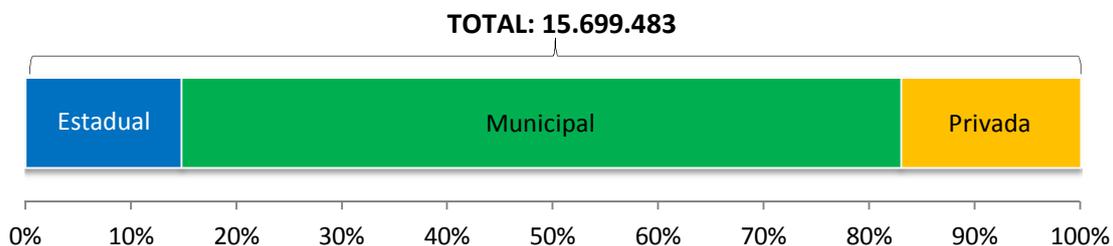
*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,02% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED

Gráfico 28 - Estabelecimentos de anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa na Amazônia Legal – 2014.



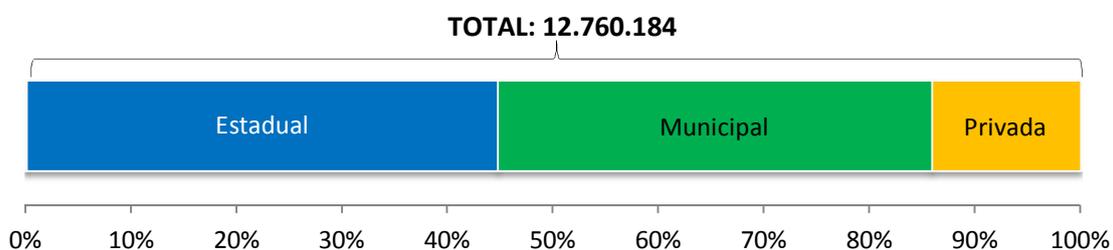
*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,05% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED

Gráfico 29 - Matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa no Brasil – 2014.



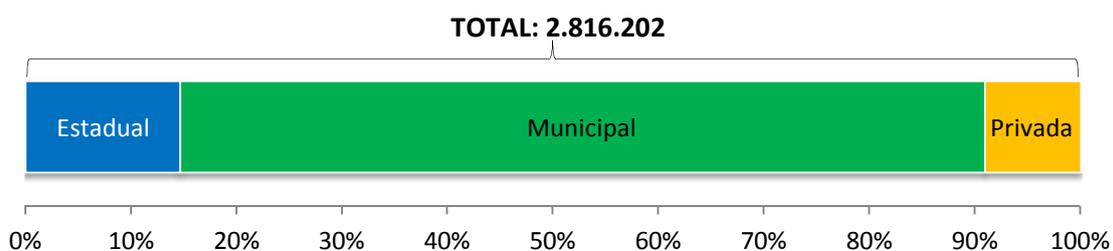
*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,04% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 30 - Matrículas nos anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa no Brasil – 2014.



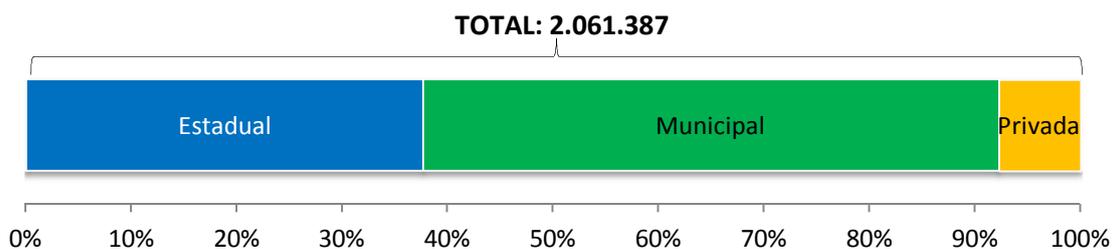
*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,13% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED

Gráfico 31 - Matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental por dependência administrativa na Amazônia Legal – 2014.



*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,04% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED

Gráfico 32 - Matrículas nos anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa na Amazônia Legal – 2014.



*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,11% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED

A análise dos números referentes às matrículas no Ensino fundamental mostra a responsabilidade do setor público, especialmente dos municípios que recebem o maior percentual de matrículas. No Brasil, das 28.459.667 matrículas realizadas no ensino fundamental em 2014, as escolas municipais receberam 15.941.124, ou seja, 56% das matrículas. No mesmo ano, na Amazônia Legal, foram recebidas 4.877.589 matrículas no ensino fundamental das quais 3.270.282 (67%) realizadas em escolas municipais. O gráfico 33 mostra os percentuais de matrículas realizadas no ensino fundamental no Brasil e na Amazônia Legal.

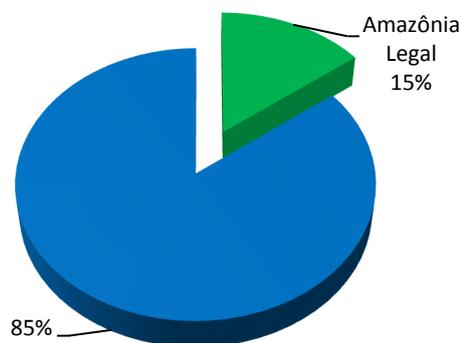
Os indicadores apresentados abaixo: Taxa líquida de matrícula e Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental são calculados com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) levando-se em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Nas taxas são excluídos da população de 06 a 14 anos e de 16 anos, aqueles que já concluíram o Ensino Fundamental.

2.2.2 Porcentagem de crianças de 06 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental – Taxa líquida de matrícula.

A meta do Plano Nacional de Educação para o ensino fundamental é universalizar esta etapa da educação escolar, de nove anos de duração, para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam na idade certa até o final da vigência do plano.

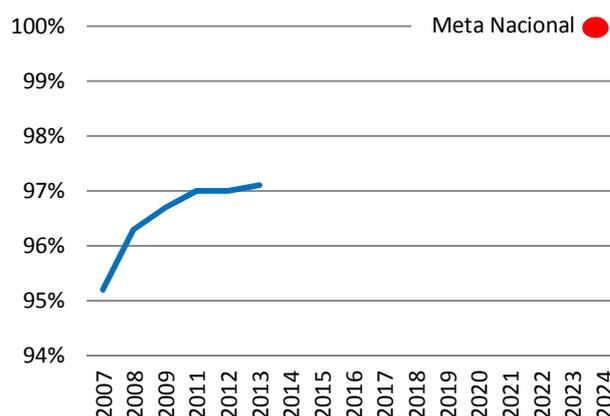
Os gráficos 34 e 35 mostram as taxas líquidas de matrícula para o país e para os estados da Amazônia Legal.

Gráfico 33 - Distribuição das matrículas no ensino fundamental no Brasil - 2014.



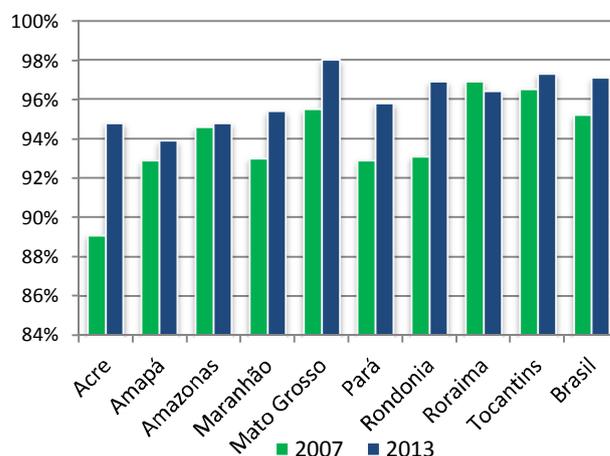
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 34 - Porcentagem de crianças de 06 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental no Brasil - Taxa líquida de matrícula.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 35 - Porcentagem de crianças de 06 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental na Amazônia Legal e Brasil - Taxa líquida de matrícula.



Fonte: IBGE/PNAD.

A universalização do ensino fundamental está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 1996, porém, como pode ser observado no gráfico, a meta ainda não foi alcançada pelo país e pelos estados da Amazônia Legal.

A comparação das taxas líquidas de matrícula foi feita entre os anos de 2007 e 2013, pois o ensino fundamental de 09 anos, com ingresso nessa etapa de ensino aos 06 anos de idade, começou a ser implantado no Brasil em 2007 e os últimos dados divulgados sobre este indicador são referentes ao ano de 2013.

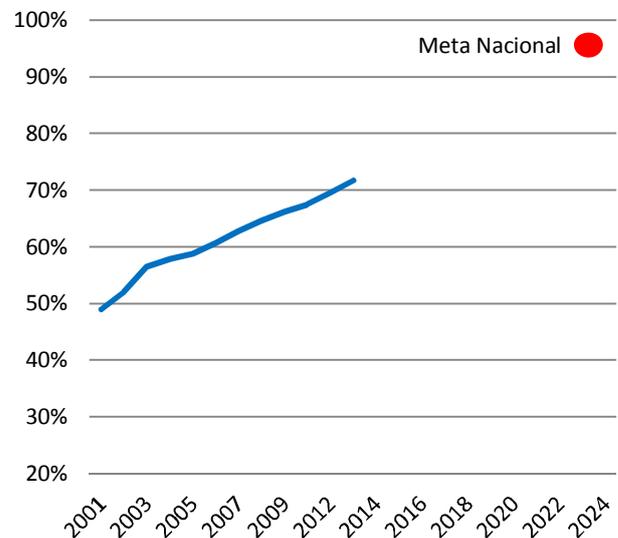
Observa-se que entre 2007 e 2013 houve um aumento da taxa líquida de matrícula no ensino fundamental tanto no país quanto nos estados da Amazônia. Em 2013 o Brasil possuía 97,10% das crianças de 06 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental e a meta é universalizar o acesso dessas crianças nesta etapa do ensino até 2024. No mesmo ano, Mato Grosso foi o estado que apresentou a maior taxa, 98%, valor acima da média nacional. Amapá é o estado que possui o menor percentual com 93,9% de crianças com 06 a 14 anos matriculadas.

2.2.3 Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental

O Brasil possui como meta garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua o ensino fundamental na idade recomendada até 2024.

Observando o gráfico 36 podemos perceber que embora o percentual de jovens que concluem o ensino fundamental na idade recomendada vem aumentando no país de forma bastante expressiva, o indicador ainda encontra-se distante do proposto pela meta. De 2001 a 2013 este indicador aumentou em 22,7%, totalizando 71,7% de jovens concluintes na idade correta no ano de 2013.

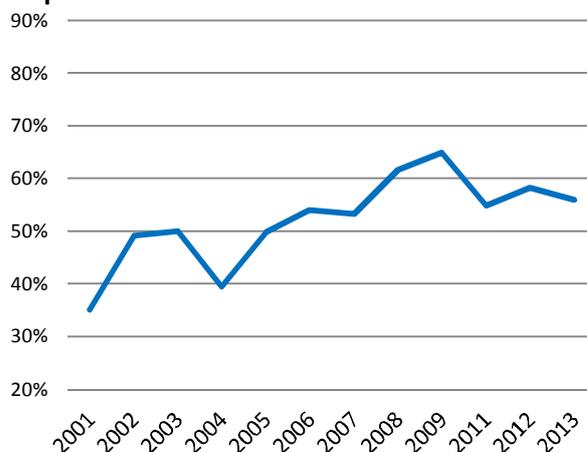
Gráfico 36 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Brasil.



Fonte: IBGE/PNAD.

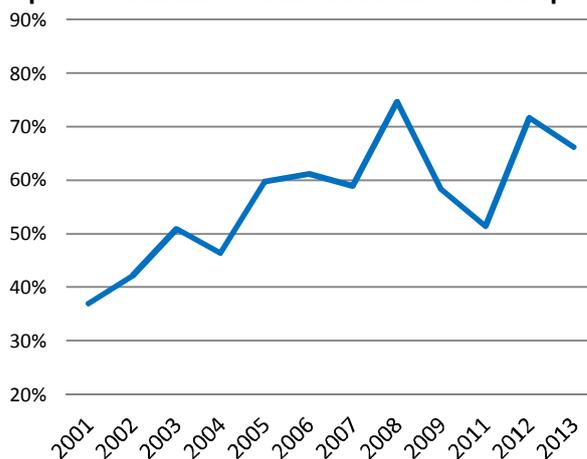
Os gráficos 37 a 49 mostram os percentuais de jovens de 16 anos que concluíram esta etapa de ensino nos estados da Amazônia Legal.

Gráfico 37 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Acre.



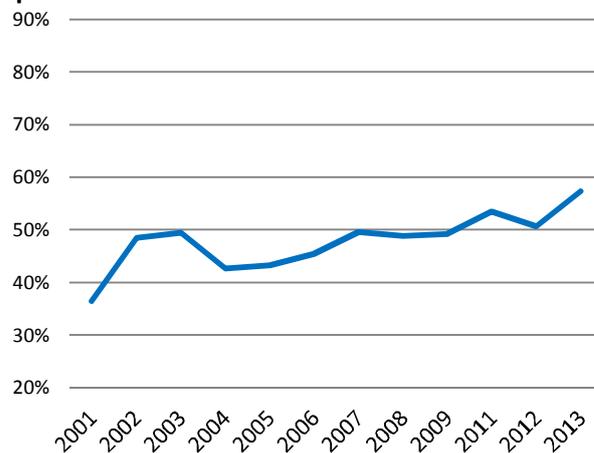
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 38 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Amapá.



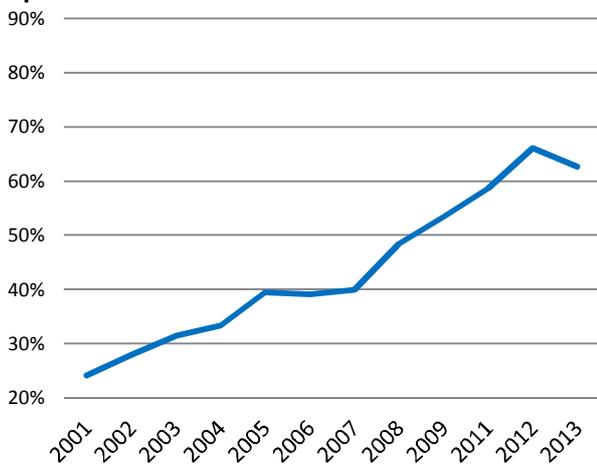
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 39 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Amazonas.



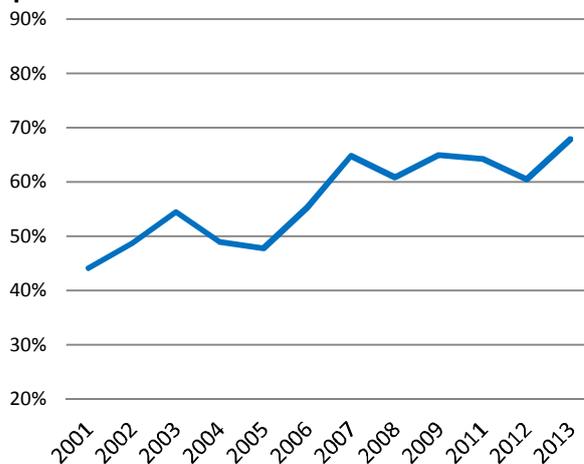
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 40 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ens. fundamental-Maranhão.



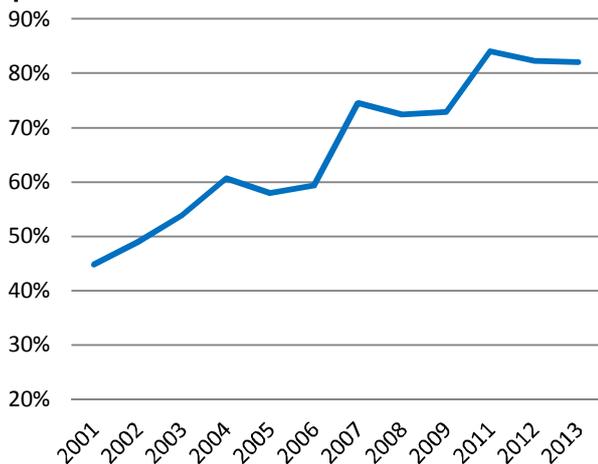
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 43 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Rondônia.



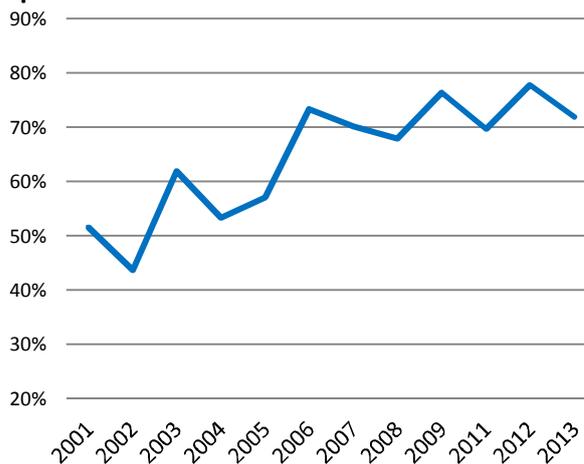
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 41 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ens. fundamental-Mato Grosso.



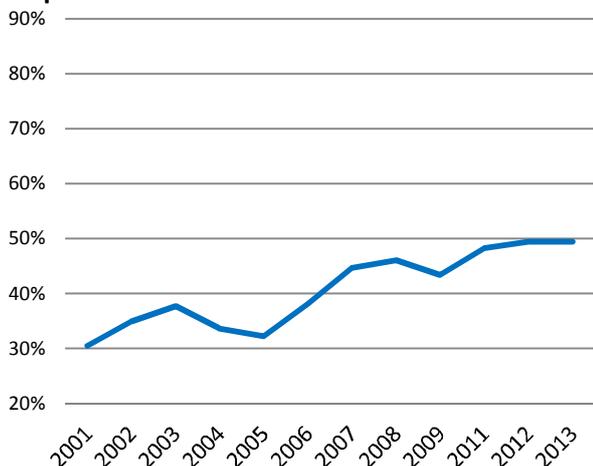
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 44 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Roraima.



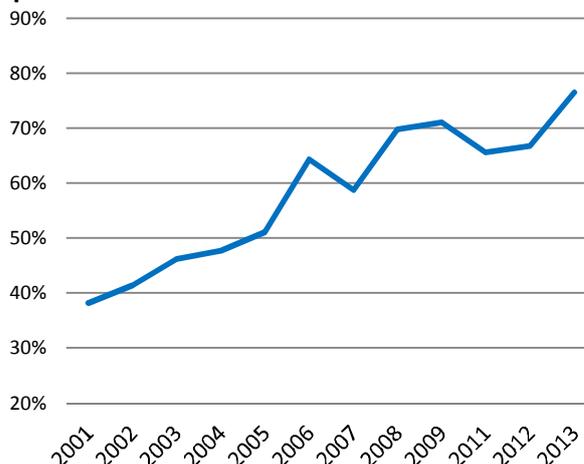
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 42 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Pará.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 45 - Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental-Tocantins.



Fonte: IBGE/PNAD.

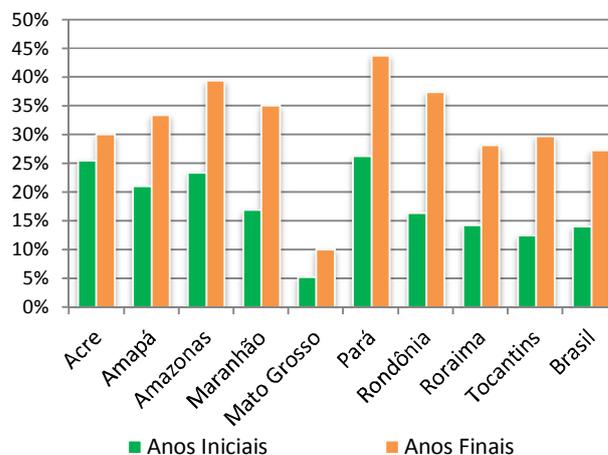
Observando os gráficos anteriores percebe-se que em todos os estados da Amazônia houve um aumento no percentual de alunos que concluiu o ensino fundamental na idade recomendada. Os estados que apresentaram maior evolução neste percentual foram Maranhão, Tocantins e Mato Grosso com aumento de respectivamente 38,4%, 38,3% e 37,2% no período considerado. Pará foi o estado em que este aumento foi menor (19%) e também é o estado da Amazônia que apresenta o menor percentual de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental, 49,5% em 2013. Mato Grosso, Tocantins e Roraima foram os estados que apresentaram este indicador com valor acima da média nacional, sendo que Mato Grosso registrou o maior percentual, com 82% de jovens concluindo o ensino fundamental na idade correta.

2.2.4 Taxas de distorção idade-série

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos durante sua escolarização, conseqüentemente terá que refazer uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

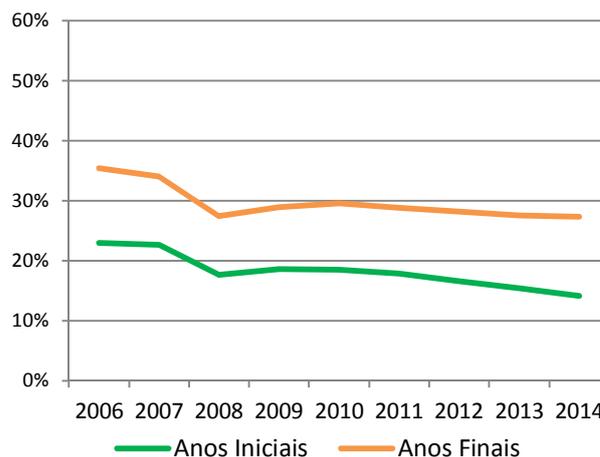
O gráfico 46 mostra as taxas de distorção idade-série no ensino fundamental apresentadas para o ano de 2014 no país e nos estados da Amazônia. Já os gráficos 47 a 66 apresentam as taxas de distorção segundo as etapas do ensino fundamental (anos iniciais e finais) e nos anos finais do ensino fundamental dividido em estabelecimentos públicos e privados para o Brasil e para cada estado da Amazônia.

Gráfico 46 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental-2014.



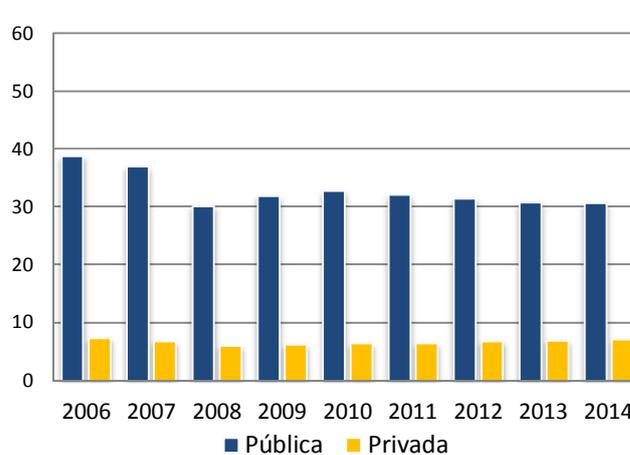
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 47 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Brasil.



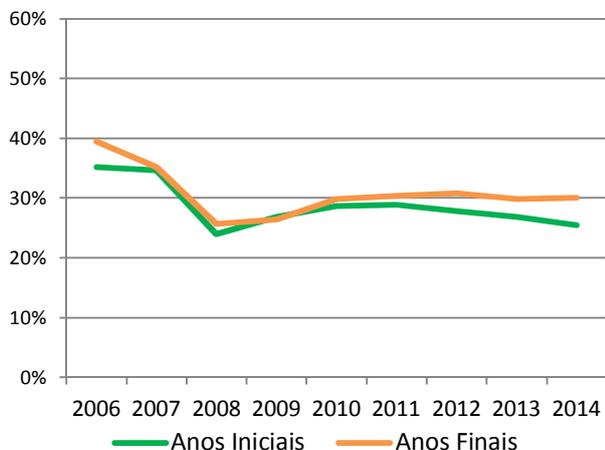
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 48 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Brasil.



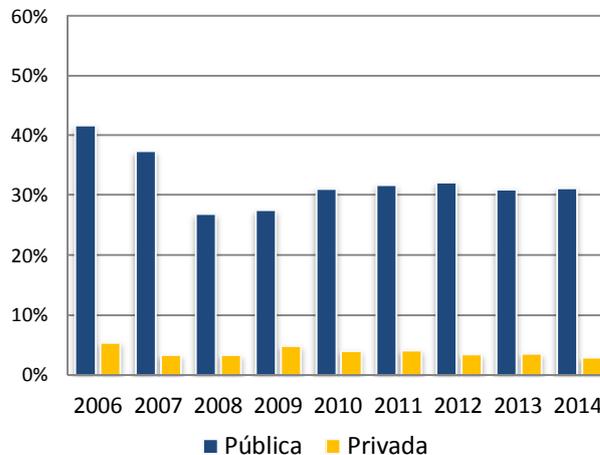
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 49 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Acre.



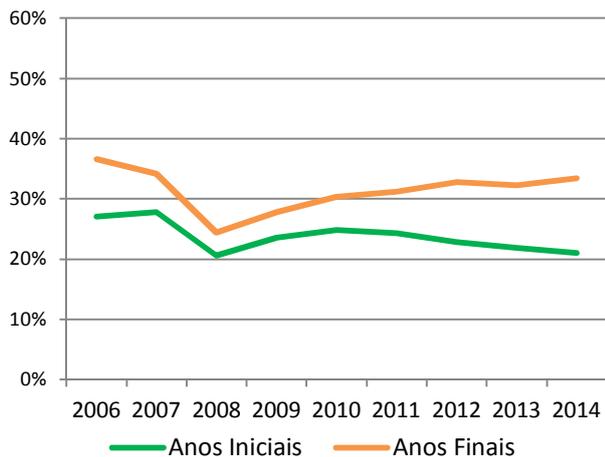
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 50 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Acre.



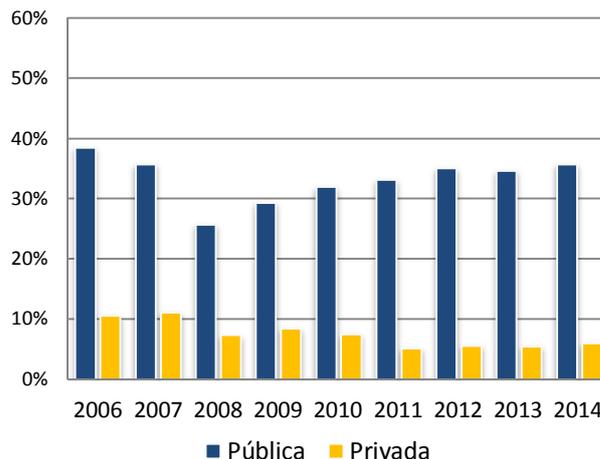
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 51 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Amapá.



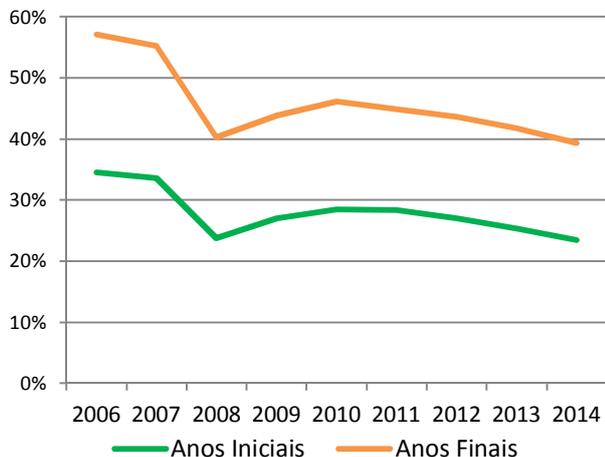
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 52 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Amapá.



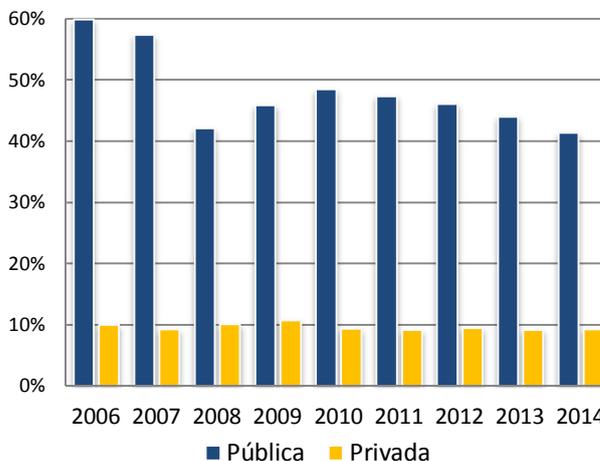
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 53 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Amazonas.



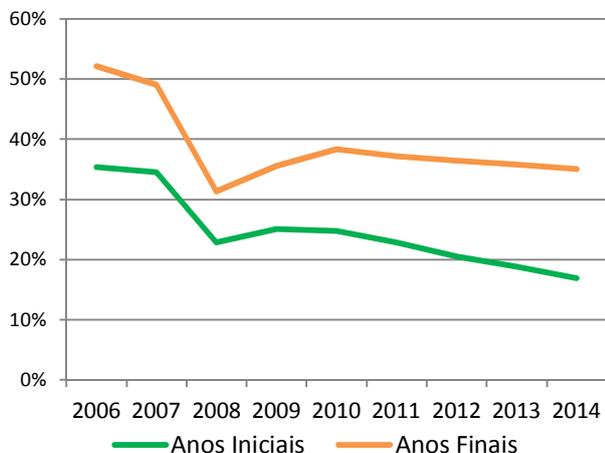
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 54 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Amazonas.



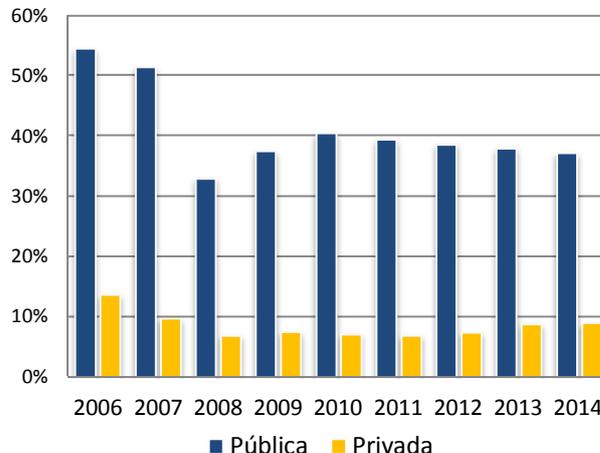
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 55 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Maranhão.



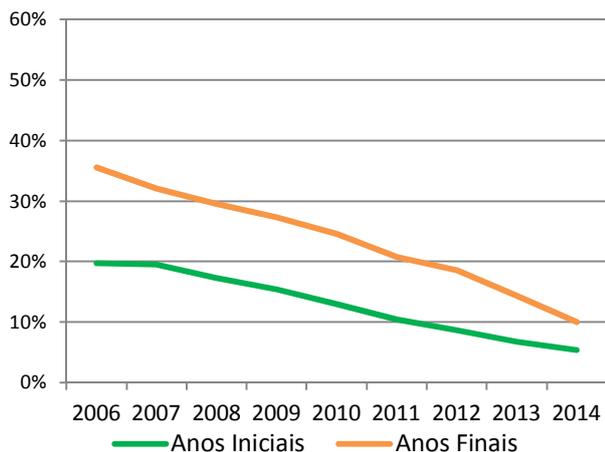
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 56 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Maranhão.



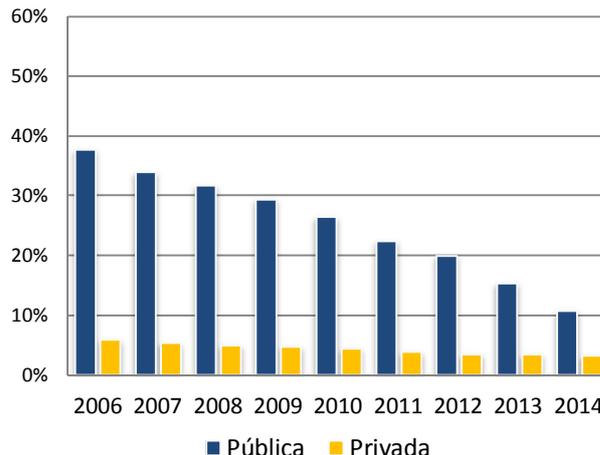
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 57 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Mato Grosso.



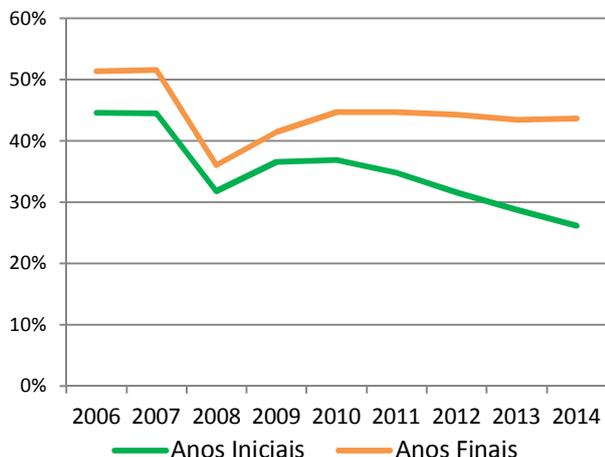
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 58 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Mato Grosso.



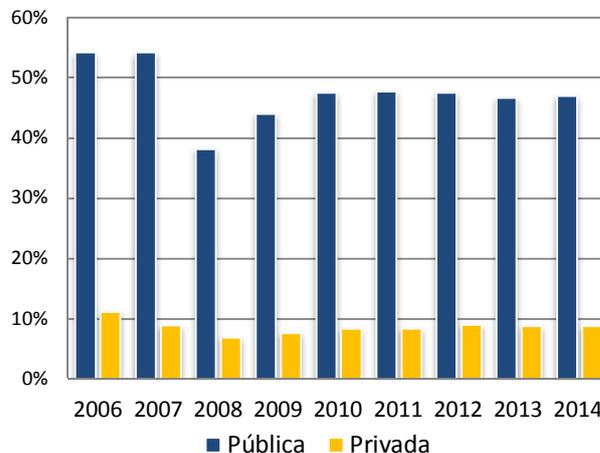
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 59 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Pará.



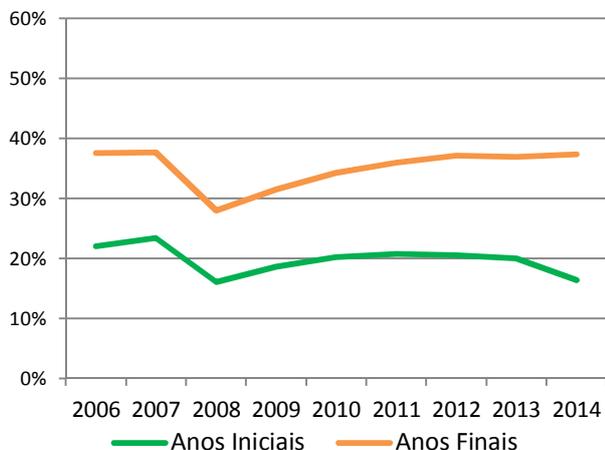
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 60 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Pará.



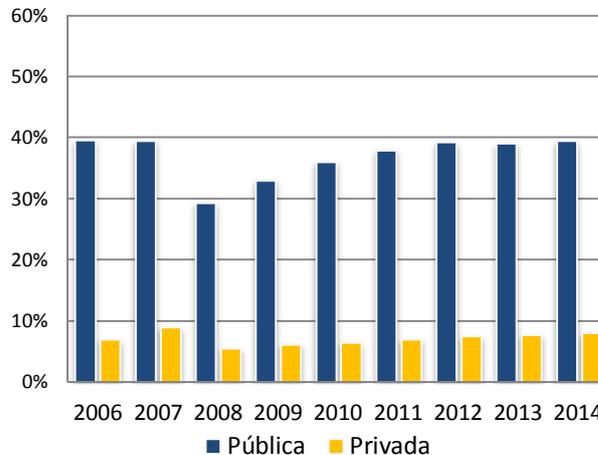
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 61 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Rondônia.



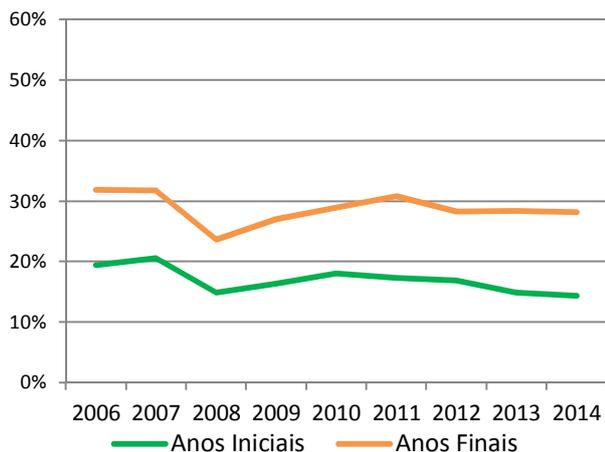
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 62 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Rondônia.



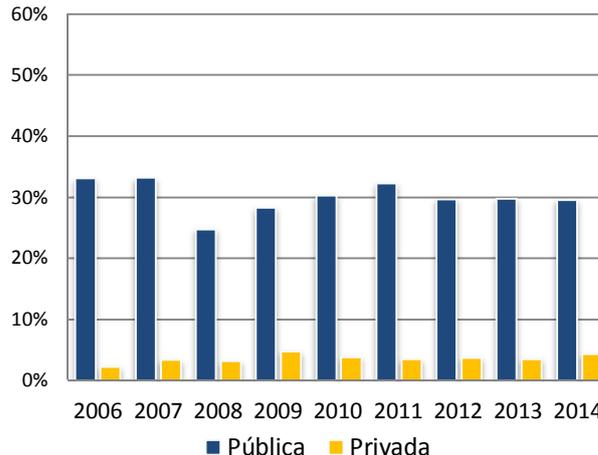
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 63 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Roraima.



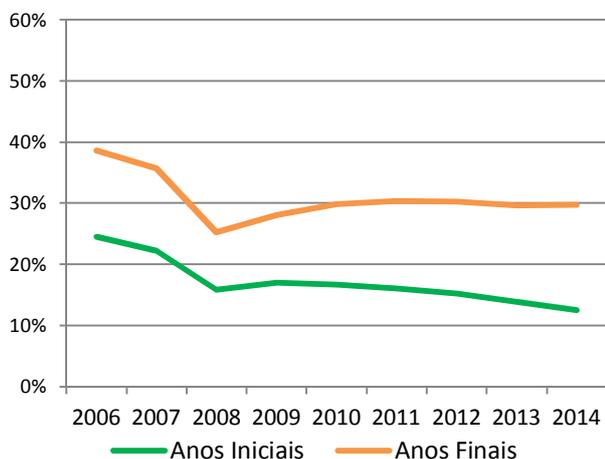
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 64 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Roraima.



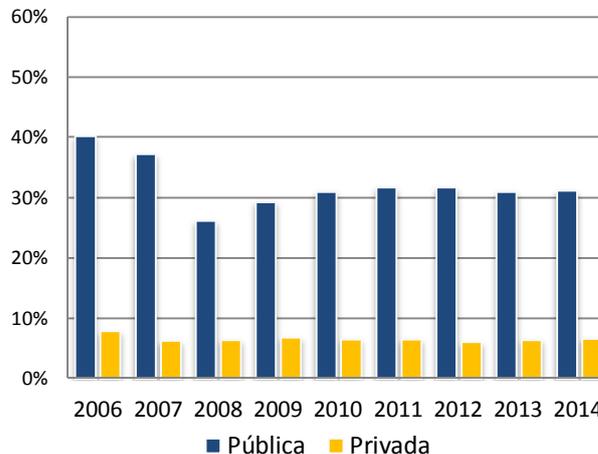
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 65 - Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais e finais-Tocantins.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 66 - Taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental-Tocantins.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Observa-se no gráfico 59 que o Pará foi o estado que apresentou a maior taxa de distorção idade-série, tanto nos anos iniciais (26,2%) quanto nos anos finais (43,7%). O estado do Mato Grosso apresentou as menores taxas, com 5,3% de taxa de distorção para os anos iniciais e 10% para os anos finais.

Observando os gráficos que apresentam as taxas de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental nas instituições de ensino públicas e particulares, pode-se perceber que o número de alunos matriculados em série inadequada para sua idade é bem superior nos estabelecimentos públicos do que nos estabelecimentos particulares de ensino.

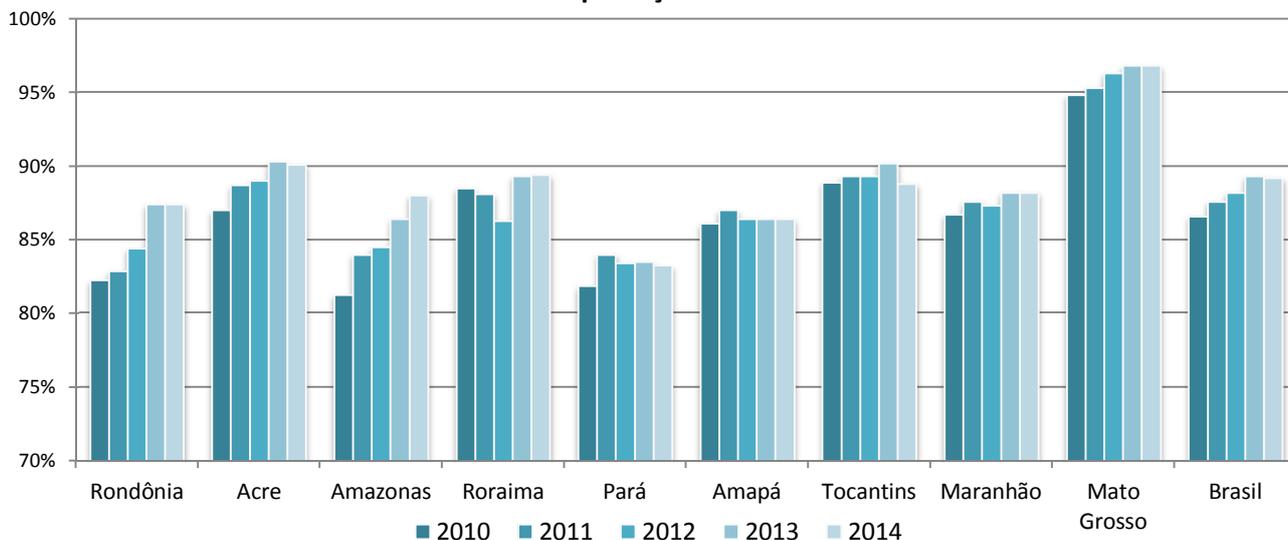
Através da análise dos gráficos pode-se perceber também que as taxas de distorção idade-série são maiores nos anos finais do ensino fundamental.

2.2.5 Taxas de aprovação, reprovação e abandono.

Ao final de um ano letivo, os alunos podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada um destas situações constitui a Taxa de Rendimento: *Aprovação + Reprovação + Abandono = 100%*

Os gráficos 67 a 69 na página a seguir mostram os valores dessas taxas para o Brasil e para os estados da Amazônia Legal.

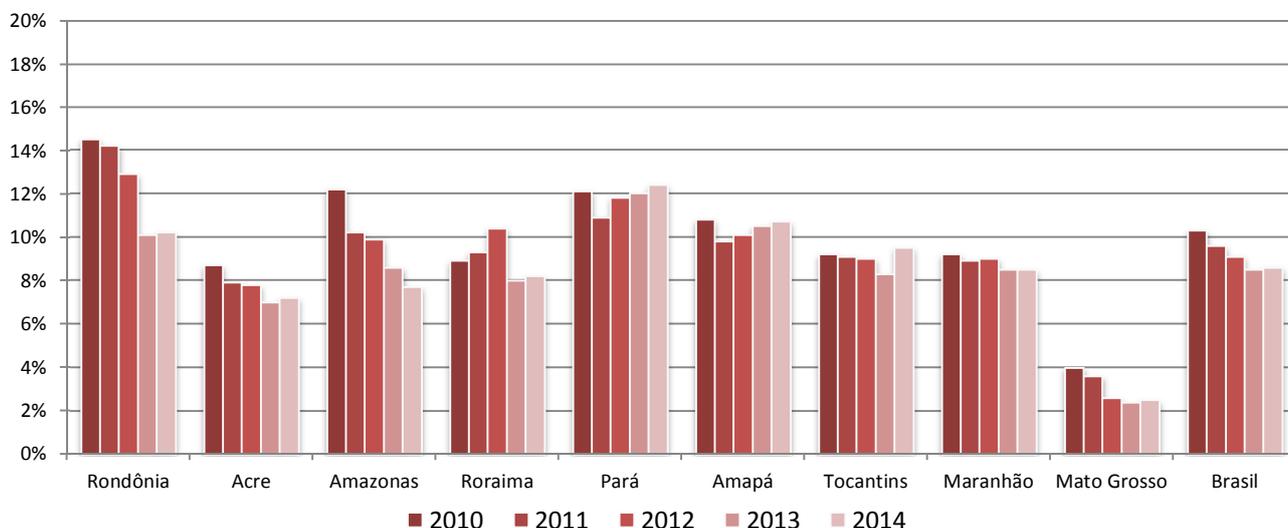
Gráfico 67 - Taxas de aprovação no ensino fundamental.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

A taxa de aprovação indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançou os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontrava. Pode-se observar que esta taxa vem aumentando nos últimos anos. Em 2014 a taxa de aprovação para o país ficou em 89,2%. No mesmo ano, os estados de Roraima, Acre e Mato Grosso apresentaram taxas acima da média nacional, 89,4%, 90,1% e 96,8% respectivamente. O estado do Pará apresentou a menor taxa, com 83,2% dos alunos aprovados.

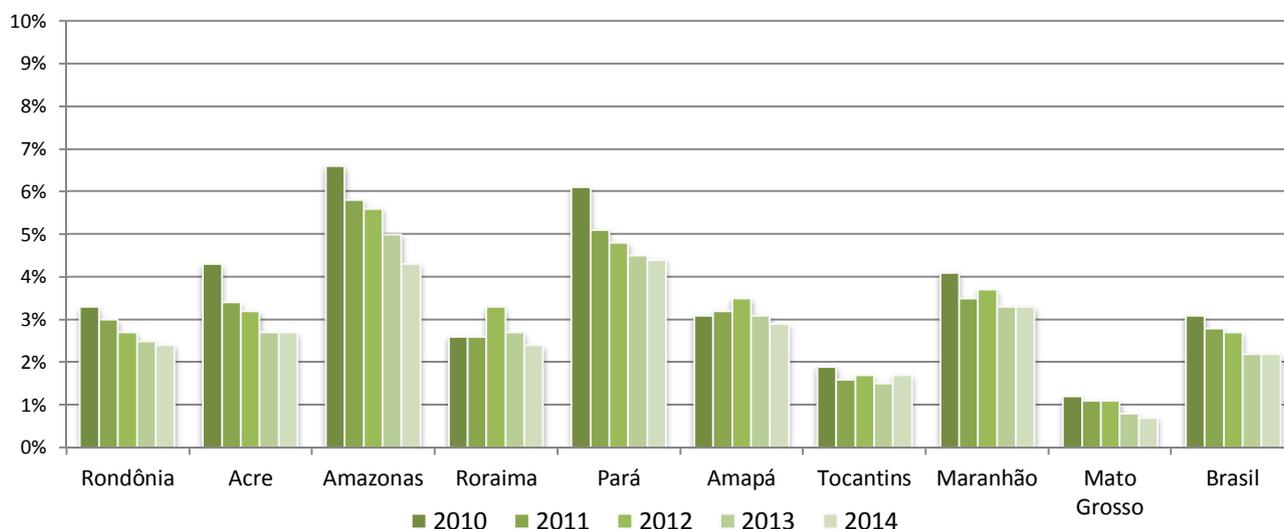
Gráfico 68 - Taxas de reprovação no ensino fundamental.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

A taxa de reprovação mostra a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, não alcançou os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontravam. Não estando aptos a se matricularem na próxima etapa, no ano seguinte. A média nacional para taxa de reprovação no ensino fundamental em 2014 ficou em 8,6%. Mato Grosso apresentou taxa de reprovação de 2,5%, bem abaixo da média nacional e das taxas de reprovação dos demais estados da Amazônia Legal.

Gráfico 69 - Taxas de abandono no ensino fundamental.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

A taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo. Observando o gráfico 69 pode-se perceber uma diminuição na taxa de abandono no período analisado. Mato Grosso e Tocantins com taxas de 0,7% e 1,7% foram os estados que apresentaram valores menores que a média nacional de 2,2% em 2014. Além da maior taxa de reprovação em 2014, o estado do Pará também apresentou a maior taxa de abandono no referido ano.

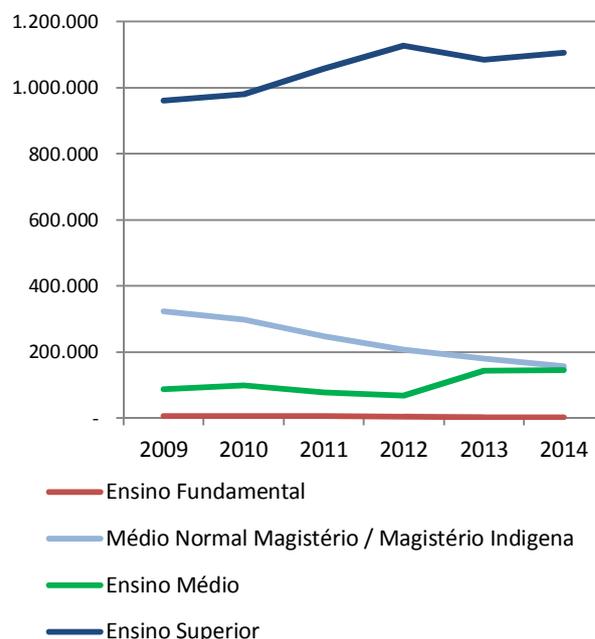
2.2.6 Escolaridade dos professores que lecionam no ensino fundamental

Os gráficos 70 a 82 a seguir apresentam informações sobre a escolaridade dos docentes que atuam no ensino fundamental. Ressalta-se que os gráficos estão em escalas diferentes para melhor representar suas variações.

Nos gráficos podemos notar um crescente número de docentes obtendo o ensino superior tanto no país quanto na Amazônia Legal. Na Amazônia Legal 64% dos professores que lecionam no ensino fundamental possuíam ensino superior em 2014. Deste total 67% possuem graduação, 32% especialização e 1% mestrado. No mesmo ano ainda foram contabilizados no Brasil 2.741 profissionais com apenas o ensino fundamental atuando nesta etapa de ensino. Na Amazônia Legal esse total ficou em 1.145 professores.

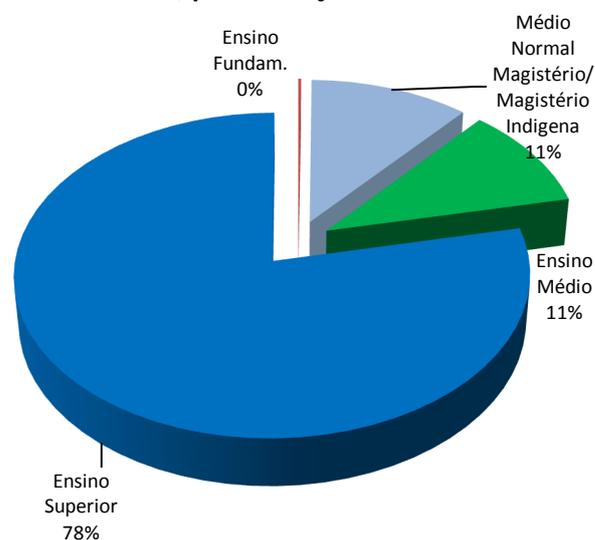
Em todos os estados da Amazônia Legal observa-se um aumento de docentes com ensino superior no período analisado.

Gráfico 70 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Brasil.



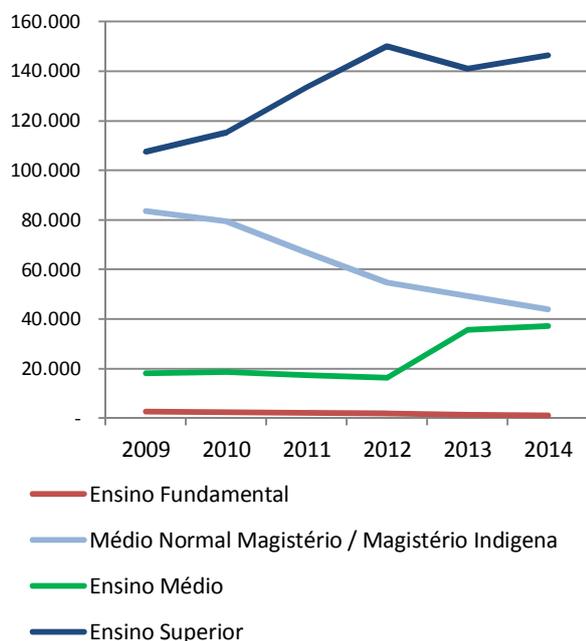
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 71 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação no Brasil - 2014.



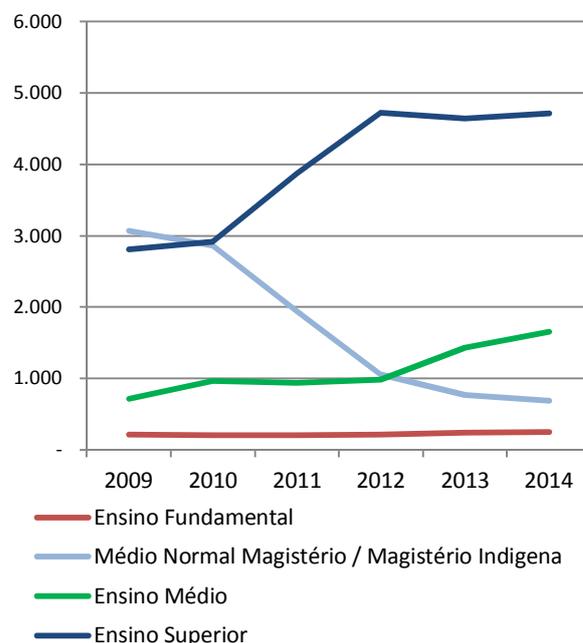
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 72 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Amazônia Legal.



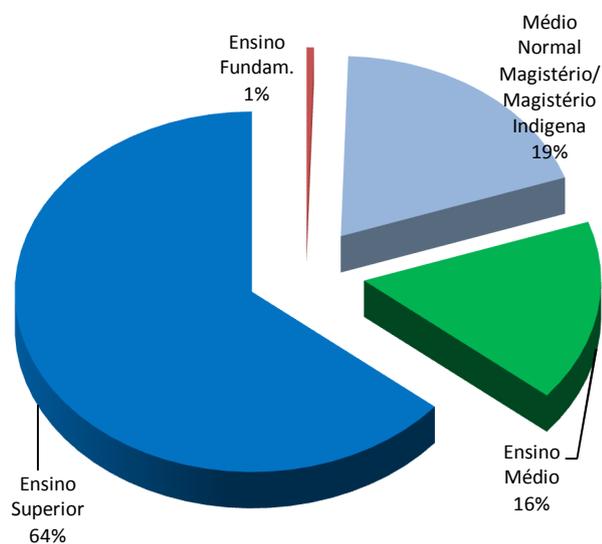
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 74 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Acre.



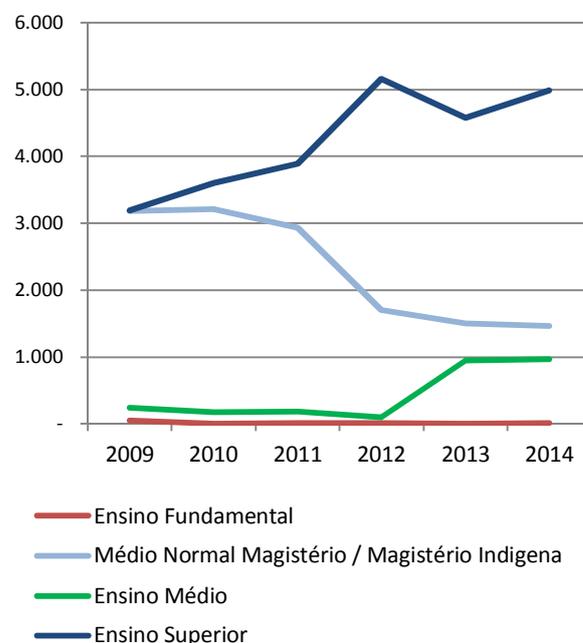
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 73 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação na Amazônia Legal - 2014.



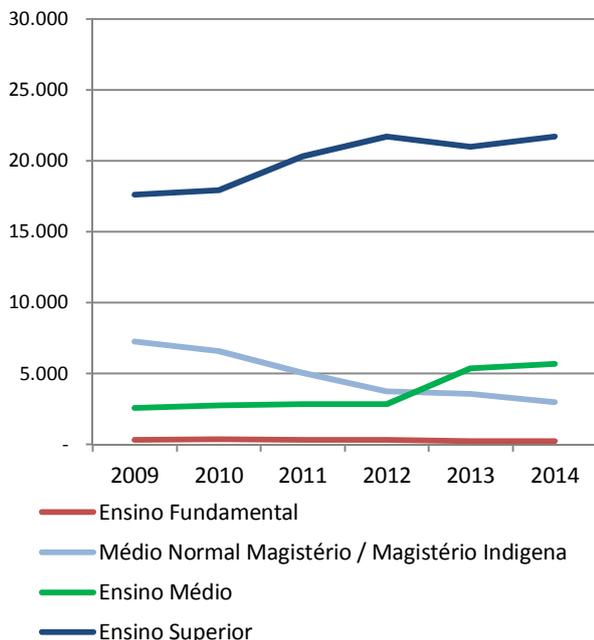
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 75 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Amapá.



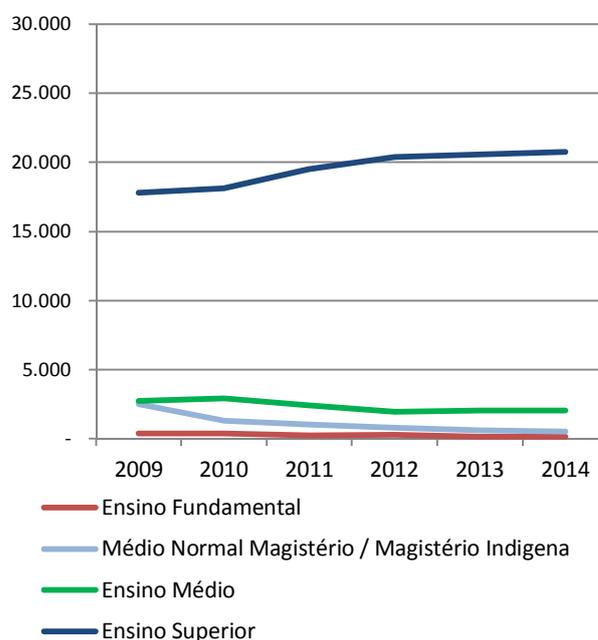
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 76 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Amazonas.



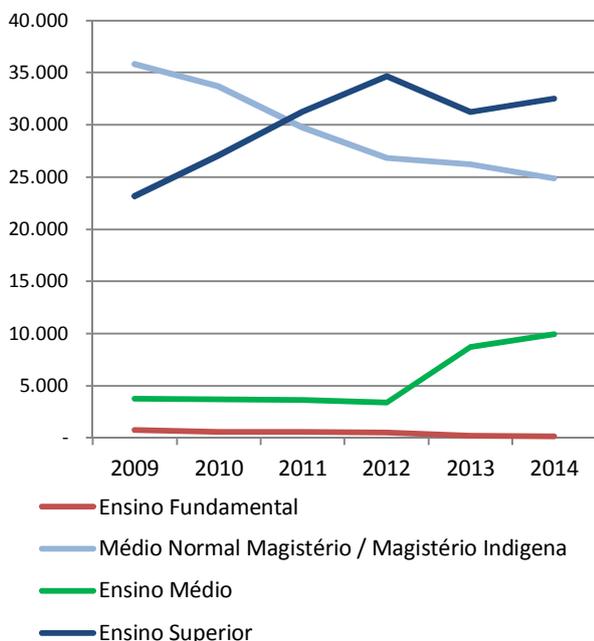
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 78 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Mato Grosso.



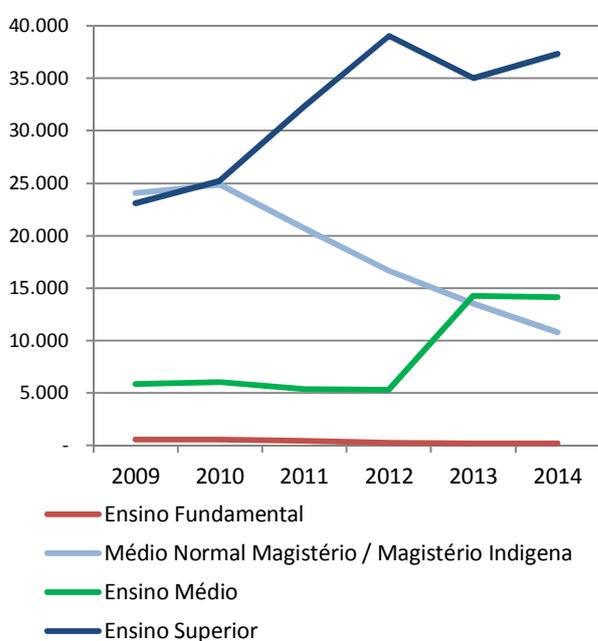
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 77 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Maranhão.



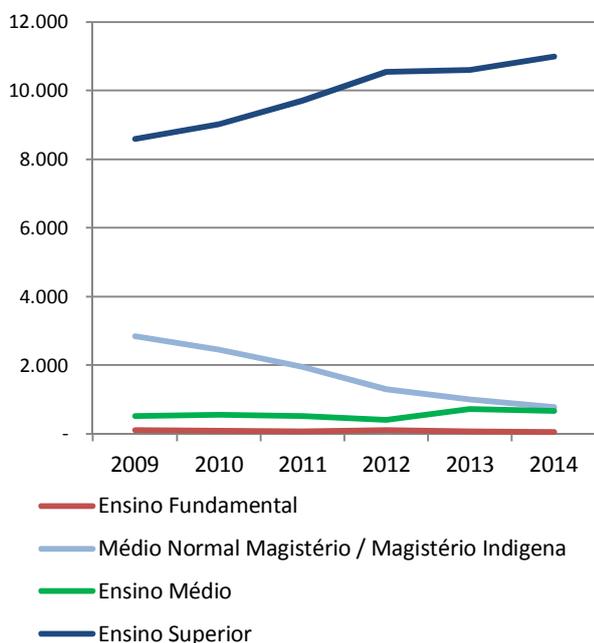
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 79 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Pará.



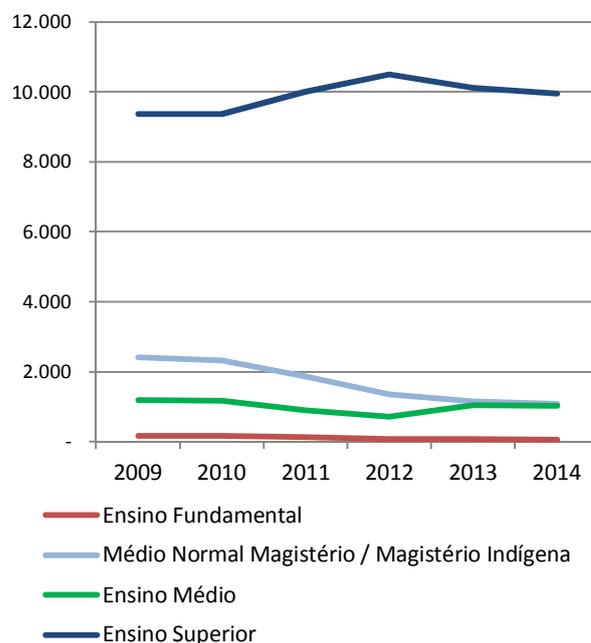
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 80 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Rondônia.



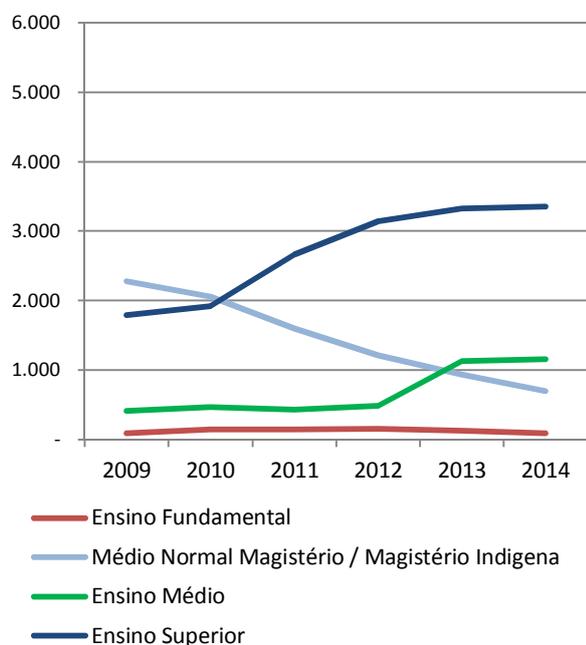
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 82 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Tocantins.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 81 - Docentes que atuam no ensino fundamental, por formação – Roraima.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.3 Ensino Médio

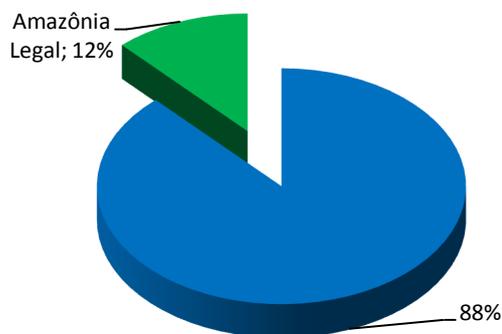
O ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 (três) anos. Segundo informações do Observatório do Plano Nacional de Educação, no Brasil, cerca de 2,9 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o ensino médio. Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% são as metas do PNE para o ensino médio.

2.3.1 Estabelecimentos e matrículas

Nos gráficos 83 a 88 são apresentados dados sobre estabelecimentos e matrículas no Brasil e na Amazônia Legal. São considerados o total de estabelecimentos e matrículas no ensino médio, no ensino médio normal/magistério e ensino médio integrado à educação profissional.

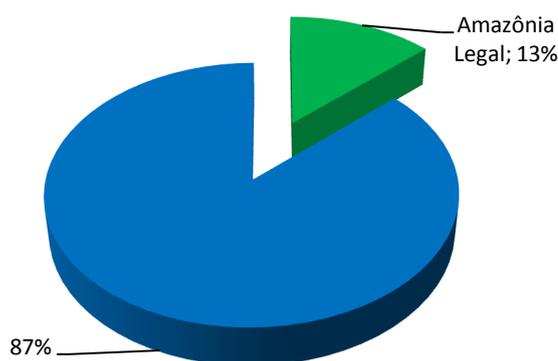
Analisando os dados referentes aos estabelecimentos percebe-se a predominância das instituições públicas de ensino, sobretudo as de responsabilidade dos governos estaduais. Em 2014 as escolas de ensino médio totalizaram no país 27.743 estabelecimentos. Destes estabelecimentos, 19.576 eram públicos, dos quais 18.871 eram escolas estaduais (96,4% dos estabelecimentos públicos). Na Amazônia Legal, dados do mesmo ano mostram que existiam 3.762 escolas de ensino médio na região, sendo 95,7% das 3.051 instituições públicas contabilizadas, escolas estaduais.

Gráfico 83 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino médio no Brasil - 2014.



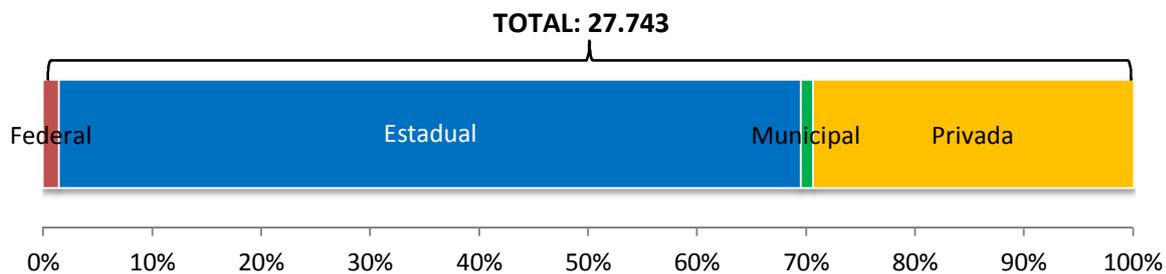
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 84 - Distribuição das matrículas no ensino médio no Brasil - 2014.



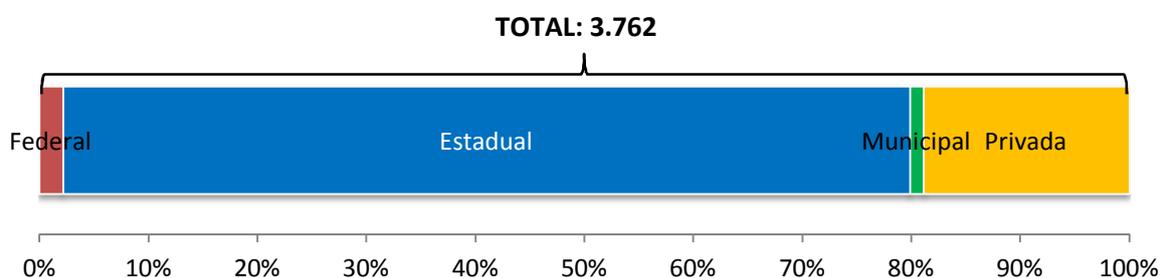
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 85 - Estabelecimentos de ensino médio por dependência administrativa no Brasil - 2014.



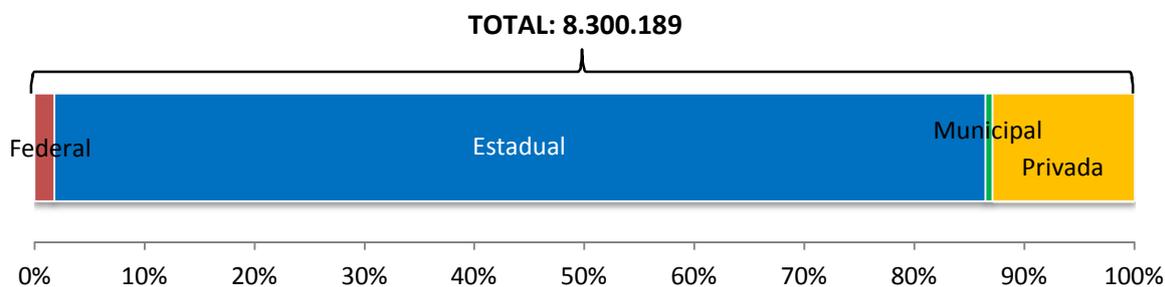
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 86 - Estabelecimentos de ensino médio por dependência administrativa na Amazônia Legal -2014.



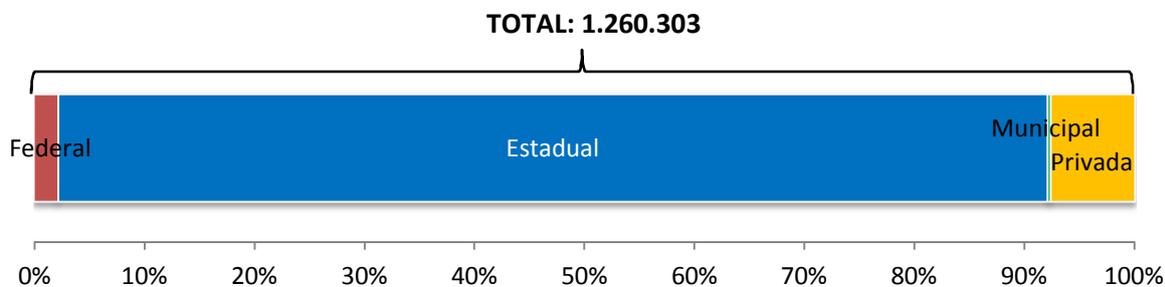
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 87 - Matrículas no ensino médio por dependência administrativa no Brasil - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

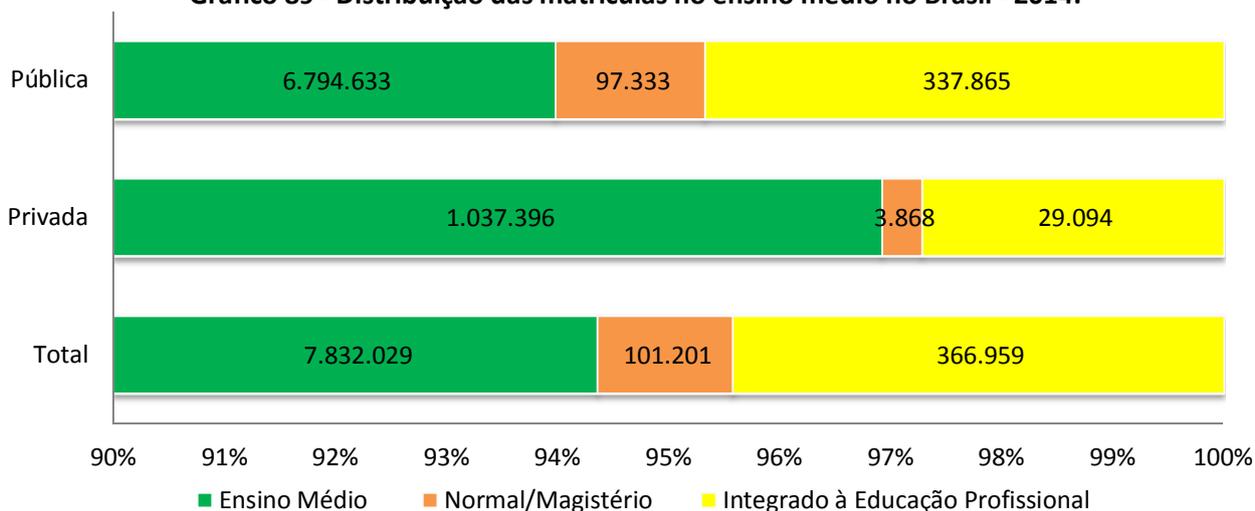
Gráfico 88 - Matrículas no ensino médio por dependência administrativa na Amazônia Legal -2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

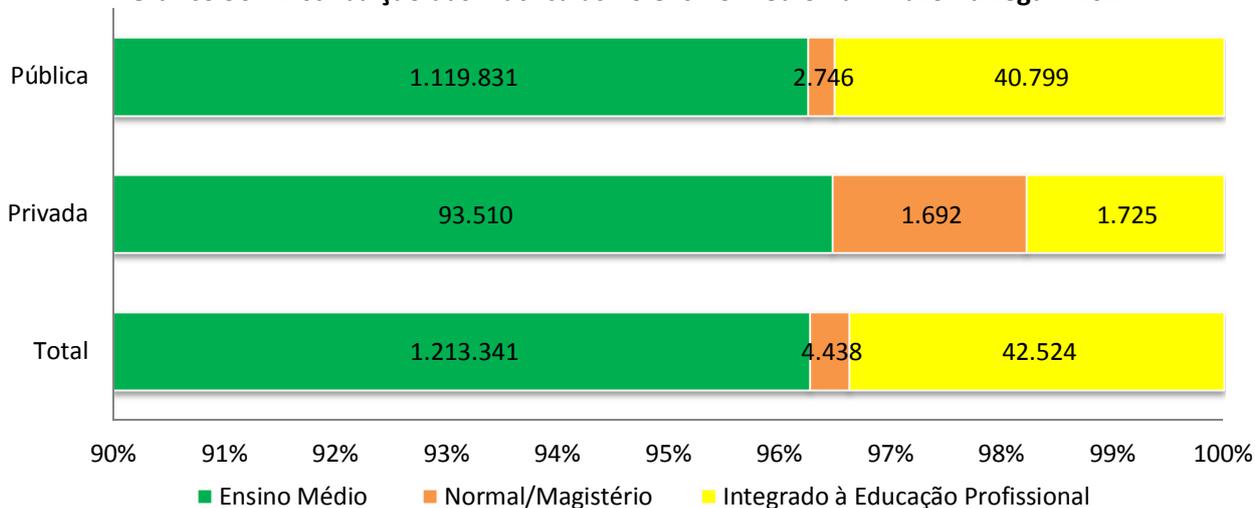
Nos gráficos 89 e 90 podemos observar a distribuição das matrículas nas redes pública e privada e nos diferentes tipos de ensino médio: ensino médio, normal/magistério e integrado à educação profissional. Percebe-se que tanto no Brasil quanto na Amazônia Legal as matrículas nas instituições de ensino médio sem integração com algum tipo de educação profissional, seja de formação de docentes ou de formação técnica, são maioria. A menor parcela das matrículas foi realizada no ensino médio normal/magistério, curso de formação que habilita para a docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 89 - Distribuição das matrículas no ensino médio no Brasil - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 90 - Distribuição das matrículas no ensino médio na Amazônia Legal - 2014.



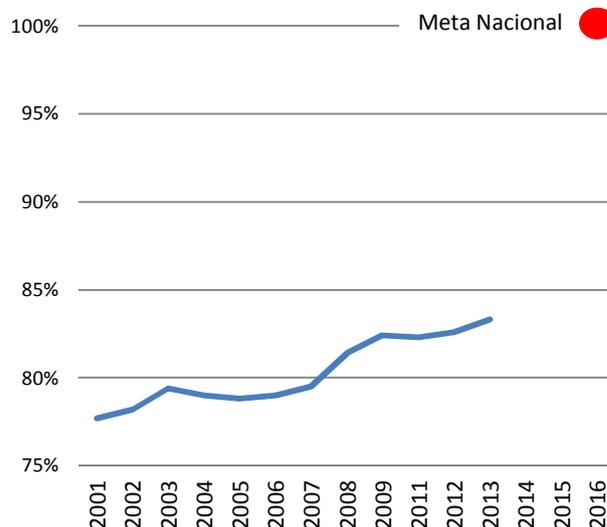
Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.3.2 Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola – Taxa de atendimento.

A meta 3 do PNE é composta por duas submetas. Uma, delas é medida pelo indicador taxa de atendimento. Este indicador mede o percentual de jovens de 15 a 17 anos que estão na escola, independentemente de estarem cursando o ano compatível com a sua idade. Em 2013, o Brasil apresentou taxa de atendimento igual a 83,3% e a meta é que 100% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estejam matriculados na escola até 2016.

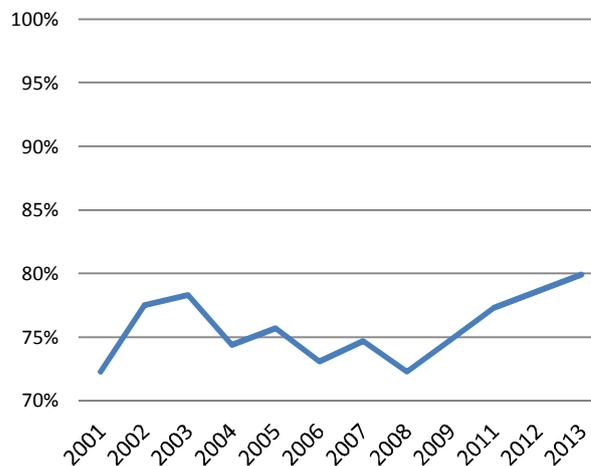
Este indicador é calculado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) levando-se em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. São excluídos da população de 15 a 17 anos, aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Gráfico 91 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Brasil.



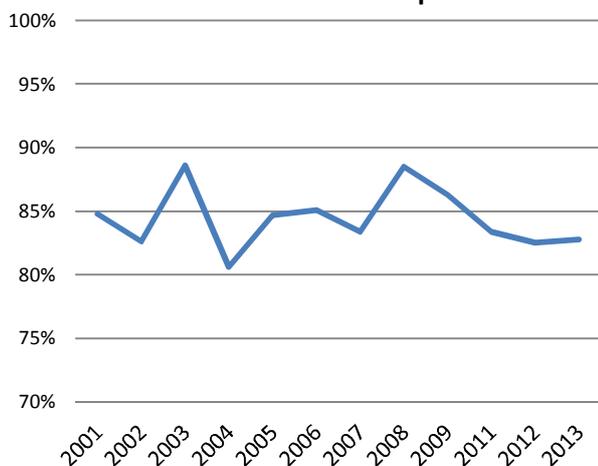
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 92 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Acre.



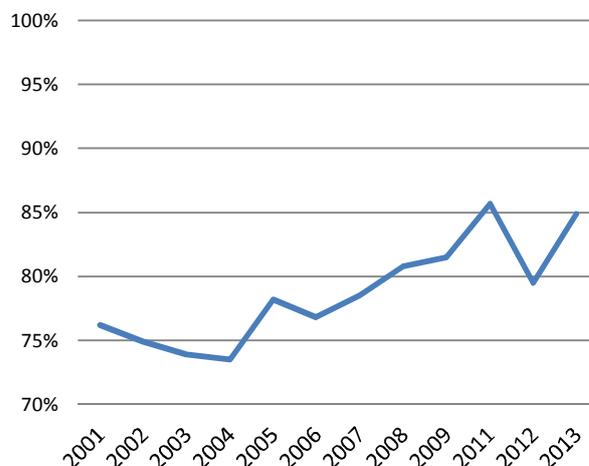
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 93 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Amapá.



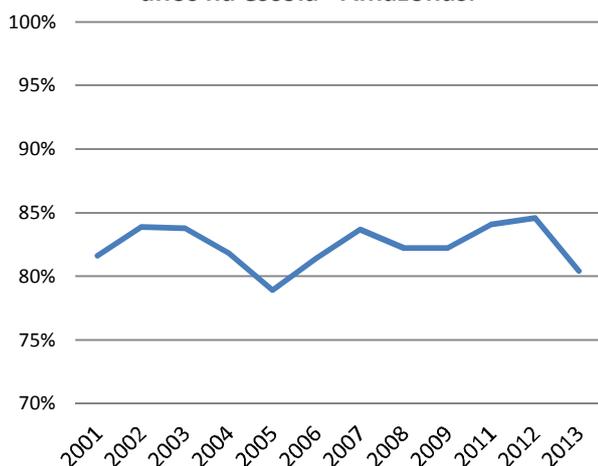
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 96 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Mato Grosso.



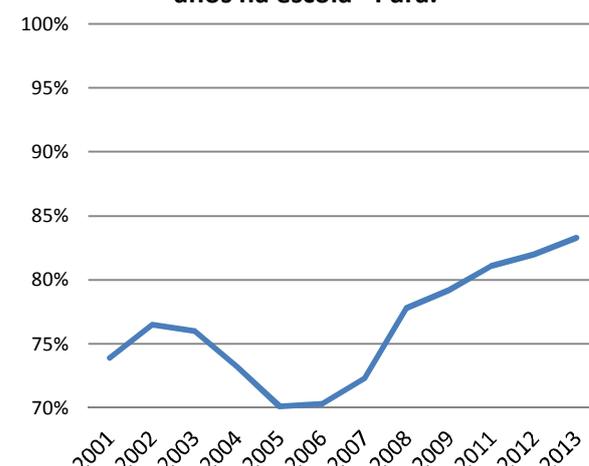
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 94 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Amazonas.



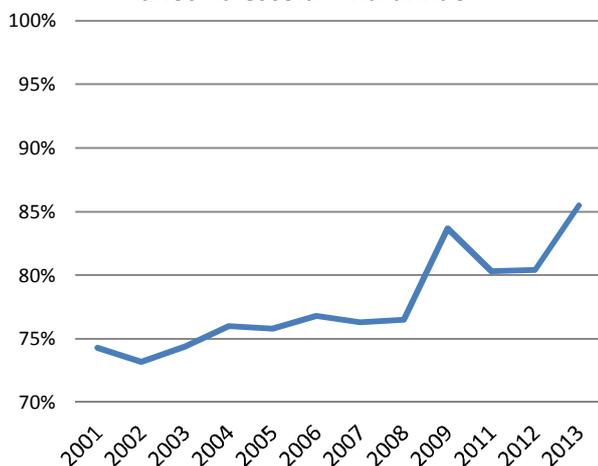
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 97 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Pará.



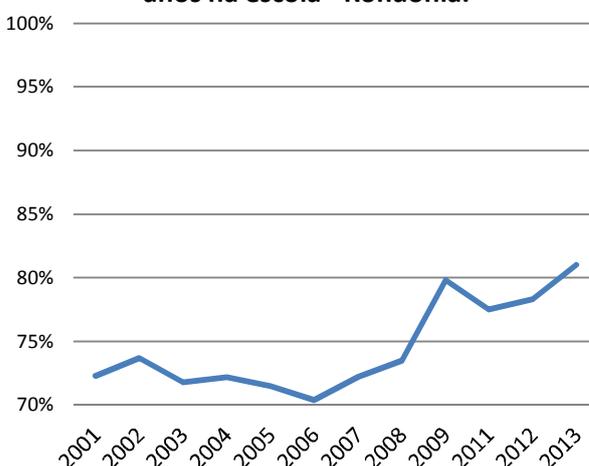
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 95 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Maranhão.



Fonte: IBGE/PNAD.

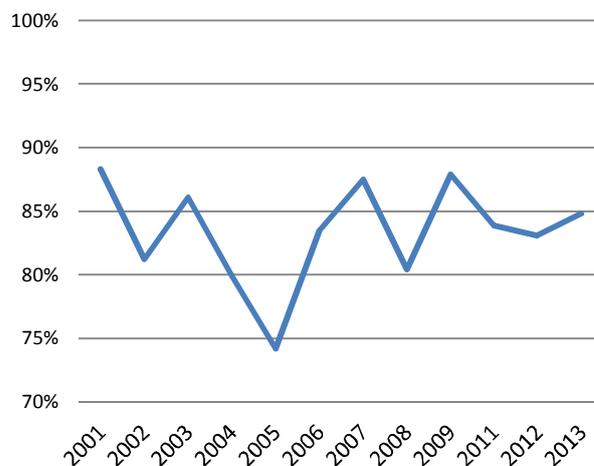
Gráfico 98 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Rondônia.



Fonte: IBGE/PNAD.

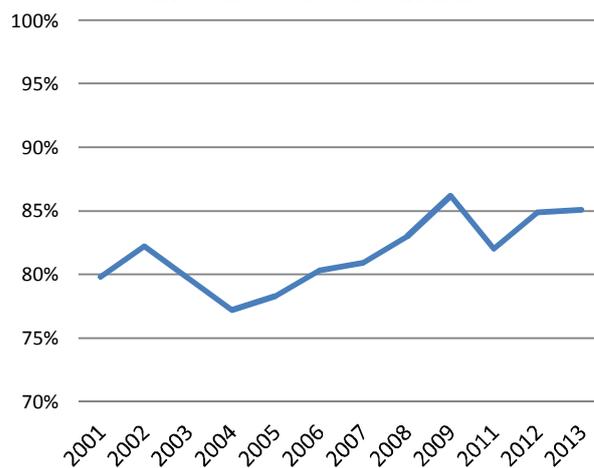
Observando-se os gráficos 92 a 100 nota-se uma oscilação no percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados em escola. Comparando-se o primeiro e o último ano do período analisado, os estados do Amapá, Amazonas e Roraima apresentaram uma redução neste percentual. Os estados do Maranhão, Mato grosso, Roraima e Tocantins apresentaram taxas de atendimento acima da média nacional em 2013.

Gráfico 99 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Roraima.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 100 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola - Tocantins.



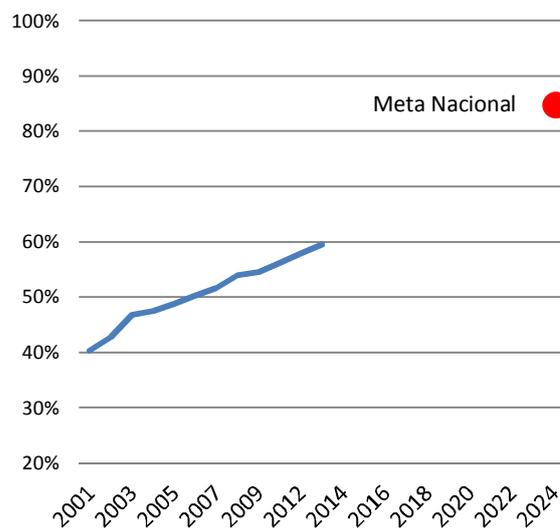
Fonte: IBGE/PNAD.

2.3.3 Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio – Taxa líquida de matrícula.

Este indicador mostra o percentual de alunos que estão no Ensino Médio na idade correta, ou seja, entre 15 e 17 anos de idade. O cálculo deste indicador é feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), considerando-se a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Na taxa são excluídos da população de 15 a 17 anos, aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

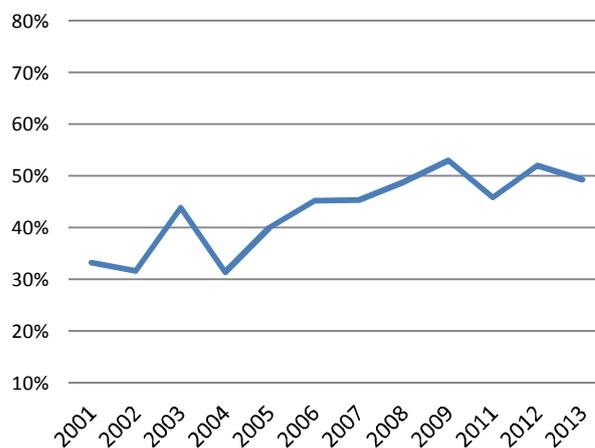
A meta do PNE é que 85% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados no ensino médio até 2024. Como pode ser observado no gráfico 101, em 2013, o Brasil apresentou taxa igual a 59,5%.

Gráfico 101 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Brasil.



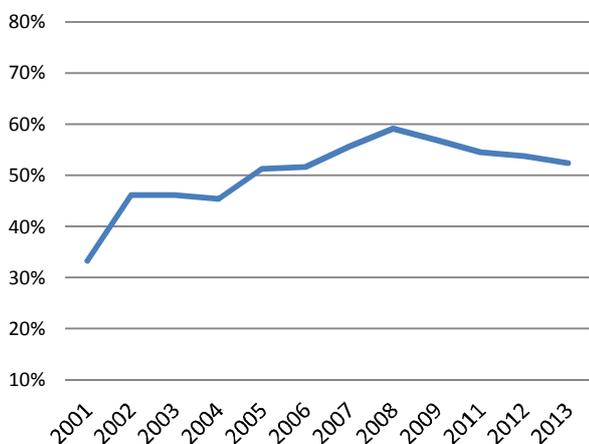
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 102 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Acre.



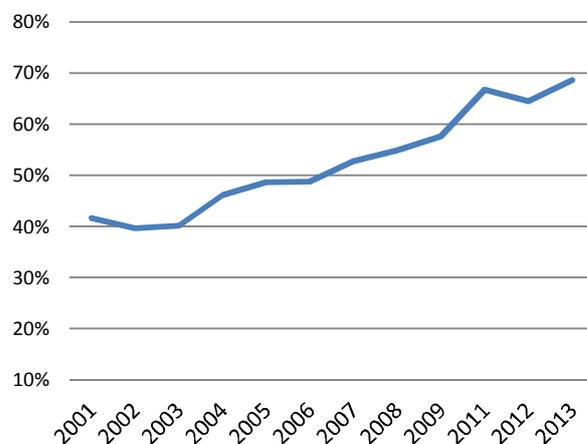
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 103 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Amapá.



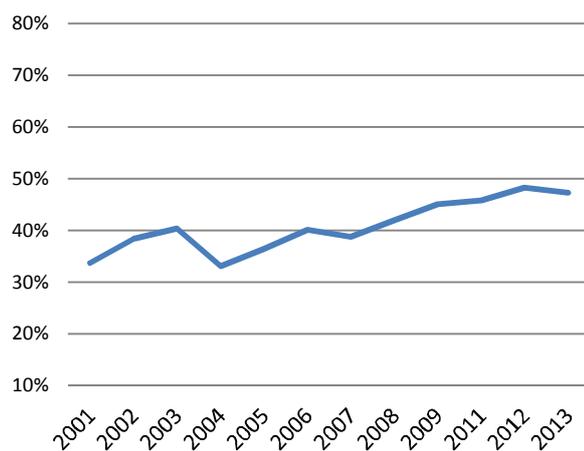
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 106 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ens. Médio - Mato Grosso.



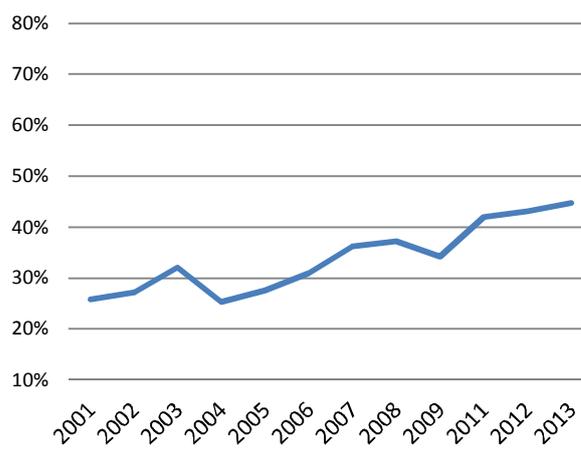
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 104 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Amazonas.



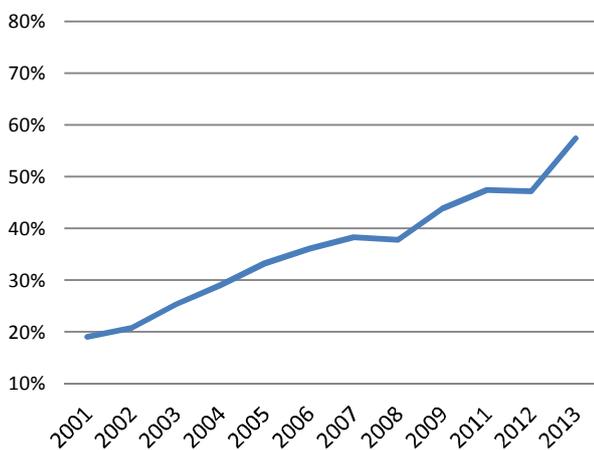
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 107 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Pará.



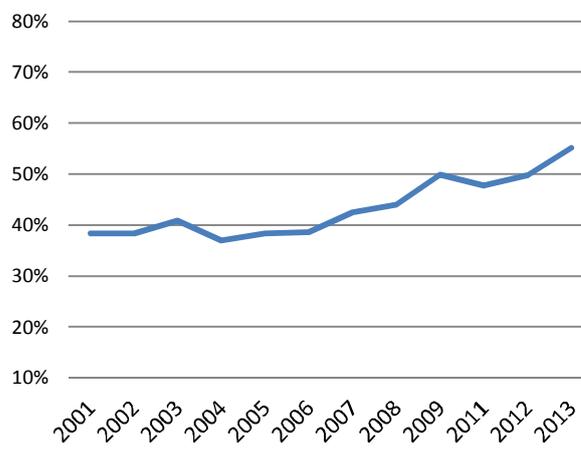
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 105 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Maranhão.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 108 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Rondônia.



Fonte: IBGE/PNAD.

Comparando-se as taxas de atendimento e as taxas líquidas de matrícula percebe-se que o percentual de alunos no ensino médio na idade correta é bem menor do que o percentual de alunos na mesma faixa etária matriculado na escola, independente de estar na série adequada a sua idade.

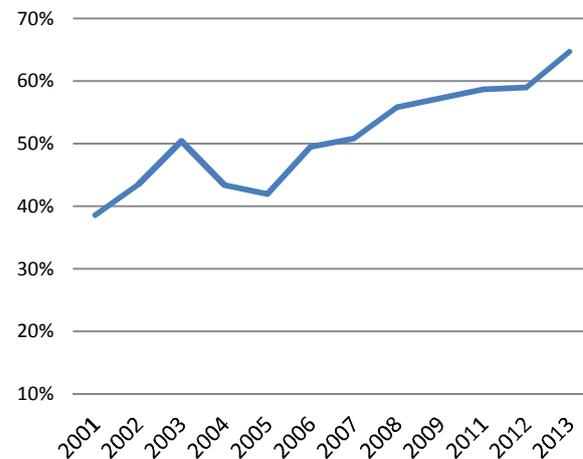
Analisando os dados referentes ao período em referência pode-se perceber um aumento na taxa líquida de matrícula nos estados da Amazônia. Mato Grosso, Roraima e Tocantins foram os estados que apresentaram taxas acima da média nacional em 2013, sendo Mato Grosso o estado da Amazônia com maior percentual de alunos com idade de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio (68,6%). O estado do Pará apresentou a menor taxa líquida de matrícula em 2013, 44,7%.

2.3.4 Percentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio.

Os gráficos 111 a 120 apresentam a série histórica das porcentagens de alunos com 19 anos de idade que concluíram o ensino médio no Brasil e em cada estado da Amazônia Legal.

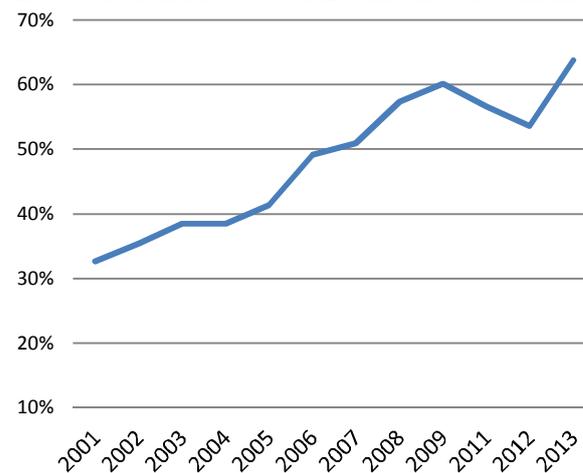
No gráfico 111, observamos que quase metade da população de 19 anos não concluiu o ensino médio no país. Com exceção do estado do Tocantins, com percentual de 56,6% de jovens com 19 anos que concluíram o ensino médio, todos os estados da Amazônia Legal apresentaram valores abaixo da média nacional que ficou em 54,3% em 2013. O estado do Pará possui o menor percentual de alunos de 19 anos que concluíram o ensino médio, apenas 33,4%.

Gráfico 109 - Percentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Roraima.



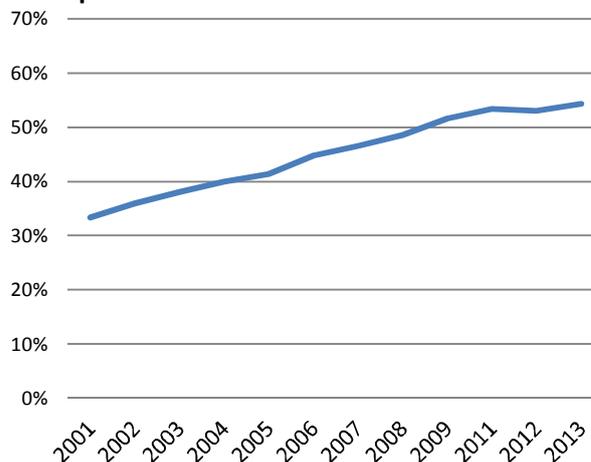
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 110 - Percentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio - Tocantins.



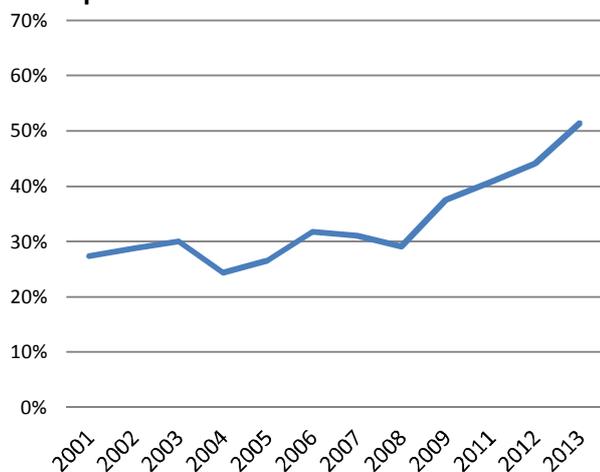
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 111 - Percentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Brasil.



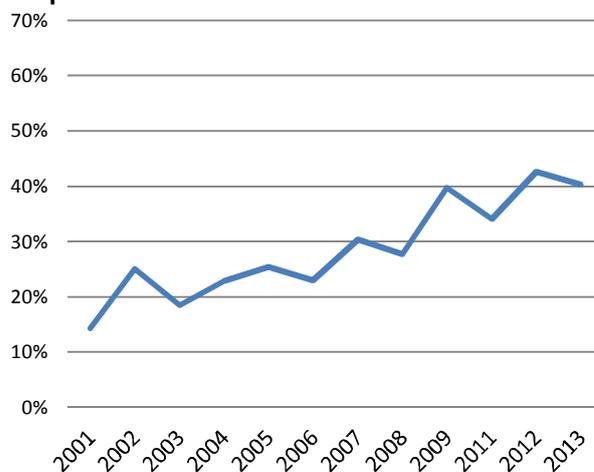
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 112 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Acre.



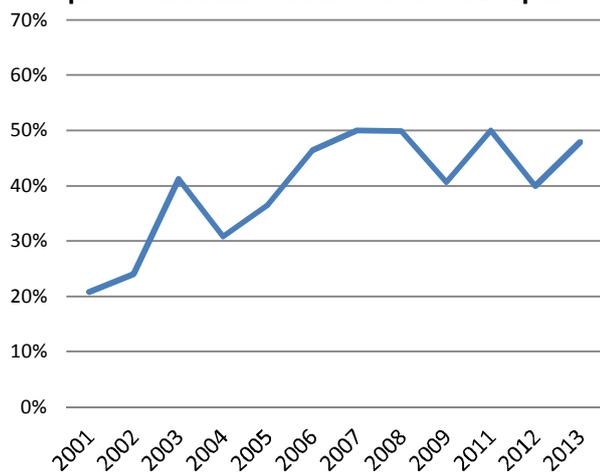
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 115 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Maranhão.



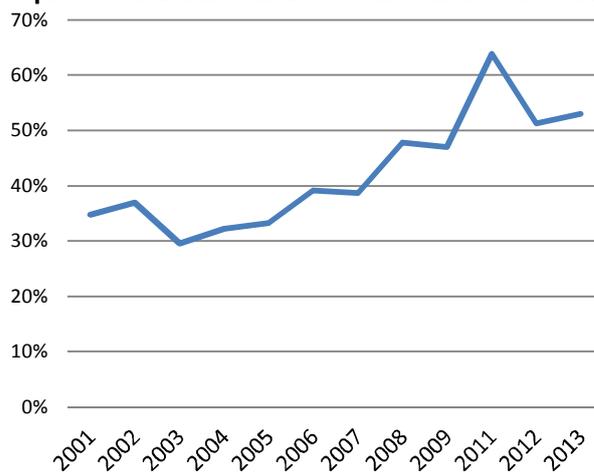
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 113 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Amapá.



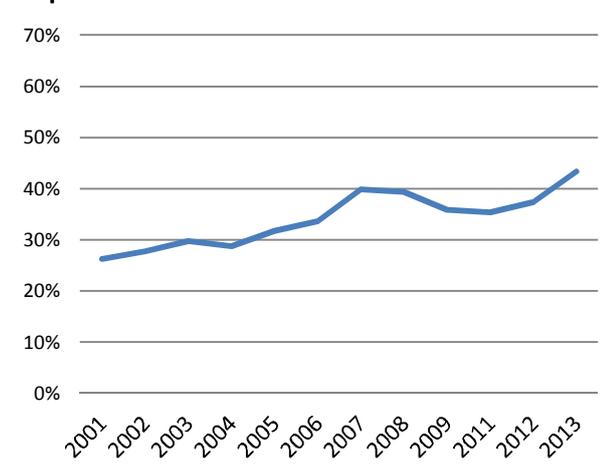
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 116 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Mato Grosso.



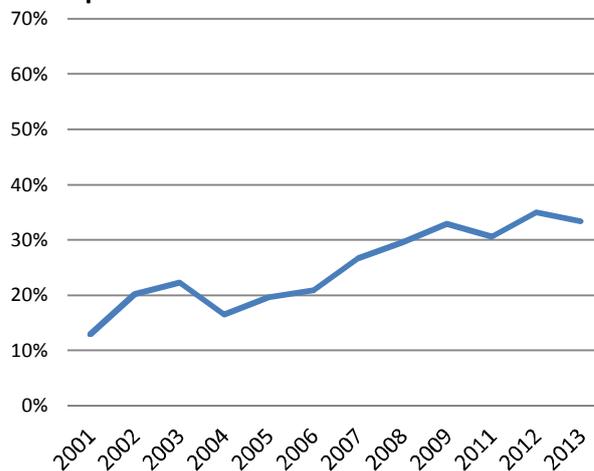
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 114 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Amazonas.



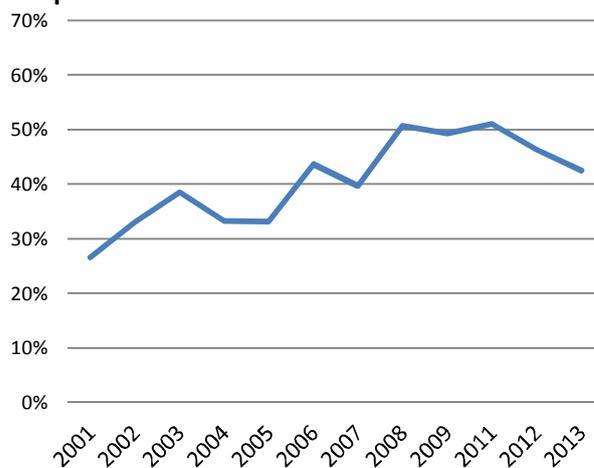
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 117 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Pará.



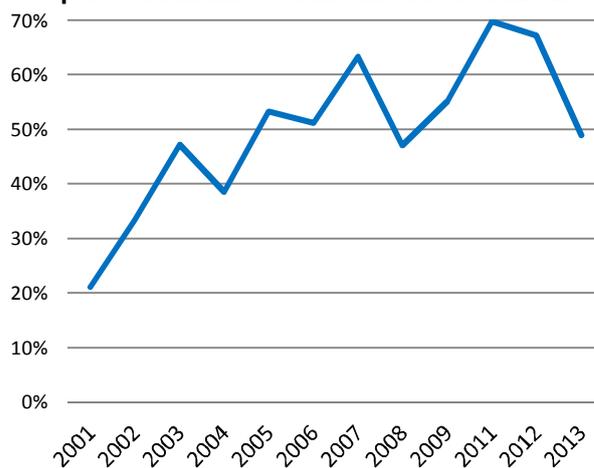
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 118 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Rondônia.



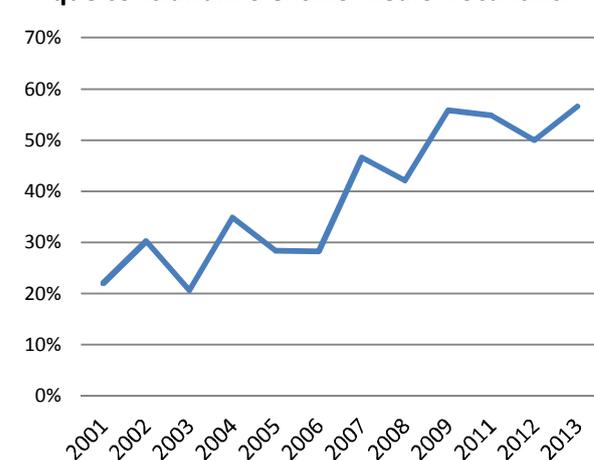
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 119 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Roraima.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 120 - Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio-Tocantins.



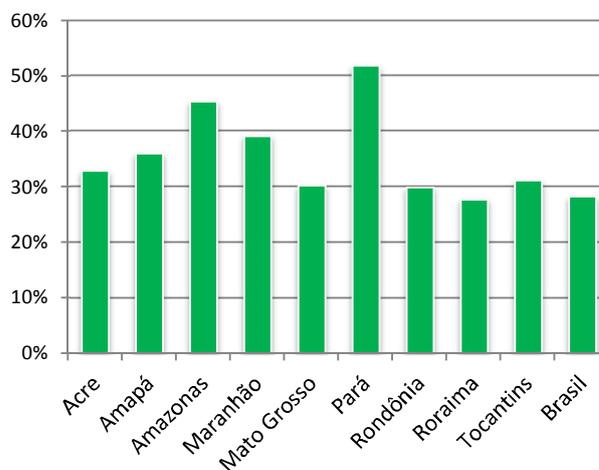
Fonte: IBGE/PNAD.

2.3.4 Taxa de distorção idade-série.

Como já foi visto, este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

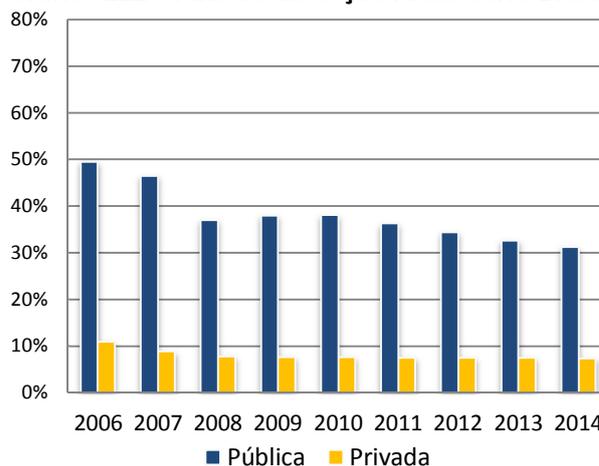
O gráfico 121 mostra as taxas de distorção idade-série no ensino médio apresentadas em 2014 pelo país e pelos estados da Amazônia. Já os gráficos 122 a 131 apresentam as taxas de distorção no ensino médio nos estabelecimentos públicos e privados para o Brasil e para cada estado da Amazônia Legal.

Gráfico 121 - Taxa de distorção idade-série no ensino médio-2014.



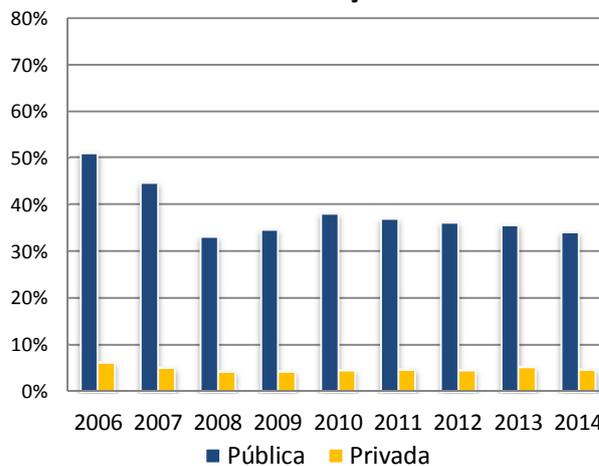
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 122 - Taxa de distorção idade-série-Brasil.



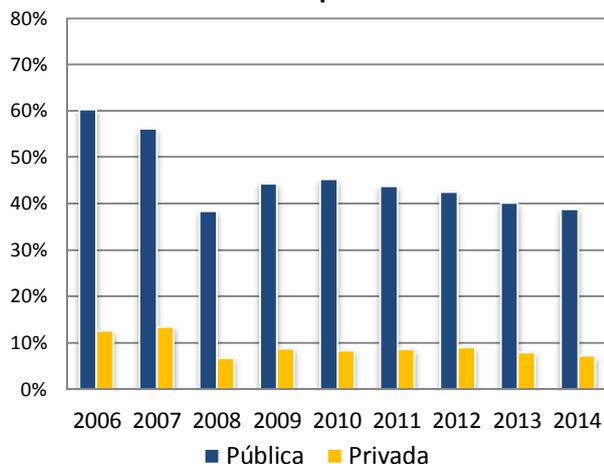
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 123 - Taxa de distorção idade-série-Acre.



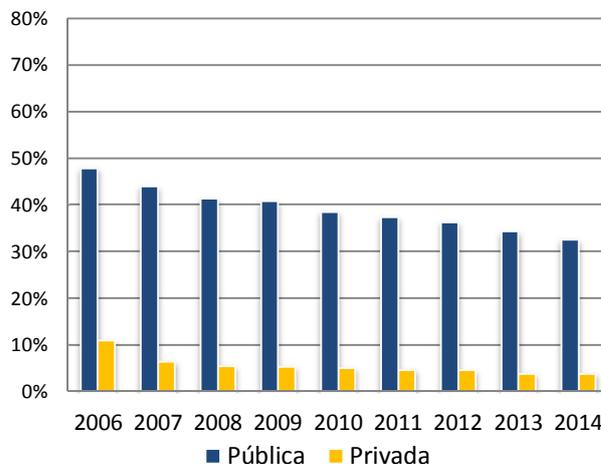
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 124 - Taxa de distorção idade-série-Amapá.



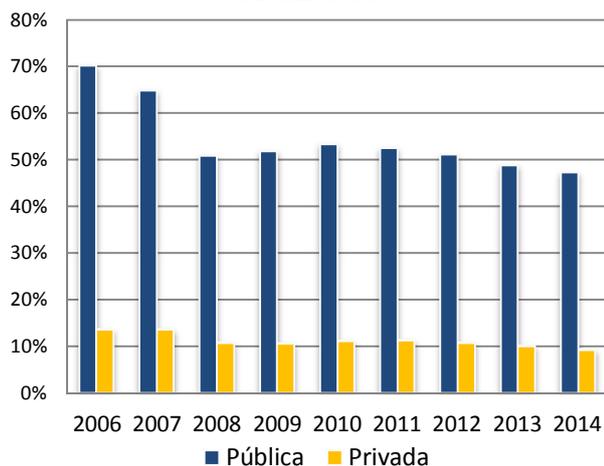
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 127 - Taxa de distorção idade-série-Mato Grosso.



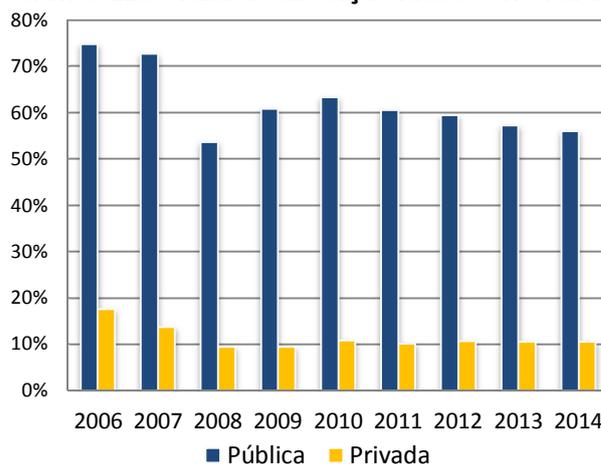
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 125 - Taxa de distorção idade-série-Amazonas.



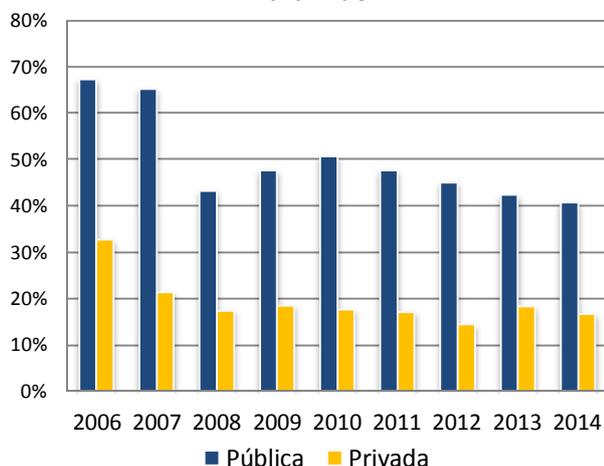
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 128 - Taxa de distorção idade-série-Pará.



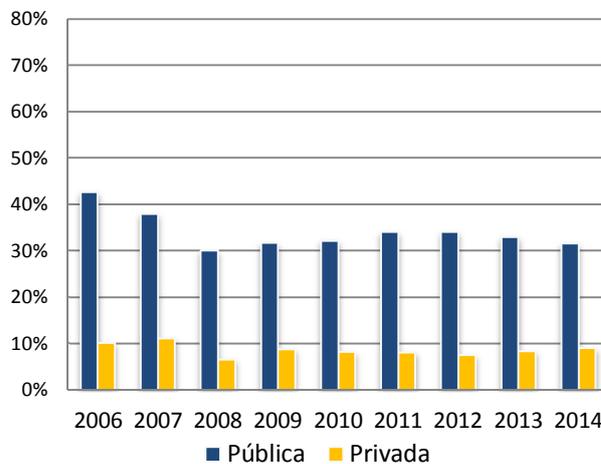
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 126 - Taxa de distorção idade-série-Maranhão.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 129 - Taxa de distorção idade-série-Rondônia.



Fonte: IBGE/PNAD.

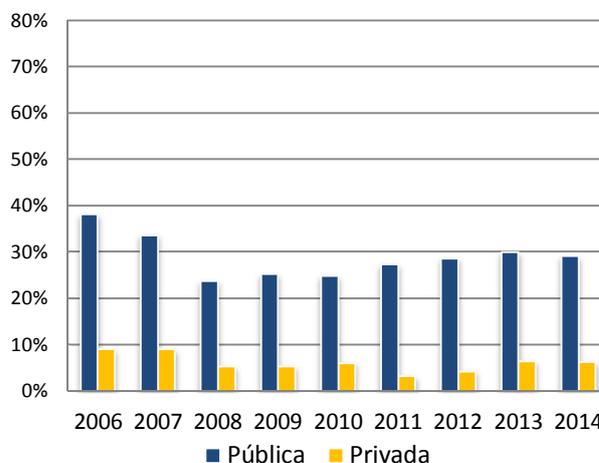
Em 2014 o estado do Pará apresentou o maior valor para a taxa de distorção idade-série dentre os estados da Amazônia Legal (51,7%). Roraima foi o estado com menor taxa no mesmo ano (27,7%). Para o país foi observada taxa de distorção idade-série igual a 28,2%. Assim como observado para o ensino fundamental, no ensino médio as taxas de distorção idade-série também são bastante superiores na rede pública de ensino quando comparadas às taxas registradas na rede privada.

2.3.6 Taxas de aprovação, reprovação e abandono.

Os gráficos 132 a 134 na próxima página apresentam as taxas de aprovação, reprovação e abandono para o Brasil e para os estados da Amazônia Legal.

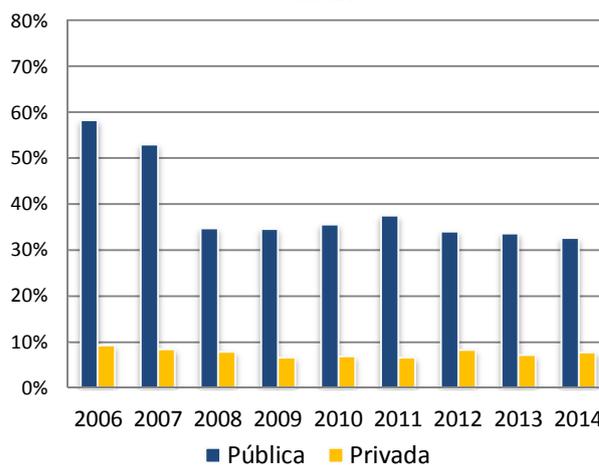
O estado do Mato Grosso é o estado com maiores taxas de reprovação na Amazônia, superando a taxa de 20% em 2013 e 2014. Já o estado do Pará, que embora venha apresentando uma diminuição no percentual de abandono, apresentou as maiores taxas no período estudado.

Gráfico 130 - Taxa de distorção idade-série-Roraima.



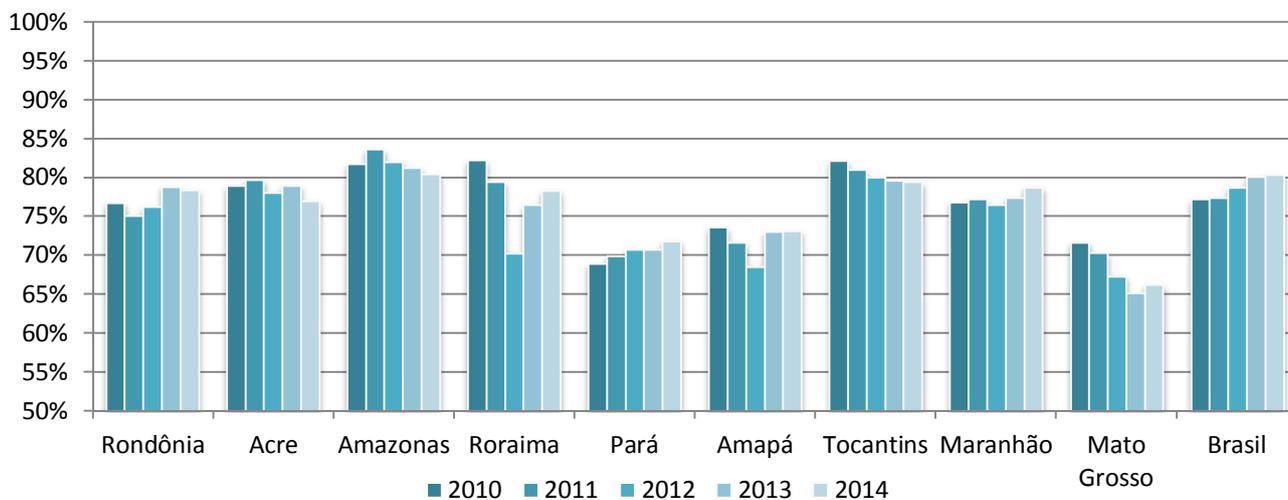
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 131 - Taxa de distorção idade-série-Tocantins.



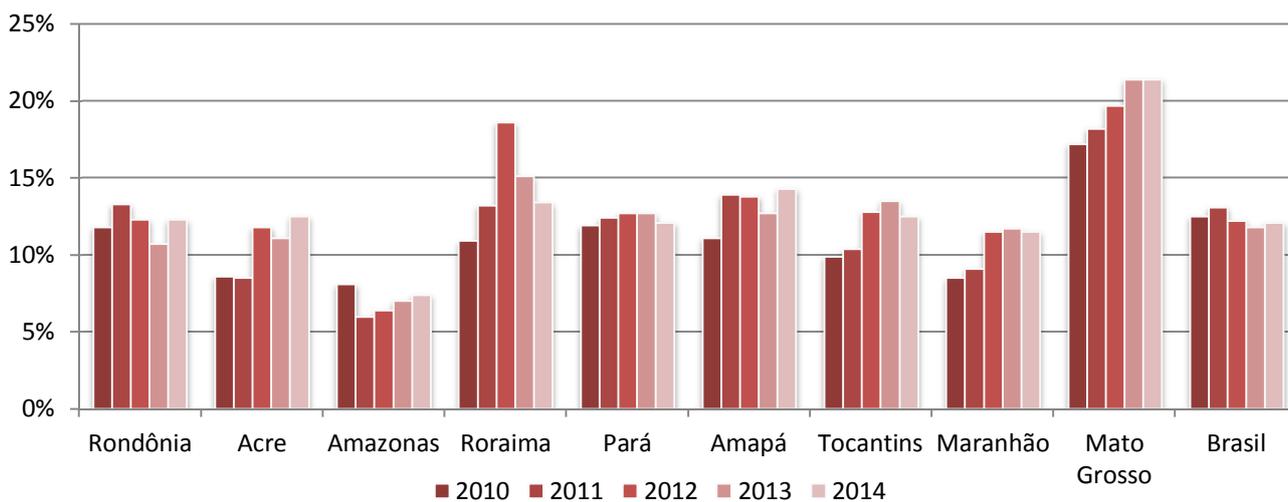
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 132 - Taxas de aprovação no ensino médio.



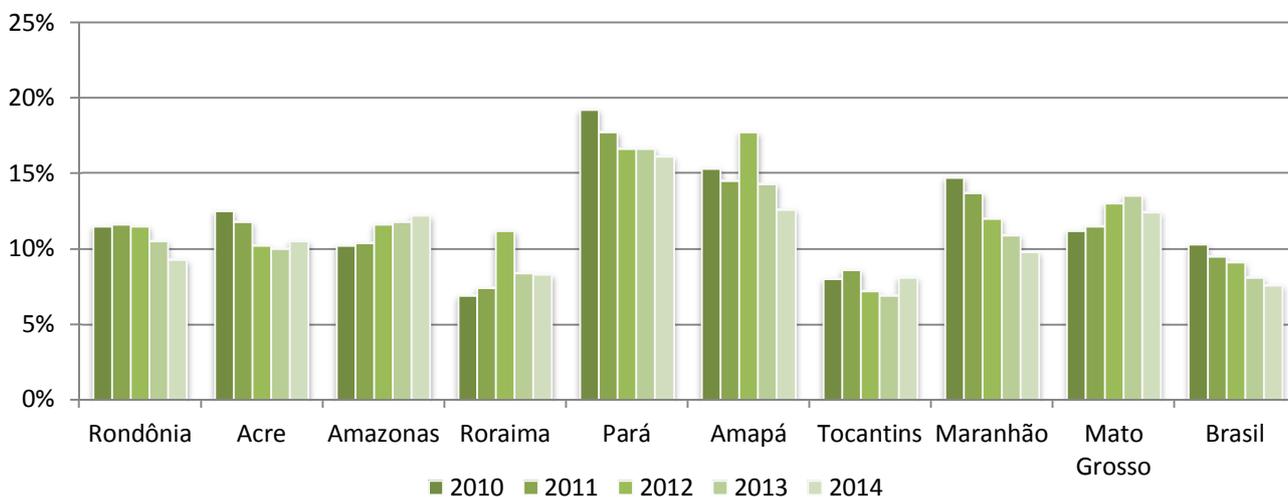
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 133 - Taxas de reprovação no ensino médio.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 134 - Taxas de abandono no ensino médio.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.3.7 Escolaridade dos professores atuantes no ensino médio.

Diferentemente das modalidades anteriores, optou-se por apresentar as distribuições das formações dos docentes por meio da Tabela 1, em virtude da pouca representatividade de professores com somente Ensino Fundamental e médio.

Tabela 1 - Docentes que atuam no ensino médio, por formação nos estados da Amazônia e Brasil.

Unidade da Federação	Escolaridade do Professor	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Acre	Ensino Fundamental	0,07%	0,00%	0,00%	0,05%	0,15%	0,14%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	8,76%	10,66%	5,96%	1,75%	1,33%	1,74%
	Ensino Médio	4,55%	4,88%	2,06%	2,49%	7,92%	8,20%
	Superior Completo	86,63%	84,46%	91,98%	95,70%	90,61%	89,91%
Amapá	Ensino Fundamental	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	3,79%	2,98%	4,13%	1,42%	0,46%	0,74%
	Ensino Médio	2,34%	1,65%	1,43%	0,57%	2,07%	1,78%
	Superior Completo	93,87%	95,37%	94,44%	98,02%	97,47%	97,48%
Amazonas	Ensino Fundamental	0,15%	0,01%	0,01%	0,03%	0,01%	0,01%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	4,99%	4,43%	2,25%	1,20%	0,40%	0,35%
	Ensino Médio	4,84%	3,34%	1,61%	0,88%	3,02%	2,97%
	Superior Completo	90,02%	92,22%	96,13%	97,89%	96,56%	96,66%
Maranhão	Ensino Fundamental	0,04%	0,13%	0,20%	0,08%	0,01%	0,03%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	15,43%	11,82%	10,35%	6,76%	3,05%	2,77%
	Ensino Médio	3,60%	3,50%	3,34%	2,49%	4,45%	4,18%
	Superior Completo	80,92%	84,55%	86,11%	90,66%	92,49%	93,02%
Mato Grosso	Ensino Fundamental	0,18%	0,06%	0,11%	0,05%	0,00%	0,00%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	3,80%	0,42%	0,32%	0,15%	0,10%	0,12%
	Ensino Médio	7,95%	8,67%	6,29%	3,95%	4,26%	4,37%
	Superior Completo	88,07%	90,84%	93,27%	95,84%	95,64%	95,51%
Pará	Ensino Fundamental	0,09%	0,03%	0,02%	0,02%	0,01%	0,00%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	1,50%	1,56%	1,13%	0,52%	0,51%	0,41%
	Ensino Médio	5,05%	3,65%	3,93%	3,10%	3,19%	2,46%
	Superior Completo	93,36%	94,76%	94,93%	96,36%	96,29%	97,14%
Rondônia	Ensino Fundamental	0,03%	0,06%	0,00%	0,02%	0,00%	0,05%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	3,64%	2,47%	1,84%	0,79%	0,46%	0,37%
	Ensino Médio	2,62%	3,42%	2,63%	1,11%	3,73%	3,02%
	Superior Completo	93,71%	94,05%	95,53%	98,08%	95,82%	96,56%
Roraima	Ensino Fundamental	0,25%	0,31%	0,31%	0,66%	0,28%	0,21%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	20,42%	23,61%	19,15%	11,20%	7,62%	3,60%
	Ensino Médio	6,97%	6,80%	5,19%	6,39%	15,70%	19,00%
	Superior Completo	72,35%	69,27%	75,36%	81,75%	76,40%	77,19%
Tocantins	Ensino Fundamental	0,03%	0,13%	0,27%	0,42%	0,36%	0,29%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	1,57%	2,29%	1,69%	1,35%	1,07%	0,86%
	Ensino Médio	2,93%	2,98%	1,67%	1,72%	2,45%	2,80%
	Superior Completo	95,47%	94,61%	96,37%	96,51%	96,12%	96,05%
Amazônia Legal	Ensino Fundamental	0,09%	0,07%	0,11%	0,09%	0,04%	0,04%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	7,20%	5,71%	4,49%	2,64%	1,39%	1,19%
	Ensino Médio	4,72%	4,31%	3,51%	2,56%	4,14%	4,00%
	Superior Completo	87,99%	89,91%	91,90%	94,72%	94,43%	94,77%
Brasil	Ensino Fundamental	0,08%	0,09%	0,07%	0,05%	0,04%	0,03%
	Médio Normal Magistério / Magistério Indígena	3,86%	2,58%	1,70%	1,29%	0,78%	0,58%
	Ensino Médio	4,74%	6,36%	4,16%	3,25%	6,43%	6,44%
	Superior Completo	91,32%	90,97%	94,08%	95,40%	92,75%	92,94%

Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.3.7 Escolaridade dos professores atuantes no ensino médio.

No Brasil, dos 487.321 docentes que possuem ensino superior completo e lecionam no ensino médio (corresponde a 93% do total de docentes que atuam nesta etapa de ensino), 58% possuem apenas a graduação, 37% possuem curso de especialização e apenas 4% são mestres e 1% doutores. Na Amazônia Legal 60.907 docentes que atuam no ensino médio possuem curso superior (95% do total de professores do ensino médio na região), desse total 61% possuem somente graduação, 36% fizeram curso de especialização e 3% possuem curso de mestrado. Esses dados de 2014 podem ser visualizados nos gráficos 135 e 136.

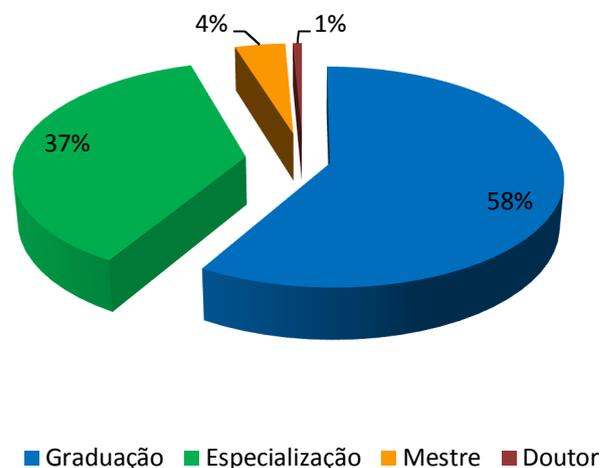
2.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou não puderam continuar os estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Segundo a lei 9394/96, esta modalidade de ensino deverá ser articulada, preferencialmente, com a educação profissional e deverão ser consideradas as características do alunado, seus interesses e suas condições de vida e trabalho.

2.4.1 Estabelecimentos e matrículas

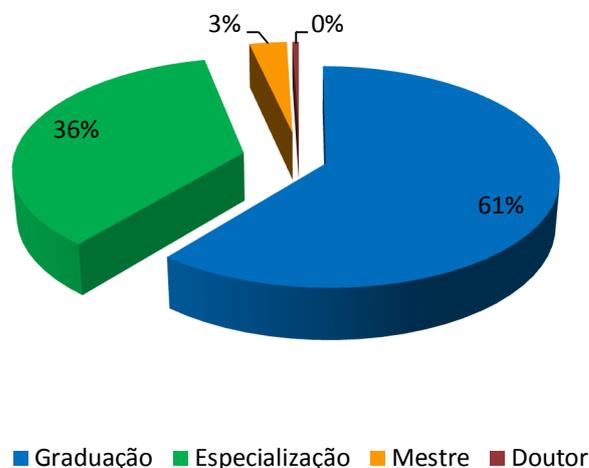
Nos gráficos 137 a 140 são apresentados dados sobre estabelecimentos e matrículas na modalidade EJA no Brasil e na Amazônia Legal. São considerados o total de estabelecimentos e matrículas de jovens e adultos em cursos nas modalidades de ensino presencial, semipresencial ou integrada à educação profissional de níveis fundamental e médio.

Gráfico 135 - Docentes que atuam no ensino médio e possuem ensino superior 2014 - Brasil.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

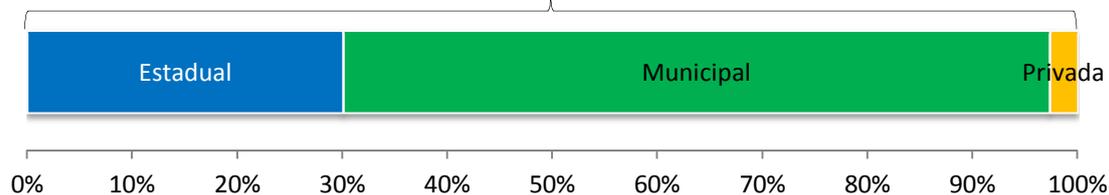
Gráfico 136 - Docentes que atuam no ensino médio e possuem ensino superior 2014 - Amazônia Legal.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 137 - Estabelecimentos de educação de jovens e adultos por dependência administrativa no Brasil - 2014.

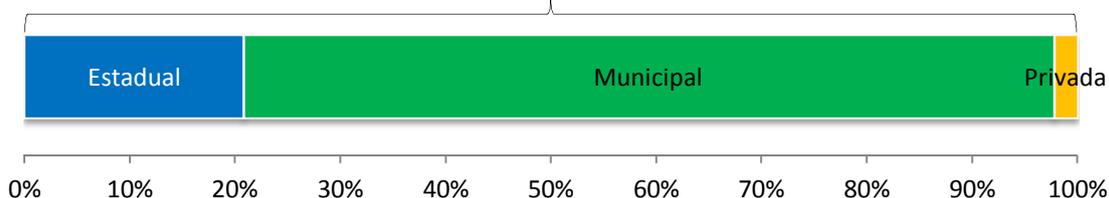
TOTAL: 35.516



*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,5% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 138 - Estabelecimentos de educação de jovens e adultos por dependência administrativa na Amazônia Legal - 2014.

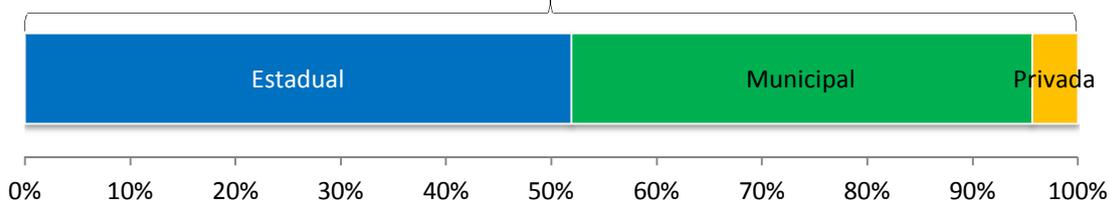
TOTAL: 9.329



*As instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,4% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 139 – Matrículas na educação de jovens e adultos por dependência administrativa no Brasil – 2014.

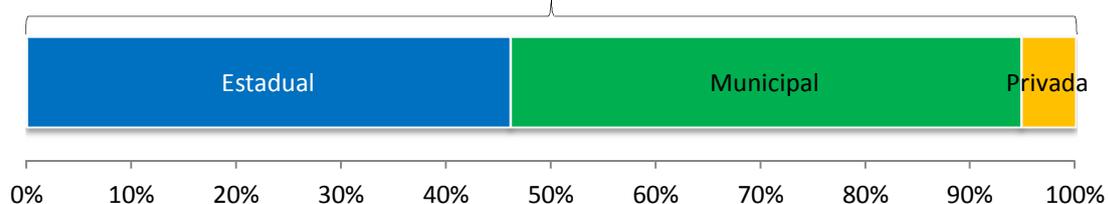
TOTAL: 3.592.908



*As matrículas nas instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,3% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 140 – Matrículas na educação de jovens e adultos por dependência administrativa na Amazônia Legal - 2014.

TOTAL: 741.054



*As matrículas nas instituições da Rede Federal não estão representadas no gráfico, pois correspondem a apenas 0,4% do total.
Fonte: MEC/INEP/DEED.

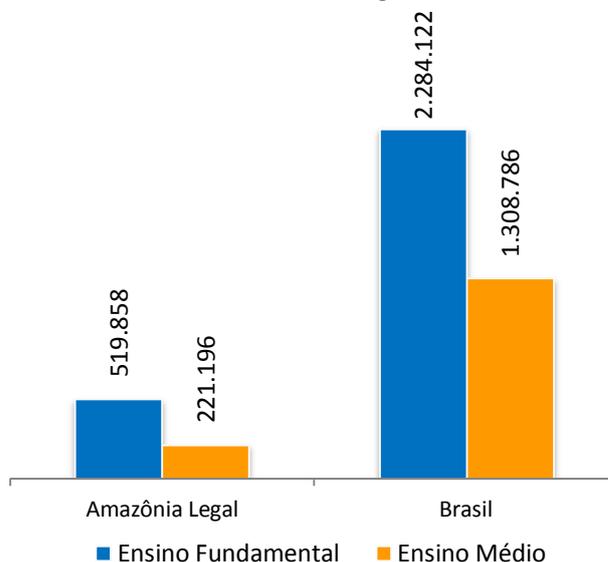
Pode-se perceber que o número de estabelecimentos públicos que oferecem a EJA é bem superior aos estabelecimentos privados e que a rede municipal concentra a maioria desses estabelecimentos (66,8% do total no Brasil e 76,5% na Amazônia Legal).

O setor privado é responsável pelo recebimento de uma pequena parcela das matrículas na educação de jovens e adultos (4,3% no Brasil e 5,2% na Amazônia Legal). Observa-se um equilíbrio na distribuição de matrículas nas redes estaduais e municipais. No Brasil 51,7% do total de matrículas foram realizadas em escolas estaduais e 43,5% em escolas municipais. Na Amazônia Legal 46% das matrículas na EJA foram feitas na rede estadual e 48,5% na rede municipal.

Os gráficos 141 e 142 mostram o número de matrículas realizadas na educação de jovens e adultos de acordo com o nível de ensino, fundamental e médio, no ano de 2014.

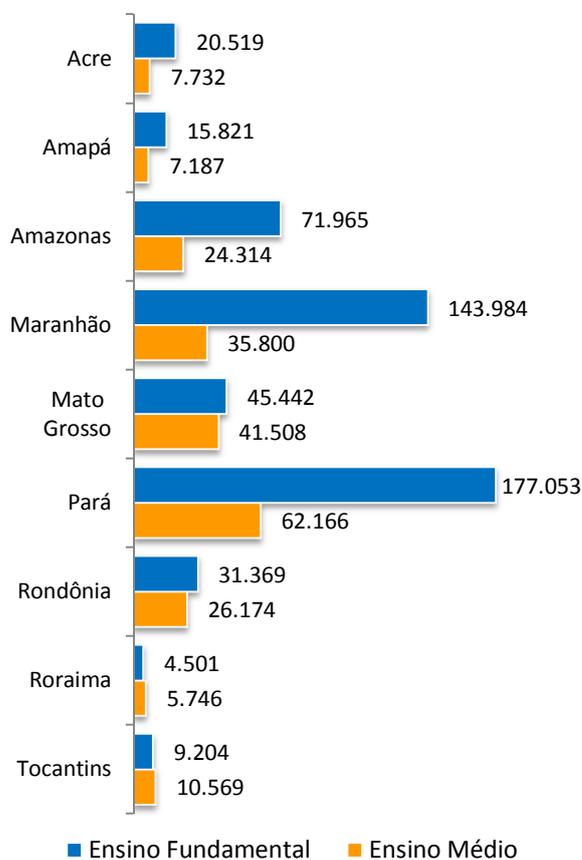
Nos gráficos, observa-se que a maior parcela das matrículas realizadas na EJA foi de alunos que não concluíram o ensino fundamental na idade apropriada. Na Amazônia Legal, os únicos estados em que houve mais matrículas no ensino médio em relação ao mínimo fundamental, na modalidade EJA, foram Roraima e Tocantins.

Gráfico 141 - Matrículas na educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio, no Brasil e Amazônia Legal - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 142 - Matrículas na educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio nos Estados da Amazônia Legal - 2014.

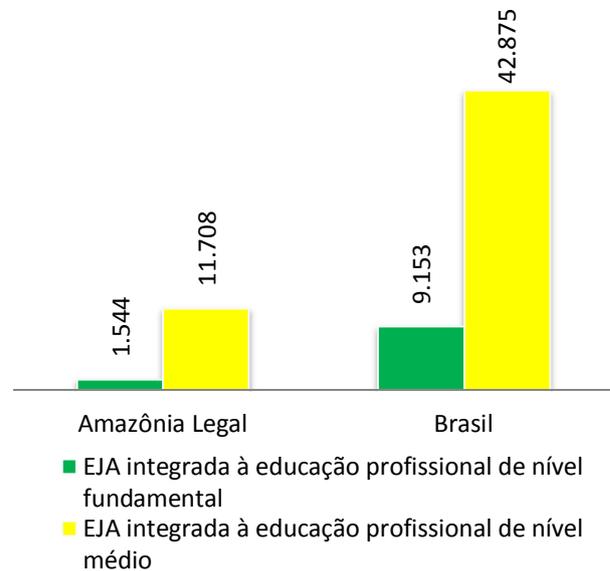


Fonte: MEC/INEP/DEED.

O gráfico 143 mostra o total de matrículas na educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio, integrada à educação profissional.

A meta 10 do Plano Nacional de Educação propõe oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional até 2024. Dados de 2014 mostram que no Brasil, apenas 0,4% do total de matrículas na educação de jovens e adultos no nível fundamental e somente 3,3% das matrículas na EJA no ensino médio é integrada à educação profissional. Na Amazônia Legal somente 0,3% das matrículas na EJA no ensino fundamental e 5,3% das matrículas no ensino médio são na forma integrada à educação profissional.

Gráfico 143 - Matrículas na EJA integrada à educação profissional de nível fundamental e médio - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.5 Educação Profissional

A Educação Profissional está dividida em três níveis: cursos de nível básico abertos a qualquer pessoa interessada, sem exigência de escolaridade prévia; cursos de nível técnico oferecidos simultaneamente ao ensino médio ou após a sua conclusão, e com organização curricular própria; e cursos tecnológicos de nível superior.

As informações apresentadas neste boletim são referentes aos cursos técnicos de nível médio.

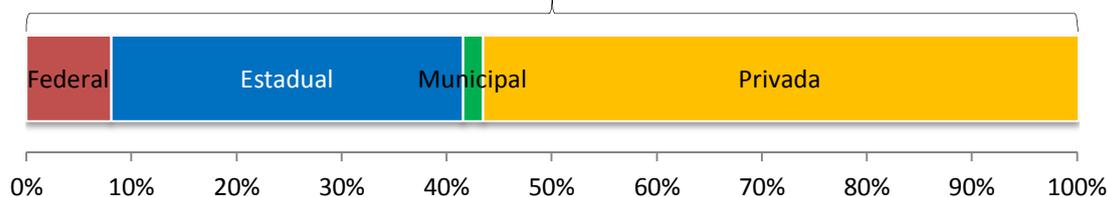
A educação profissional técnica de nível médio pode ser oferecida de maneira articulada com o ensino médio ou subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. A educação profissional técnica articulada poderá ser desenvolvida de forma integrada ao ensino médio, sendo oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, onde o aluno cursará o ensino técnico na mesma

instituição de ensino médio, efetuando-se matrícula única para cada aluno. A educação profissional técnica articulada também poderá ser desenvolvida de forma concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas.

2.5.1 Estabelecimentos e matrículas

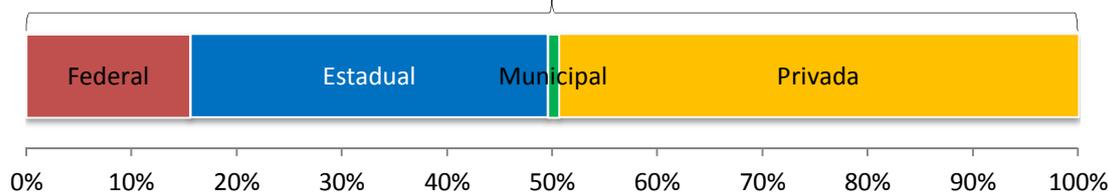
Os gráficos 144 a 147 apresentam informações referentes ao número de estabelecimentos e matrículas na educação profissional técnica de nível médio registrados em 2014. Foi considerado o total de estabelecimentos que oferecem educação profissional concomitante, subsequente e integrada assim como o total de matrículas realizadas nestas três formas de educação profissional.

Gráfico 144 - Estabelecimentos de educação profissional por dependência administrativa no Brasil - 2014.
TOTAL: 5.995



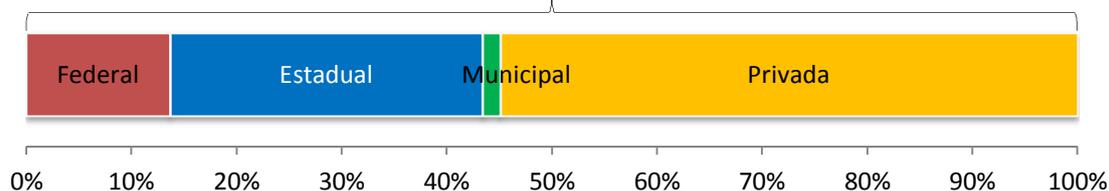
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 145 - Estabelecimentos de educação profissional por dependência administrativa na Amazônia – 2014.
TOTAL: 565



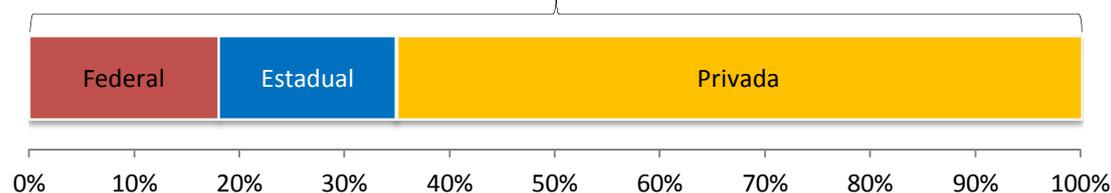
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 146 - Matrículas na educação profissional por dependência administrativa no Brasil – 2014.
TOTAL: 1.741.528



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 147 - Matrículas na educação profissional por dependência administrativa na Amazônia Legal - 2014.
TOTAL: 304.972



*As matrículas nas instituições da rede municipal não foram representadas no gráfico pois correspondem a apenas 0,1% do total de matrículas.

Fonte: MEC/INEP/DEED.

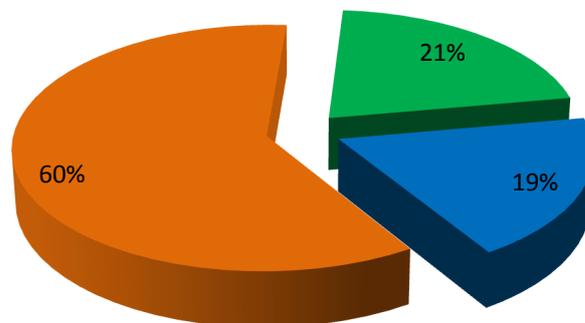
Pode-se perceber a contribuição significativa dos estabelecimentos particulares na educação profissional. No Brasil 56,6% dos estabelecimentos que oferecem educação profissional são instituições privadas. Na Amazônia os estabelecimentos particulares correspondem a 49,4% do total.

No Brasil, no ano de 2014, foram contabilizadas 1.741.528 matrículas na educação profissional técnica de nível médio e a meta 11 do PNE propõe triplicar este número até 2024, ano em que termina a vigência do plano. Na Amazônia Legal, em 2014, a educação profissional recebeu 304.972 matrículas. Observa-se que tanto no país quanto na Amazônia Legal a maioria das matrículas na educação profissional foi realizada em estabelecimentos privados de ensino (54,9% das matrículas no Brasil e 65% do total de matrículas na Amazônia).

Os gráficos 148 a 150 mostram a distribuição das matrículas realizadas na educação profissional segundo as formas concomitante, subsequente e integrada ao ensino médio para o Brasil, Amazônia Legal e seus estados no ano de 2014.

No Brasil e na Amazônia Legal a maioria das matrículas na educação profissional técnica foi realizada na forma subsequente, ou seja, para alunos que já concluíram o ensino médio.

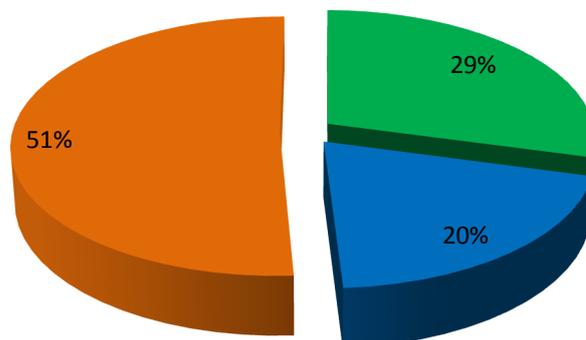
Gráfico 148 - Matrículas na educação profissional técnica concomitante, subsequente e integrada ao ensino médio no Brasil - 2014.



■ Concomitante ■ Subsequente ■ Integrada

Fonte: MEC/INEP/DEED.

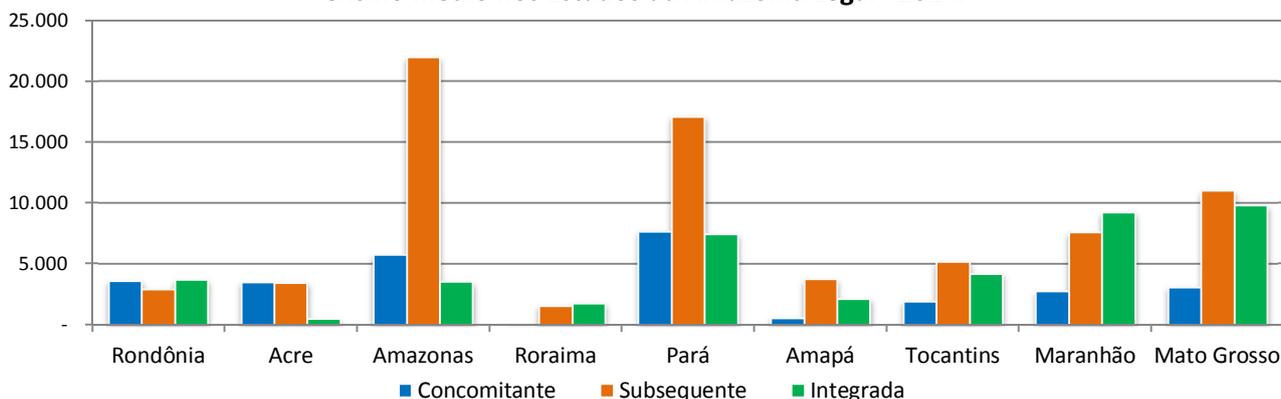
Gráfico 149 - Matrículas na educação profissional técnica concomitante, subsequente e integrada ao ensino médio na Amazônia Legal - 2014.



■ Concomitante ■ Subsequente ■ Integrada

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 150 - Matrículas na educação profissional técnica concomitante, subsequente e integrada ao ensino médio nos Estados da Amazônia Legal - 2014.



*No estado de Roraima foram registradas 84 matrículas na educação profissional técnica concomitante.

Fonte: MEC/INEP/DEED.

2.6 Educação Especial

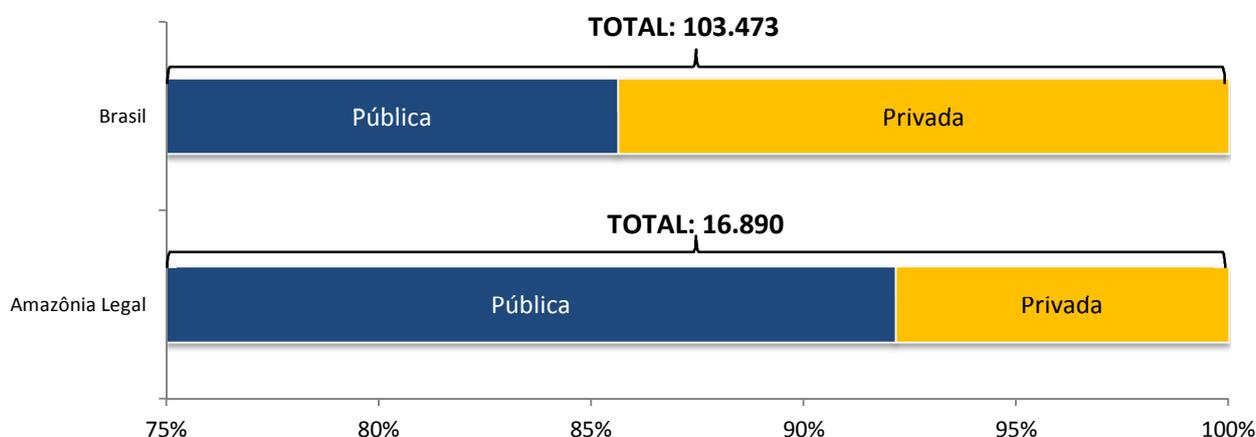
Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Conforme visto acima, os alunos com necessidades educativas especiais deverão ser preferencialmente atendidos na rede regular de ensino, porém o atendimento educacional a esses alunos poderá ser feito em classes, escolas ou serviços especializados quando suas condições específicas não torne possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

2.6.1 Estabelecimentos e matrículas

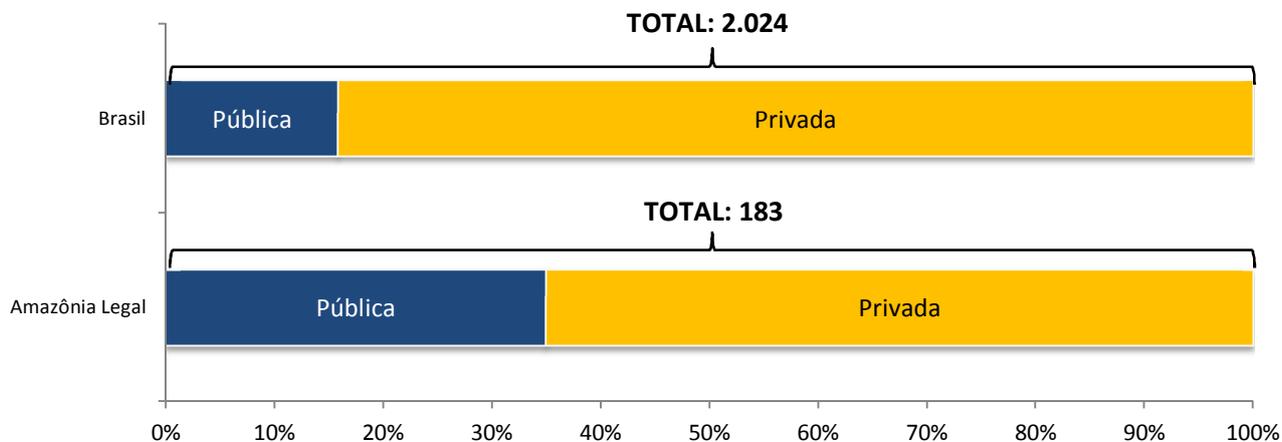
Os gráficos 151 a 154 mostram o número de estabelecimentos públicos e privados de educação especial em classes comuns do ensino regular e de estabelecimentos que são exclusivamente de educação especial assim como o número de matrículas realizadas nesses estabelecimentos de ensino.

Gráfico 151- Número de estabelecimentos de educação especial com classes comuns do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos- 2014.



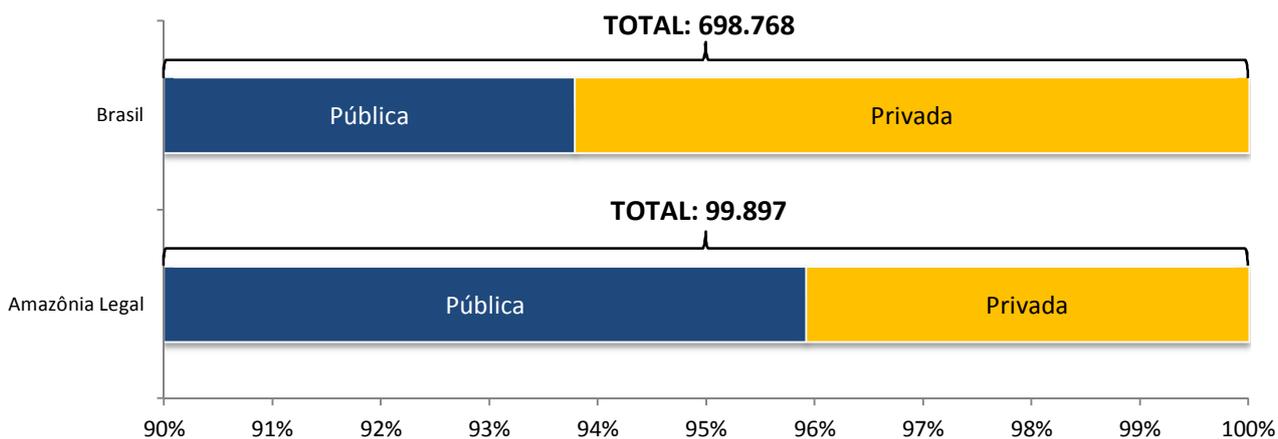
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 152 - Número de estabelecimentos exclusivamente de educação especial - 2014.



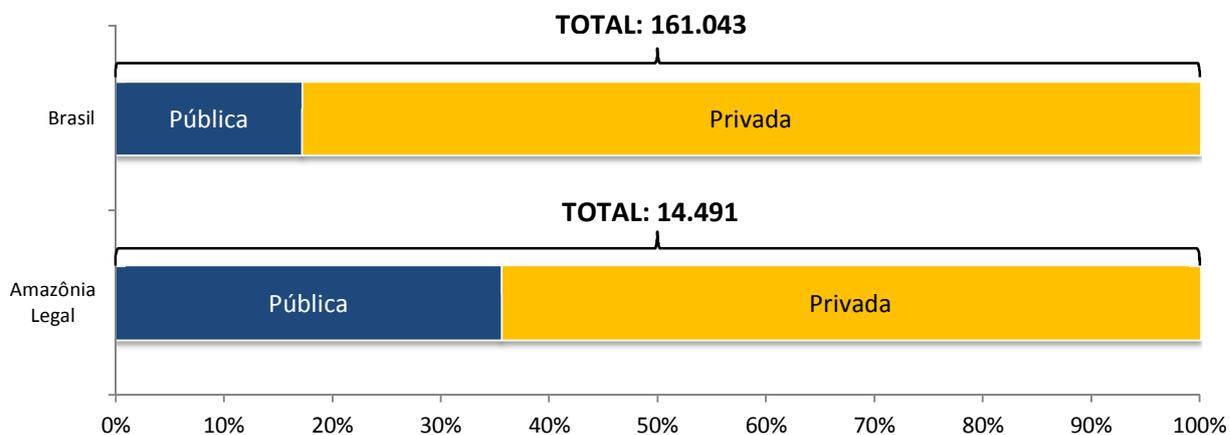
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 153 - Número de matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 154 - Número de matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em escolas exclusivamente especializadas - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

A análise dos dados permite observar que o número de estabelecimentos que oferecem educação especial em classes comuns do ensino regular é bem superior ao número de estabelecimentos exclusivamente de educação especial tanto no Brasil quanto na Amazônia Legal. O mesmo é constatado em relação ao número de matrículas.

Observa-se que quando se trata de educação especial em classes comuns do ensino regular e/ou de jovens e adultos no Brasil, as instituições particulares de ensino são predominantes, assim como o número de matrículas realizadas nessas instituições. Em termos de Amazônia Legal, os estabelecimentos públicos de educação especial em classes comuns do ensino regular são maioria. Comparando-se o total de estabelecimentos públicos e privados que oferecem exclusivamente educação especial, observa-se que as instituições privadas assim como as matrículas realizadas nestes estabelecimentos são maioria tanto no país quanto na Amazônia Legal.

A meta 4 do PNE propõe universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Segundo o Observatório do PNE o indicador mais adequado para o acompanhamento desta meta seria a taxa de escolarização das crianças e jovens entre 4 e 17 anos que compõem o público alvo da educação especial. Porém não há dados para o monitoramento desta meta pois as pesquisas e o Censo do IBGE não levantam informações completas que permitam diagnosticar a situação.

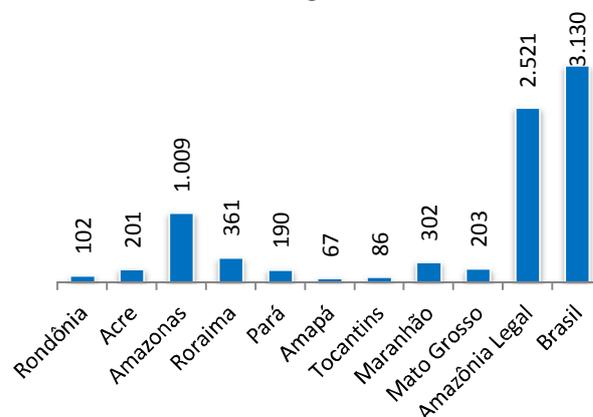
2.7 Educação Escolar Indígena

É a educação escolar bilíngue e intercultural destinada aos povos indígenas. Ocorre em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, que por possuírem uma realidade singular, requerem pedagogia própria, respeitando a especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade. Segundo o artigo 78 da LDB, a educação escolar indígena possui como objetivos proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; assim como garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

2.7.1 Estabelecimentos e matrículas

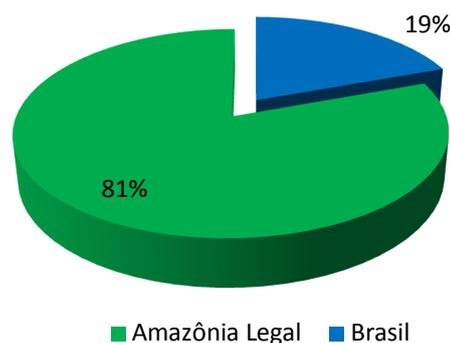
Os gráficos 155 a 158 mostram dados sobre o número de estabelecimentos e matrículas na educação escolar indígena no Brasil e Amazônia Legal no ano de 2014.

Gráfico 155 - Estabelecimentos de educação escolar indígena- 2014.



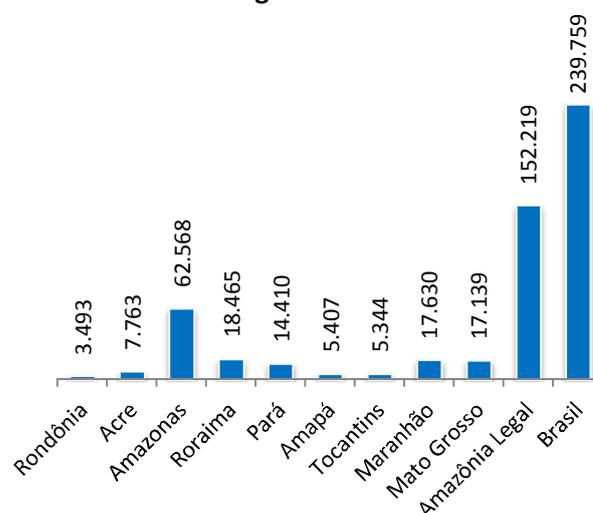
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 156 - Distribuição dos estabelecimentos de educação escolar indígena - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 157 - Matrículas na educação escolar indígena - 2014.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Como pode ser observado no gráfico 156, a Amazônia Legal abriga 81% dos estabelecimentos de educação escolar indígena que existem no país. Com relação ao número de matrículas na educação indígena, do total de matrículas realizadas no país, 63% foram em instituições de ensino na Amazônia Legal. O estado do Amazonas possui o maior número de estabelecimentos de ensino voltados para educação escolar indígena assim como o maior número de matrículas nesta modalidade de ensino.

2.8 Alfabetização e analfabetismo funcional de jovens e adultos

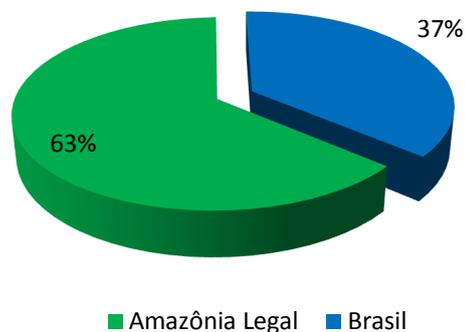
2.8.1 Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais

O Plano Nacional de Educação possuía como meta para 2015, elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%. Além disso, estabelece a meta de erradicar o analfabetismo absoluto até o final de sua vigência (2024).

Os gráficos 159 a 168 mostram a taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos apresentada pelo país e pelos estados da Amazônia Legal no período de 2001 a 2013. O gráfico 169 apresenta dados de 2013 para os estados da Amazônia Legal.

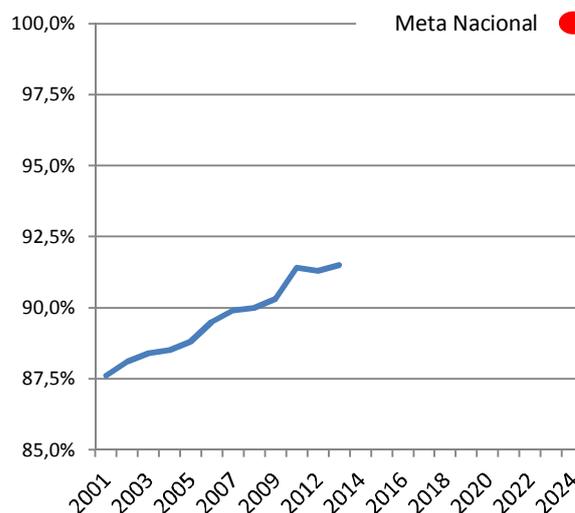
A taxa é calculada com base nos dados da Pnad que considera alfabetizadas as pessoas que declaram saber ler e escrever. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da PNAD (última semana de setembro).

Gráfico 158 - Distribuição das matrículas na educação escolar indígena - 2014.



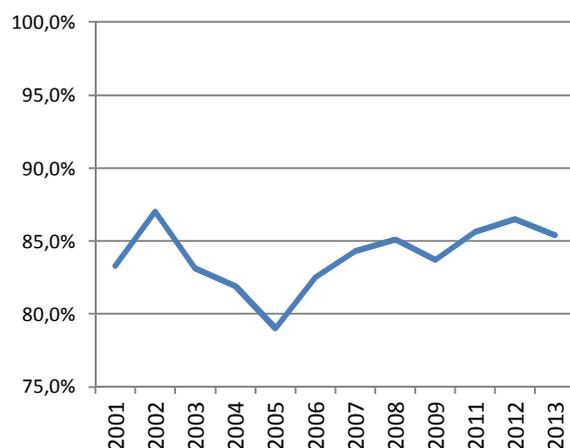
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 159 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos-Brasil.



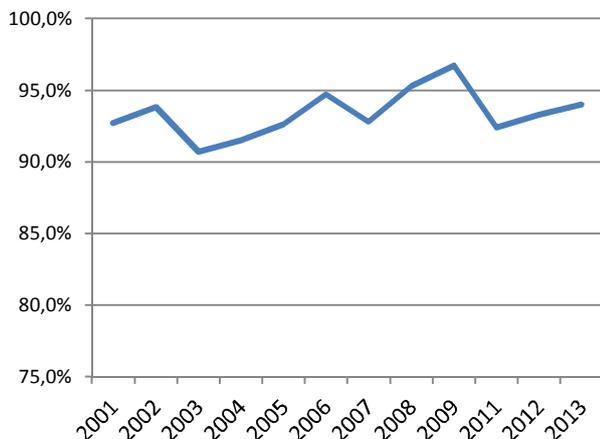
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 160 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Acre.



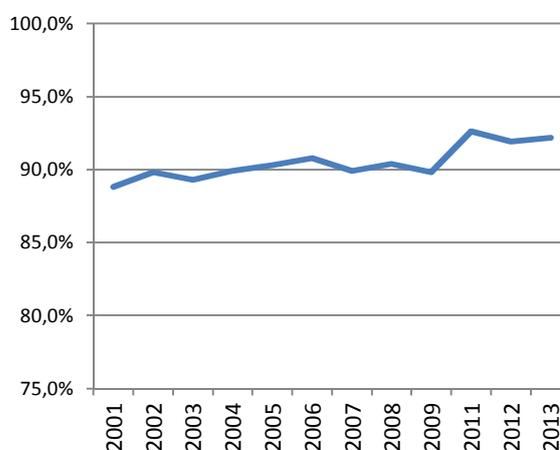
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 161 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Amapá.



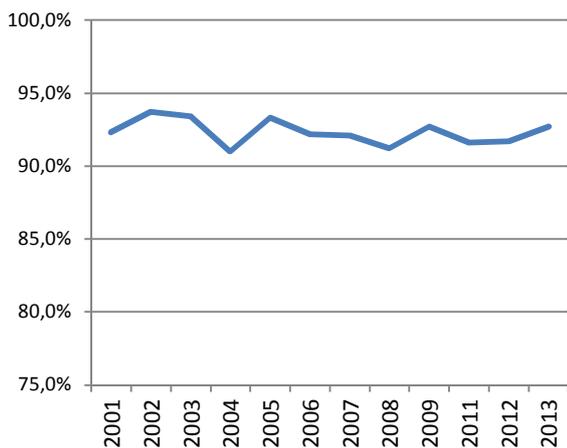
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 164 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Mato Grosso.



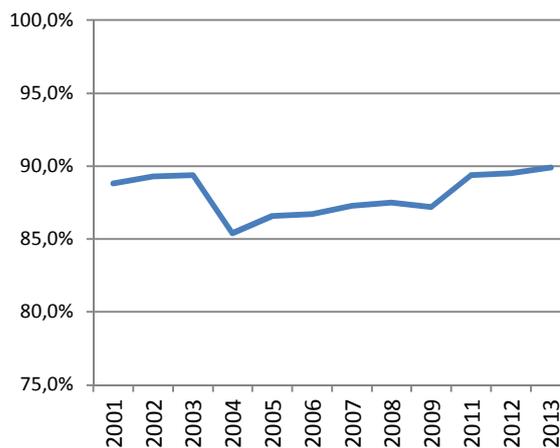
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 162 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Amazonas.



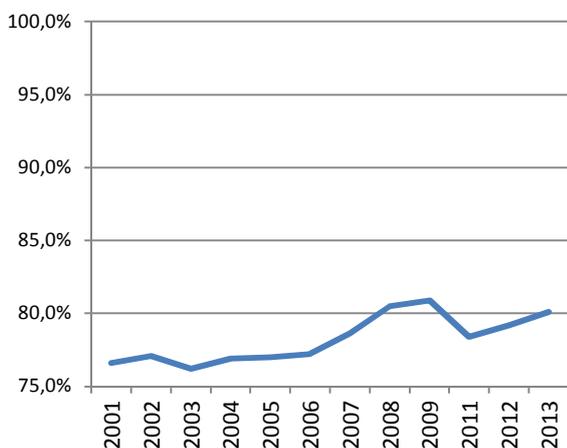
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 165 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Pará.



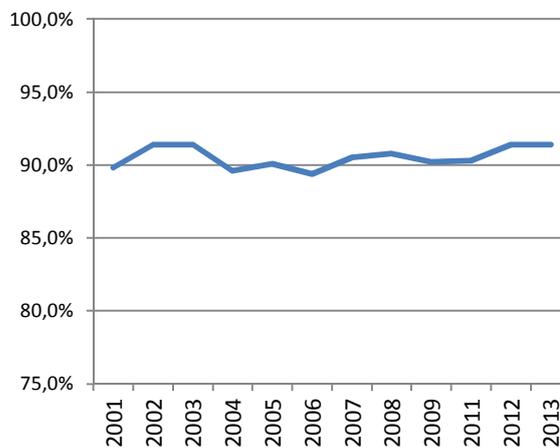
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 163 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Maranhão.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 166 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Rondônia.

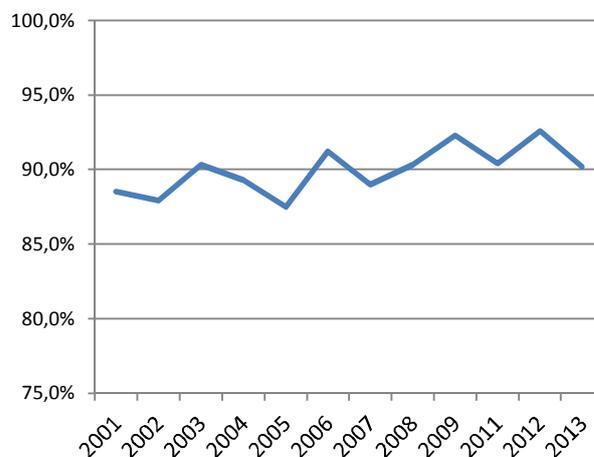


Fonte: MEC/INEP/DEED.

Pode ser observado um aumento da taxa de alfabetização para o segmento da população estudado tanto no país quanto nos estados da Amazônia Legal. Ressalta-se que a meta nacional é erradicar o analfabetismo absoluto até 2024.

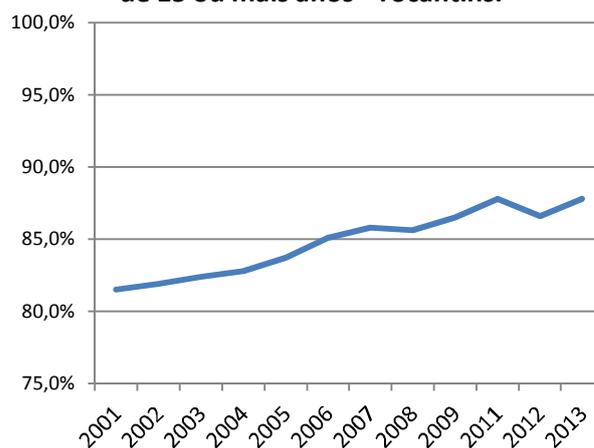
Dentre os estados da Amazônia Legal, o Maranhão apresentou a menor taxa em 2013 (80,10%). Amapá, Amazonas e Mato Grosso apresentaram taxas de alfabetização acima da média nacional, com valores de 94%, 92,70% e 92,20%, respectivamente.

Gráfico 167 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Roraima.



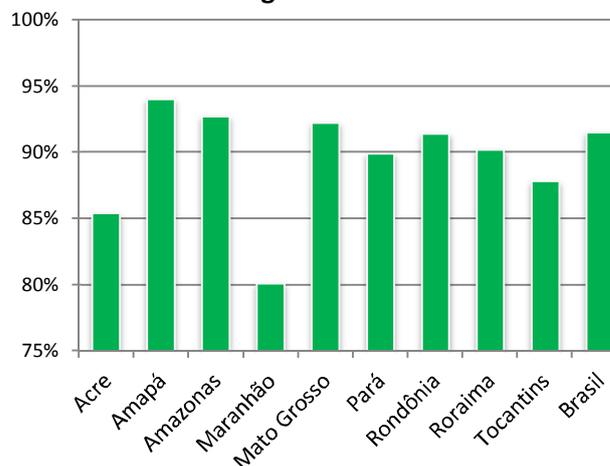
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 168 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos - Tocantins.



Fonte: MEC/INEP/DEED.

Gráfico 169 - Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos nos estados da Amazônia Legal - 2013.



Fonte: IBGE/PNAD.

2.8.2 Taxa de analfabetismo funcional

O IBGE considera como analfabetos funcionais pessoas que têm menos de quatro anos de estudos completos. Segundo esse critério, 18,1% da população com 15 ou mais anos de idade era analfabeta funcional em 2013.

O PNE propõe reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional e para o monitoramento desta meta é utilizado o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf) desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro-IPM e pela Ação Educativa, uma vez que os anos de escolaridade, como considerado pelo IBGE, não significam uma efetiva alfabetização. O Inaf mensura os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos e considera a proporção de analfabetos na população, definidos como as pessoas que não conseguem realizar tarefas simples, envolvendo a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.).

O Inaf leva em conta o analfabetismo e outros três níveis de alfabetismo:

- Analfabetismo: não domina as habilidades medidas.
- Alfabetismo Nível Rudimentar: localiza uma informação simples em enunciados de uma só frase, um anúncio, por exemplo; lê e escreve números usuais e realiza operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias.
- Alfabetismo Nível Básico: localiza uma informação em textos curtos ou médios, lê números na casa dos milhões, resolve problemas envolvendo uma sequência simples de operações e tem noção de proporcionalidade.

- Alfabetismo Nível Pleno: localiza mais de um item de informação em textos mais longos, compara informação contida em diferentes textos, estabelece relações entre as informações (causa/efeito, regra geral/caso, opinião/fato), resolve problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar mapas e gráficos.

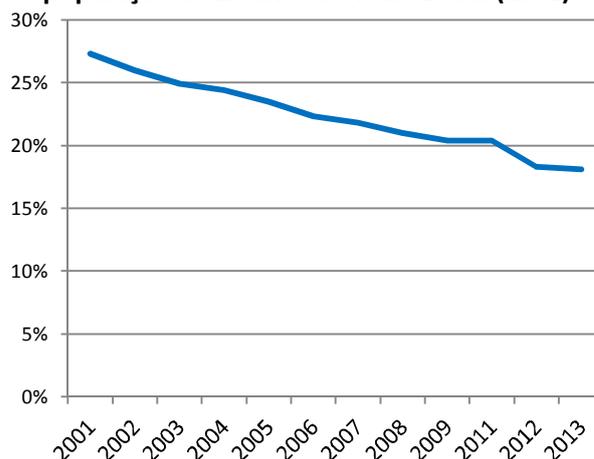
O gráfico 170 mostra a evolução da taxa de analfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos no Brasil segundo o Inaf e o gráfico 171 mostra a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais segundo o IBGE.

Gráfico 170 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos-Brasil (Inaf).



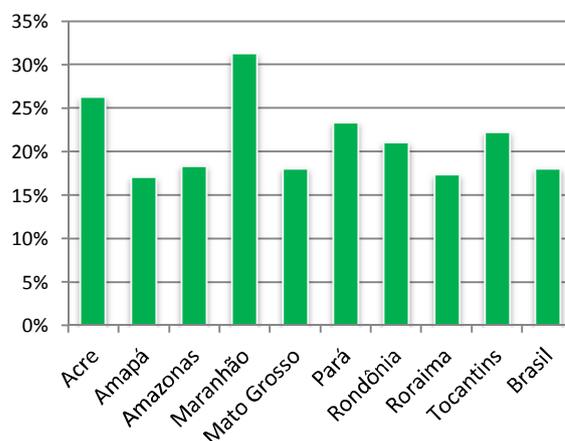
Fonte: IPM.

Gráfico 171 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais-Brasil (IBGE).



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 172 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - 2013 (IBGE).

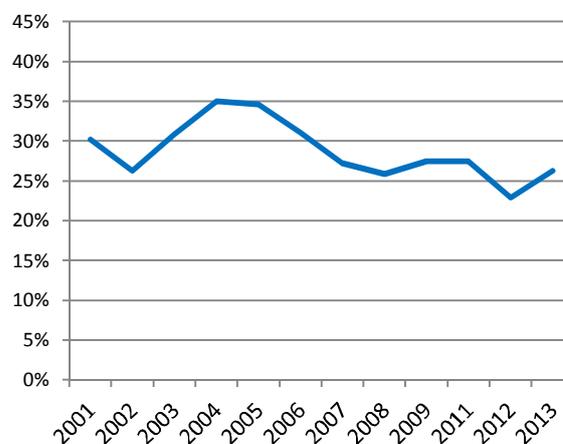


Fonte: IBGE/PNAD.

O gráfico 172 apresenta dados da taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de acordo com dados do IBGE/Pnad em 2013 de cada estado da Amazônia Legal e do Brasil. Já os gráficos 173 a 180 mostram a taxa para os estados da Amazônia Legal no período 2001 a 2013. Como foi visto, este indicador é a estimativa de analfabetismo funcional calculada pelo IBGE e define o analfabeto funcional como a pessoa que possui menos de quatro anos de estudos completos. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad (última semana de setembro).

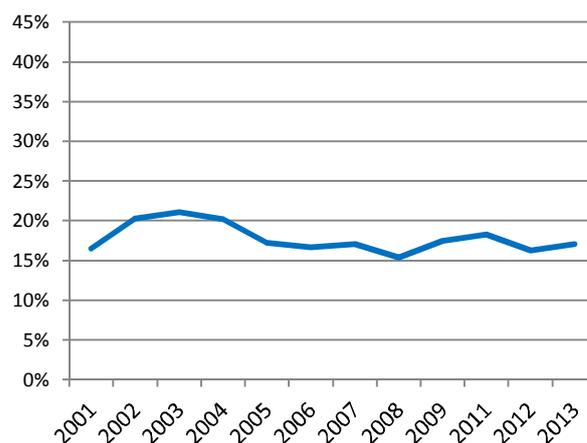
Constata-se que houve uma diminuição na taxa de analfabetismo funcional no Brasil e em quase todos os estados da Amazônia. A única exceção foi o estado do Amapá, que apesar de ter apresentado a menor taxa em 2013 (17,10%), registrou um aumento de 0,60% na taxa de analfabetismo funcional comparando-se as taxas de 2001 e 2013. O estado do Maranhão registrou a maior taxa em 2013.

Gráfico 173 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Acre.



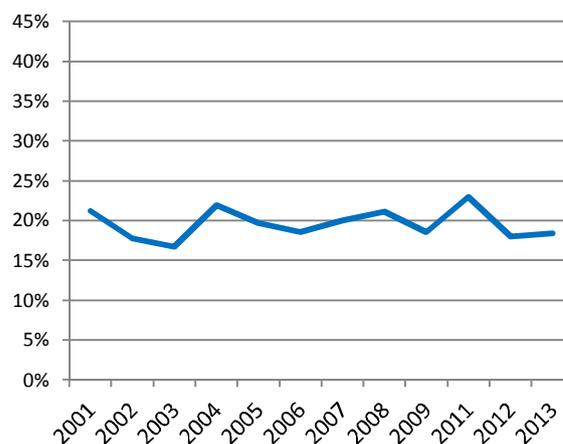
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 174 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Amapá.



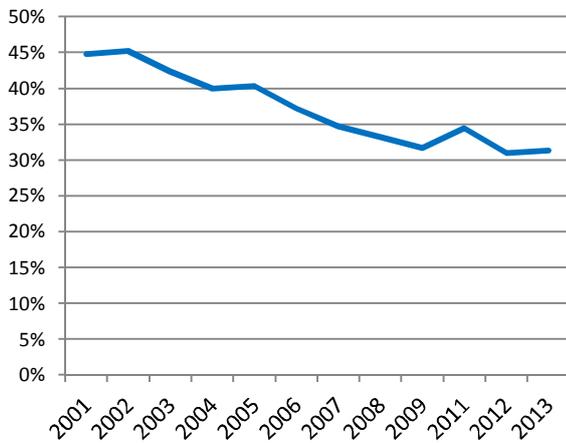
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 175 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais- Amazonas.



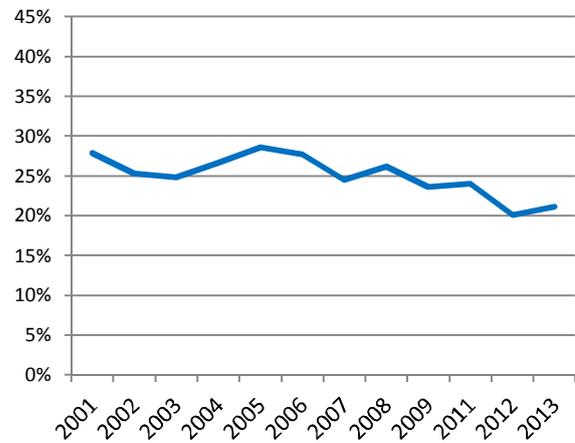
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 176 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Maranhão.



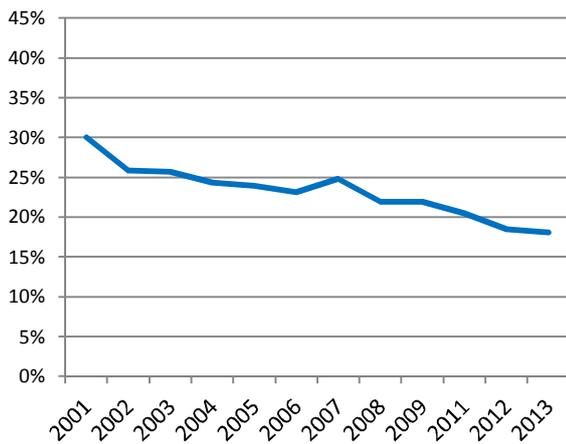
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 179 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Rondônia.



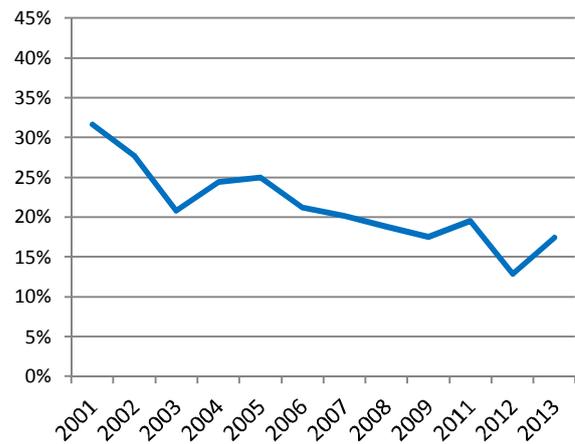
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 177 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Mato Grosso.



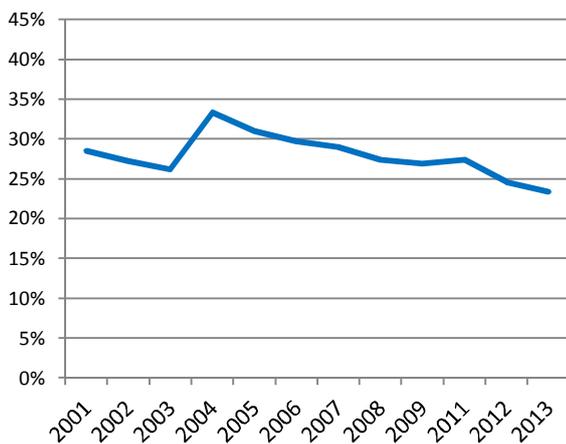
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 180 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Roraima.



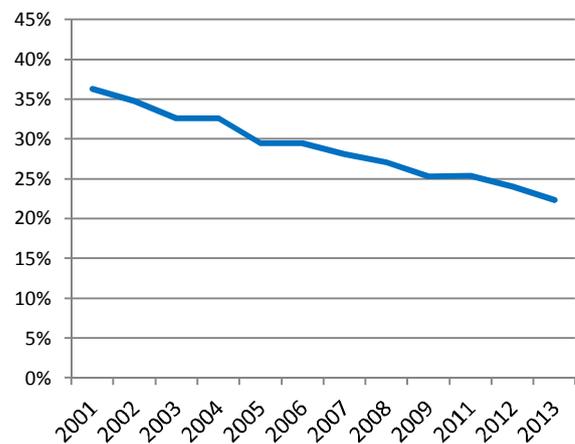
Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 178 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Pará.



Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 181 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais - Tocantins.



Fonte: IBGE/PNAD.

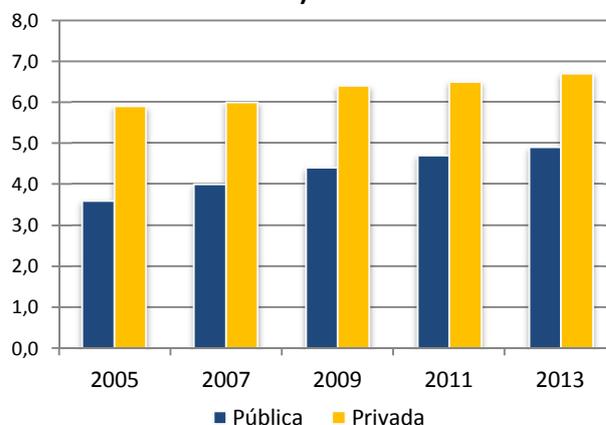
2.9 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb

O Ideb é um indicador que possui uma escala de zero a dez e é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Ideb's de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Ideb's dos estados e nacional). O Saeb é uma avaliação em caráter amostral, aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas. A Prova Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, sendo aplicada de forma censitária.

2.9.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do ensino fundamental – anos iniciais.

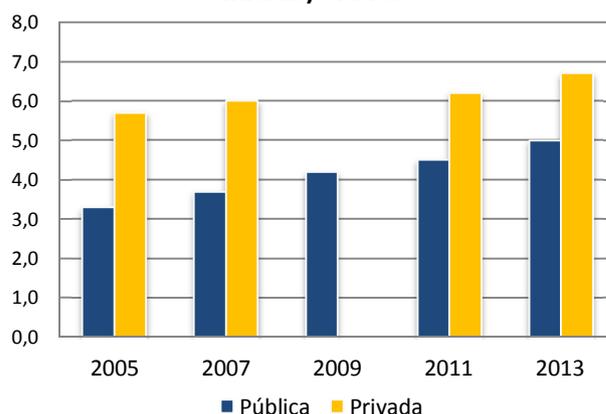
Os gráficos 182 a 191 mostram os Ideb's apresentados pelo país e pelos estados da Amazônia Legal nos anos iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 182 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Brasil.



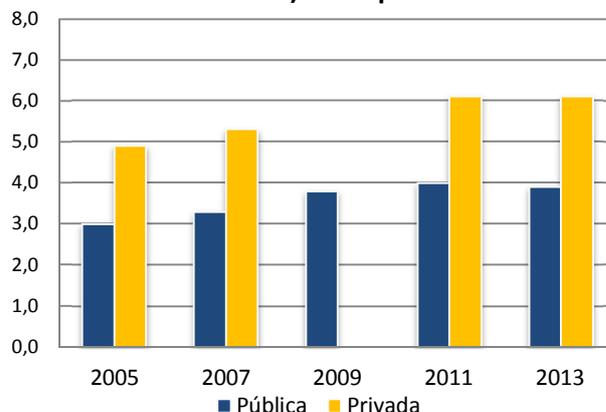
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 183 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Acre.



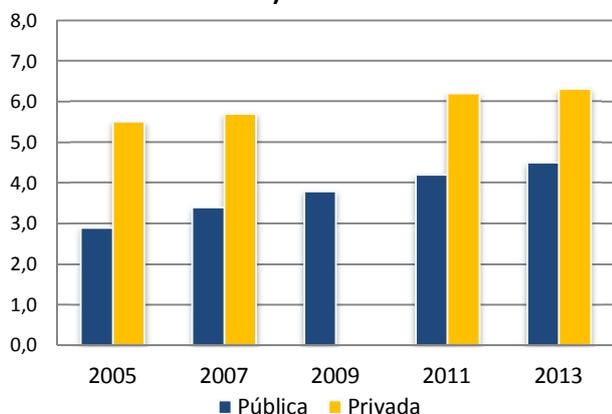
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 184 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Amapá.



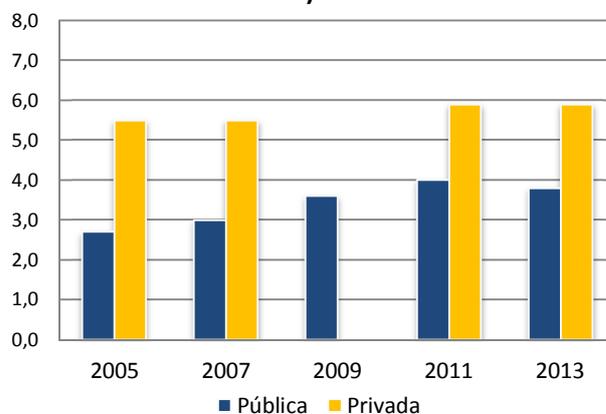
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 185 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Amazonas



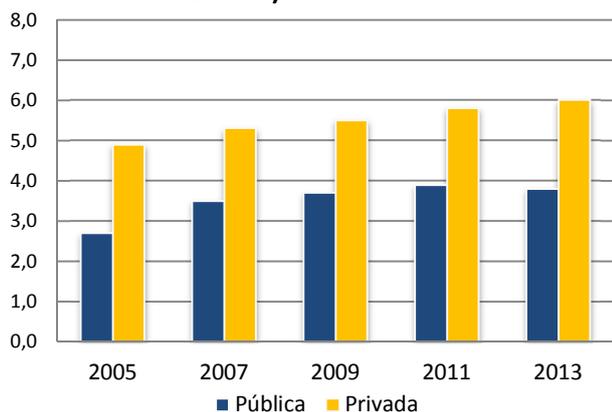
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 188 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Pará.



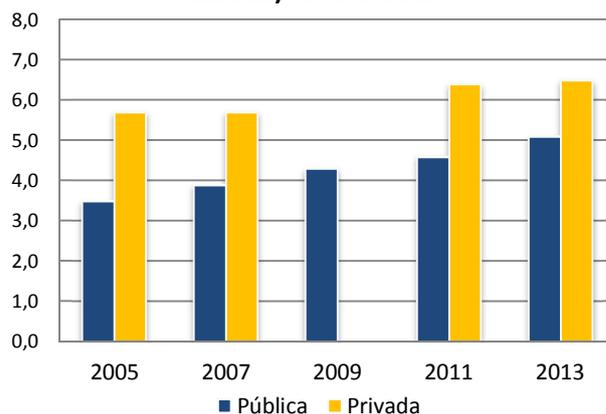
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 186 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Maranhão



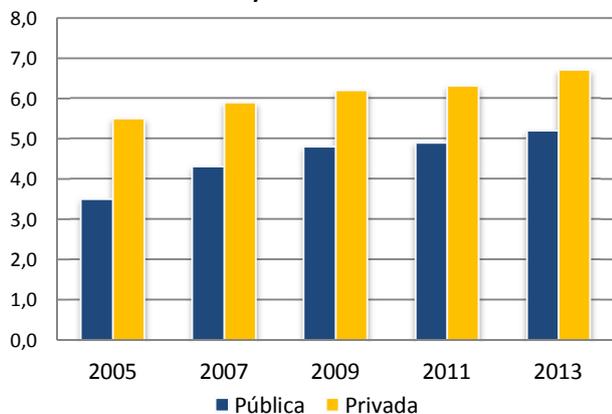
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 189 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Rondônia.



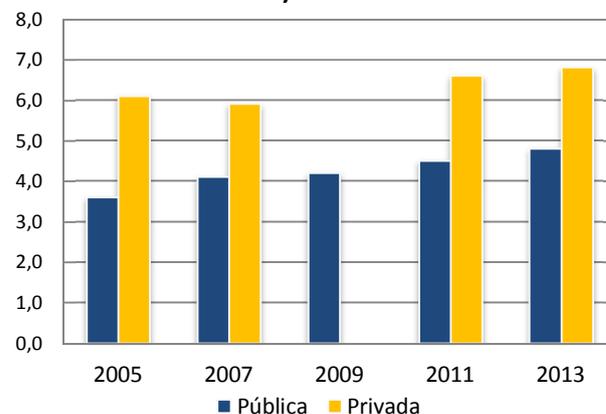
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 187 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Mato Grosso.



Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 190 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Roraima.

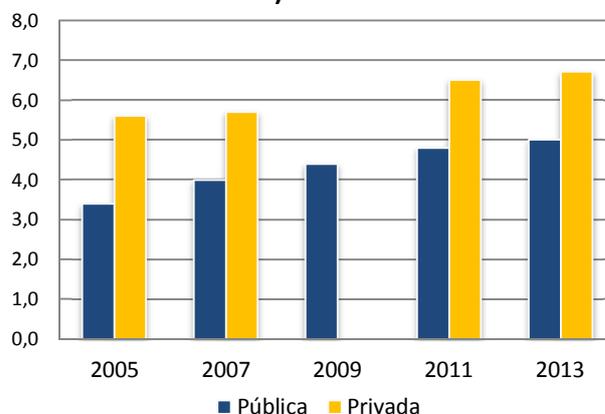


* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

2.9.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do ensino fundamental – anos finais.

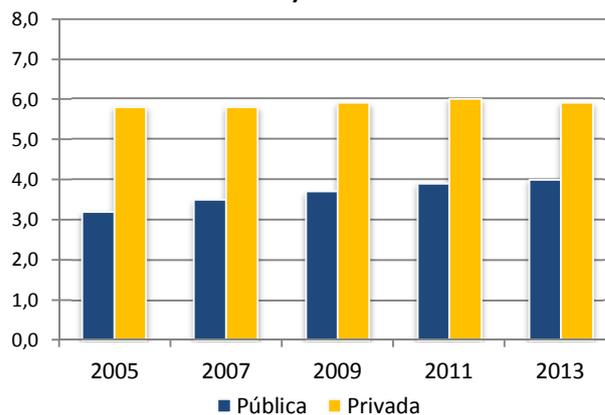
Os gráficos 192 a 201 mostram os Ideb apresentados pelo país e pelos estados da Amazônia Legal nos anos finais do ensino fundamental.

Gráfico 191 - Ideb ensino fundamental (anos iniciais) - Tocantins.



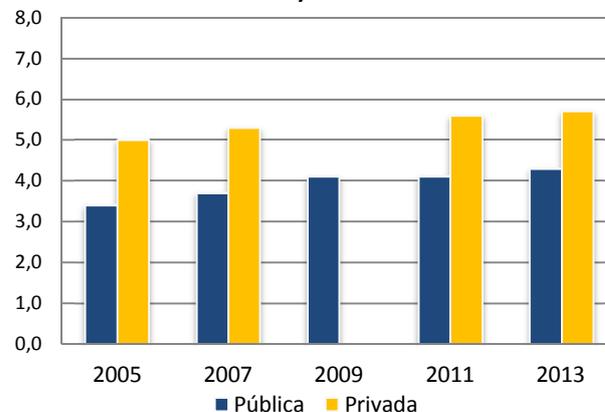
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 192 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Brasil.



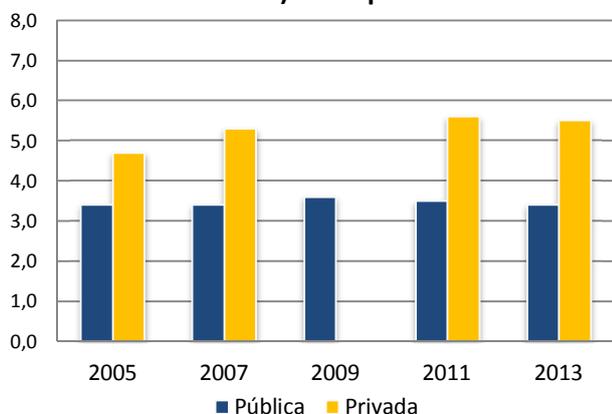
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 193 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Acre.



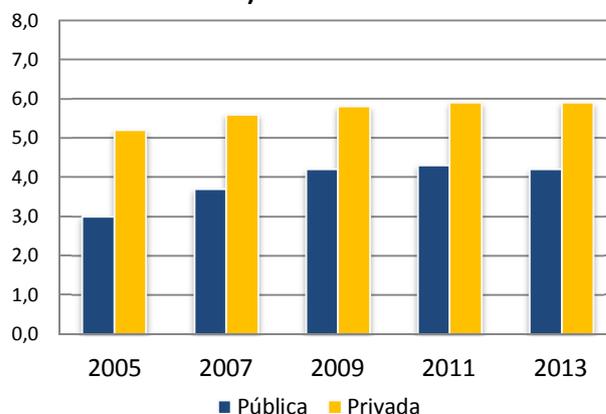
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 194 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Amapá.



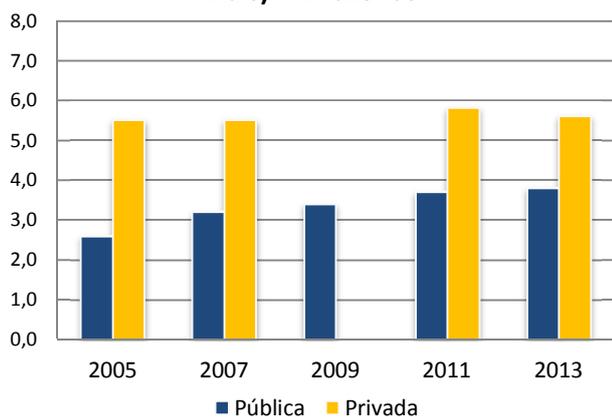
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 197 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Mato Grosso.



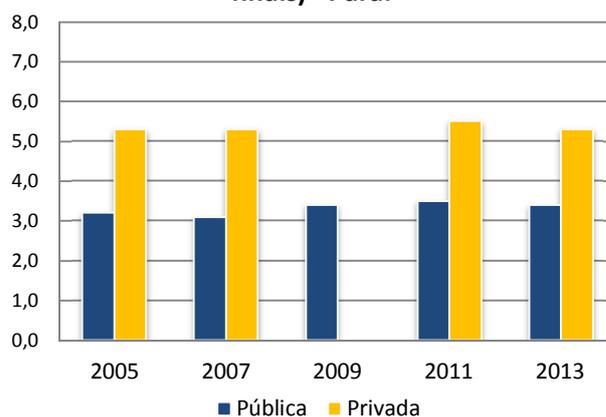
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 195 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Amazonas.



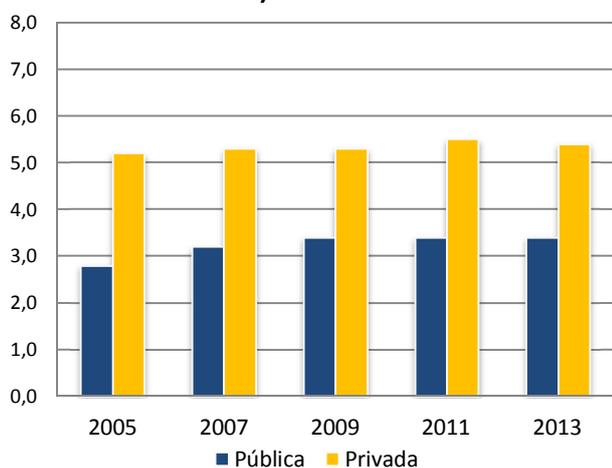
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 198 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Pará.



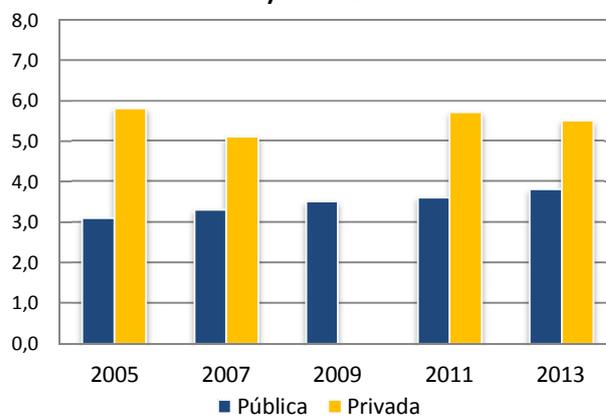
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 196 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Maranhão.



Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 199 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Rondônia.

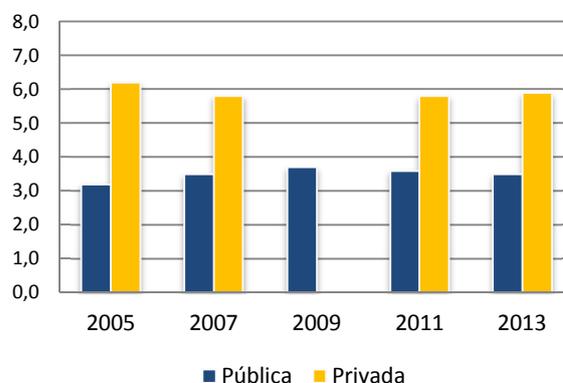


* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

2.9.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do ensino médio.

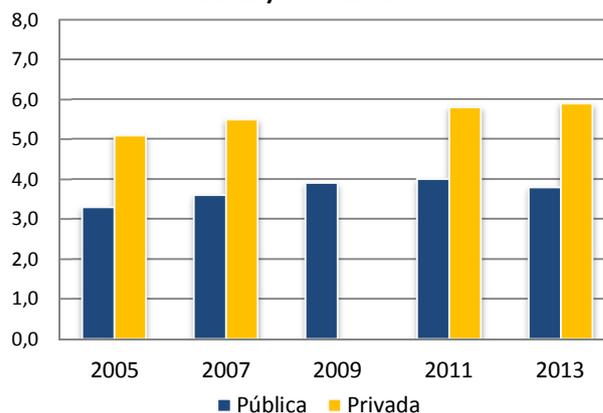
Os gráficos 202 a 211 mostram os Idebs apresentados pelo país e pelos estados da Amazônia Legal no ensino médio. Os Idebs das escolas públicas foram calculados considerando apenas as escolas da rede estadual.

Gráfico 200 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Roraima.



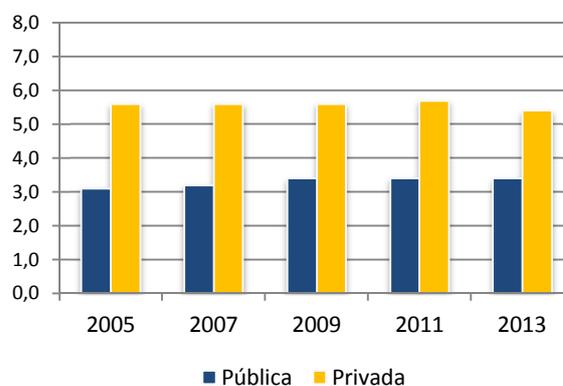
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 201 - Ideb ensino fundamental (anos finais) - Tocantins.



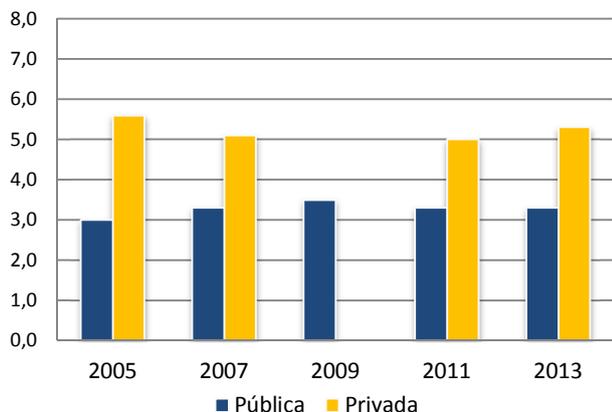
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 202 - Ideb ensino médio - Brasil.



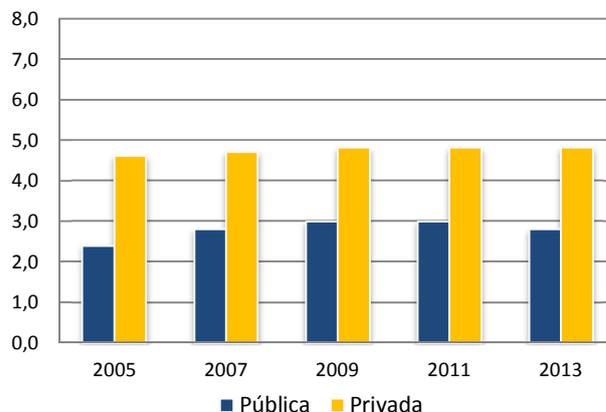
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 203 - Ideb ensino médio - Acre.



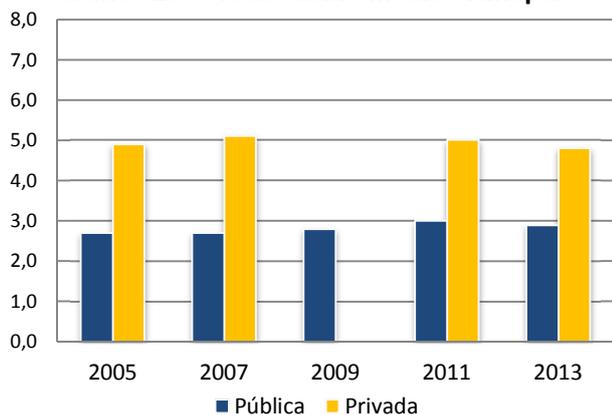
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 206 - Ideb ensino médio - Maranhão.



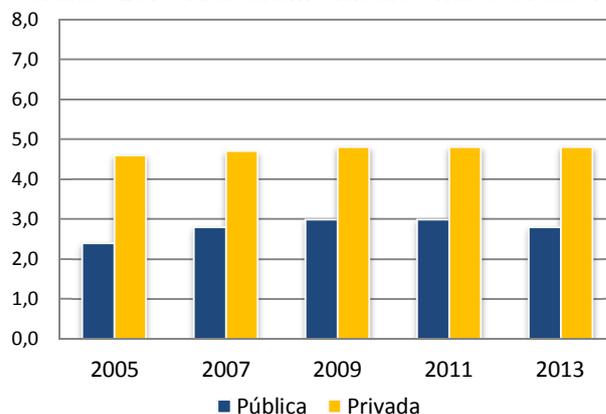
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 204 - Ideb ensino médio - Amapá.



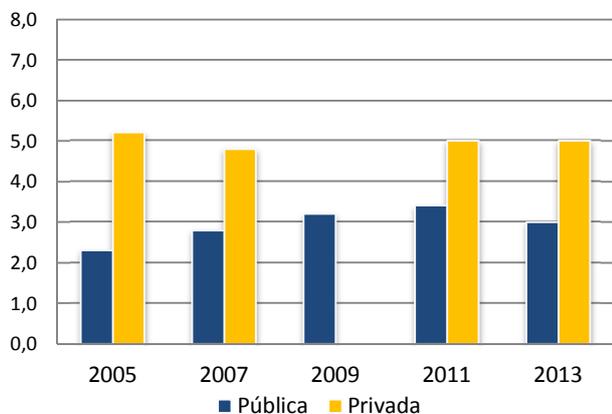
* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 207 - Ideb ensino médio - Mato Grosso.



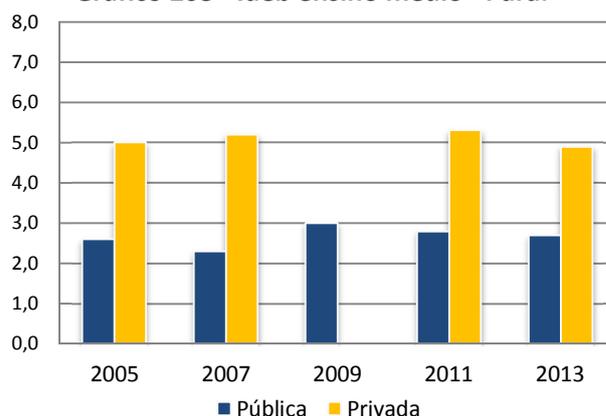
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 205 - Ideb ensino médio - Amazonas.



* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 208 - Ideb ensino médio - Pará.

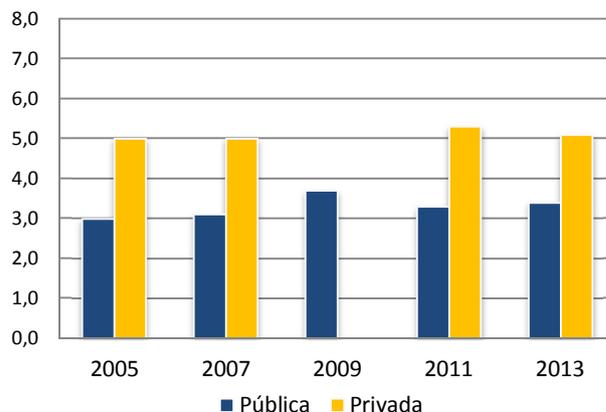


* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.
Fonte: MEC/INEP.

A análise dos gráficos permite constatar um aumento no Ideb no período analisado nos níveis fundamental (séries iniciais e finais) e médio. Porém observa-se que nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, este aumento tem sido muito lento ao longo dos anos e em alguns casos, quase estacionário. É possível notar também que em todos os casos o Ideb das escolas privadas mostra-se superior ao Ideb das escolas públicas e que mesmo nas instituições particulares o aumento do Ideb tem sido lento.

Em 2013 Pará e Maranhão apresentaram o menor índice no ensino fundamental -anos iniciais na rede pública (3,8) e privada (5,9 e 6,0 respectivamente); Mato Grosso teve o melhor desempenho na rede pública (5,2) e Roraima na rede privada (6,8). Nos anos finais do ensino fundamental, Pará, Amapá e Maranhão apresentaram os menores índices na rede pública (3,4) e o estado do Pará apresentou o menor índice na rede privada (5,3). Os melhores desempenhos nesta fase de ensino foram registrados pelo Acre, com Ideb 4,3 na rede pública e Roraima, Tocantins e Mato Grosso na rede privada com Ideb 5,9 cada um. Na rede pública do ensino médio Pará e Mato Grosso apresentaram o pior desempenho (2,7) e na rede privada os menores índices foram registrados por Amapá e Maranhão (4,8). Os melhores desempenhos foram apresentados por Rondônia na rede pública (3,4) e Tocantins na rede privada (5,4).

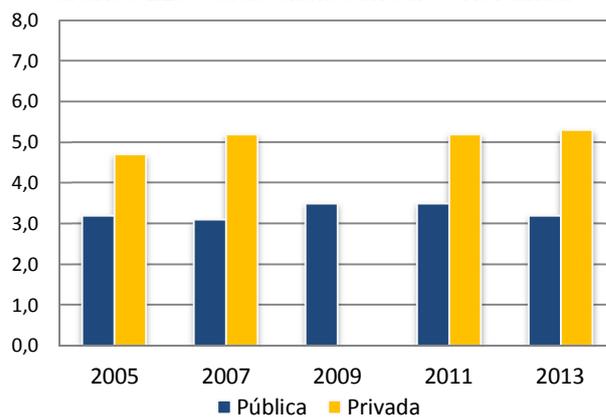
Gráfico 209 - Ideb ensino médio - Rondônia.



* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.

Fonte: MEC/INEP.

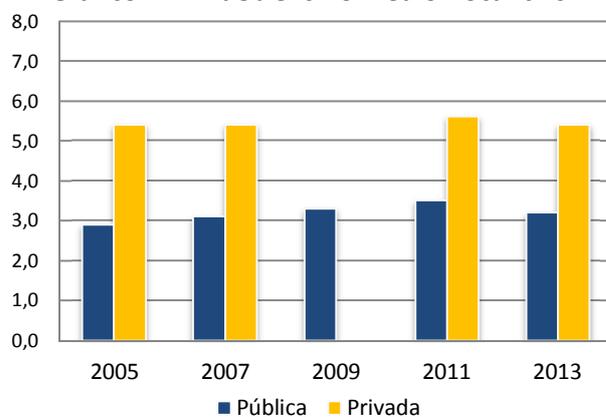
Gráfico 210 - Ideb ensino médio - Roraima.



* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.

Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 211 - Ideb ensino médio-Tocantins.



* Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.

Fonte: MEC/INEP.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27.833.

BRASIL. Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 abr. 2013. nº 65 Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Edição Extra, Seção 1, p.1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 10 de novembro de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal Seja um Professor**. Disponível em: <<http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=requisitos>> Acesso em: 11 de novembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases de dados Agregados IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 06 de novembro de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: 09 de novembro de 2015.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, IPM. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/>> Acesso em: 05 de novembro de 2015.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>> Acesso em: 06 de novembro de 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Portal Educadores dia a dia**. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=618/>> Acesso em: 05 de novembro de 2015.



Ministério da
Integração Nacional



Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113
CEP: 66093-082 - Marco - Belém - PA - Brasil
Ouvidoria: 0800 610 021 / 4008-5689
ouvidoria@sudam.gov.br • sic@sudam.gov.br

Composto e Impresso: Reprografia da SUDAM